



Diogo Ferreira

Nasceu em Setúbal, em 28 de julho de 1991. É licenciado em História (2010-2013), mestre em História Contemporânea (2013-2015) e doutor em História Contemporânea (2016-2023). Concluiu todo o seu percurso académico na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Apresentou como dissertação de mestrado *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, investigação publicada pela editora Estuário (2017). Como tese de doutoramento defendeu, obtendo a classificação máxima por unanimidade, o trabalho *Setúbal entre a República do pós-guerra e a Ditadura Militar*. Esta investigação obteve uma menção honrosa no âmbito do Prémio Mário Soares – Fundação EDP 2023 de História Contemporânea. Há uma década que se dedica a estudar a história local de Setúbal, tendo publicado mais de uma dezena de livros e múltiplos artigos em revistas académicas ou locais. É investigador do centro de investigação História, Territórios e Comunidades, polo na NOVA FCSH. Foi eleito Figura do Ano de 2023 do concelho de Setúbal no âmbito dos Prémios "Golfinhos de Ouro". Colabora presentemente no Gabinete de Promoção e Divulgação do Património Histórico e Cultural da C.M. de Setúbal.



A força do serviço público
Qualidade. Inovação. Confiança. Compromisso.



Apontamentos para a História dos Serviços Municipalizados de Setúbal

Apontamentos para a História dos Serviços Municipalizados de Setúbal

DIOGO FERREIRA



Síntese

No âmbito das comemorações do 1.º centenário dos Serviços Municipalizados de Setúbal, instituição fundada em 1 de julho de 1928, surgiu o presente livro. Procura, no essencial, compreender e explicar o processo de criação deste organismo e avaliar e identificar os grandes momentos de transformação que influenciaram diretamente a vida de quem reside em Setúbal e em Azeitão, designadamente a construção e ampliação das redes de abastecimento de água, de energia elétrica de baixa intensidade e de saneamento. Atravessa mais de um século de história, partindo da data em que foi assinado o primeiro contrato de concessão para a exploração do abastecimento de água (1889), chega à atualidade e projeta os desafios futuros. Percorre os anos da Primeira República, da Ditadura Militar, do Estado Novo, da Revolução de Abril e da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Analisa o período em que os serviços públicos foram concessionados às *Águas do Sado, S.A.* (1997-2022) e contextualiza a segunda vida dos Serviços Municipalizados (2022) com o regresso do saneamento e da água à esfera pública. Trata-se de uma obra que serve como pontapé de saída para as comemorações e para destacar o que muito ainda há por descobrir e explorar em torno do passado de uma entidade que acompanhou os ritmos de decadência e de progresso deste concelho ao longo do século XX.



Apontamentos para a História dos Serviços Municipalizados de Setúbal

DIOGO FERREIRA

Índice

05

André Martins,
Presidente da Câmara Municipal
de Setúbal

07

Carlos Rabaçal,
Presidente do Conselho
de Administração

09

1. Notas introdutórias

15

2. Na antecâmara da fundação:
Entre a administração autónoma
e a gestão direta municipal do
abastecimento de água a Setúbal
(1921-1926)

25

3. A criação dos Serviços
Municipalizados de Setúbal
e os primeiros anos da sua atividade
(1926-1931)

37

4. Da extinção à reconstituição
dos Serviços Municipalizados (1931-1932)

43

5. O projeto de abastecimento
de água do Eng.º Teixeira Duarte
e outras intervenções da década
de 1930

49

6. As obras de alargamento
das redes de abastecimento de água
e de eletricidade nas décadas
de 1940, 1950 e 1960

57

7. O fim da distribuição de energia
elétrica e os impactos da Revolução
de Abril de 1974

61

8. A expansão das redes de saneamento
e de distribuição de água nas décadas
de 1980 e de 1990

65

9. 25 anos de gestão privada:
O tempo da concessionária *Águas do Sado*,
S.A. (1997-2022)

73

10. Sob o signo da gestão pública:
O renascimento dos Serviços Municipalizados
de Setúbal (2022-2025)

79

11. Algumas figuras dos Serviços
Municipalizados de Setúbal

89

Notas

103

Fontes e Bibliografia

111

Anexos finais

119

Cronologia da História dos Serviços
Municipalizados de Setúbal
(1878-2022)



Celebrar cem anos de uma entidade como os Serviços Municipalizados é olhar para um percurso de dedicação, em que a história se transforma em experiência e o futuro se constrói com inovação e responsabilidade.

No presente mandato autárquico, a Câmara Municipal, com a convicção de que a gestão pública oferece melhores condições e melhores serviços à população do que a gestão privada, porque os setubalenses merecem o que se faz de melhor, decidiu recuperar para o controle público a gestão do abastecimento de água e do saneamento e juntou também a estas tarefas a gestão dos resíduos.

Dois anos e meio depois da reativação dos Serviços Municipalizado de Setúbal podemos dizer, com total segurança, que os serviços prestados aos munícipes melhoraram de forma abissal, porque o projeto SMS tem uma visão de futuro assente na inovação tecnológica, na valorização dos trabalhadores e na criação conjunta de soluções com a população.

Em linha com o trabalho desenvolvido pela autarquia, toda a atividade dos SMS contribui de forma decisiva para a coesão territorial, para a melhoria da qualidade de vida no município de Setúbal e, ainda, para a valorização do património ímpar que é o capital natural deste território.

Com orgulho, assinalamos o papel diferenciador que esta organização, e todos os que contribuem diariamente para o seu desempenho, trouxeram ao dia-a-dia dos setubalenses e azeitonenses nos últimos dois anos e meio, mas acima de tudo ao longo de um século de uma história que é também a história de todos os setubalenses.

Esta celebração é uma homenagem a todos os que fizeram e fazem parte deste percurso!

André Martins

Presidente da Câmara Municipal de Setúbal



A gestão pública é um património coletivo.

Que serve o presente e prepara o futuro.

Que tem como valores a responsabilidade, a proximidade e o bem comum.

O interesse público.

Há quase 100 anos que os Serviços Municipalizados de Setúbal são parte essencial do dia a dia da nossa comunidade. É um património vivo, feito de conhecimento acumulado, experiência, inovação e, acima de tudo, pessoas, muitas pessoas e muitas delas, anónimas.

É este património que queremos preservar, tal como fazemos com cada infraestrutura de abastecimento de água ou de saneamento de águas residuais.

O trabalho desenvolvido nas páginas seguintes é o primeiro exercício de análise à dimensão histórica e social dos Serviços Municipalizados de Setúbal, desde que foram oficial e legalmente constituídos, em julho de 1928. Ao longo das décadas, os SMS acompanharam o desenvolvimento da cidade, criando adequadas infraestruturas de distribuição de água e de saneamento; adaptaram-se aos diferentes contextos políticos e sociais; promoveram a economia local e regional; projetaram o futuro com soluções inovadoras e ambientalmente responsáveis. Para todos.

Este documento evidencia também dois períodos de concessão dos serviços de águas a entidades privadas em Setúbal: o primeiro, logo no início do século XX, e o segundo, praticamente um século depois (1997-2022). Não deixa de ser curioso que a razão para o término de ambos os contratos sejam, na essência, semelhantes: um serviço muito deficitário prestado à população, provocando a contestação popular. Tantos anos separam estes períodos históricos, e quase nada muda no que é a motivação da gestão privada (o lucro) e a missão da gestão pública (prestar o melhor serviço às pessoas)!

Como presidente do 1º Conselho de Administração depois da concessão privada de

25 anos, tenho muito orgulho no trabalho desenvolvido nestes dois anos e meio; um trabalho difícil de transição, que exigiu muito das mais variadas estruturas internas; um trabalho pesado de requalificação e planeamento, perspetivando a evolução e modernização dos sistemas. O esforço e a dedicação de todos os trabalhadores foram determinantes para o sucesso desta organização e continuarão a sê-lo.

Encetámos um novo ciclo de grandes investimentos nas redes de água, de saneamento e na recolha de resíduos, que nasce com a força da experiência de 100 anos, mas com os olhos postos no amanhã. Porque os desafios vão desde as alterações climáticas, a necessidade de maior eficiência no uso da água, a sustentabilidade ambiental, o incremento da economia circular, o aumento da literacia ambiental, a preservação dos recursos naturais, só para sinalizar alguns... Em dois anos e meio imprimimos uma nova dinâmica na requalificação da rede de abastecimento de água, no alargamento do saneamento, na recolha dos resíduos e limpeza da cidade. A transformação já está em curso.

Mantém-se, sempre, o nosso compromisso com os setubalenses e azeitonenses.

É nesta lógica que baixámos logo o preço da água e batemos-nos por tarifas justas e equilibradas para todos, algo que só a gestão pública consegue garantir.

A finalizar, um agradecimento ao executivo da Câmara Municipal de Setúbal que teve a coragem de levar até ao fim o processo de reativação dos SMS; às Juntas de Freguesia, parceiras desta caminhada desde a primeira hora; aos nossos munícipes pela compreensão, bondade e apoio.

Nos SMS, continuaremos ao lado das pessoas, garantindo que os serviços essenciais chegam com qualidade, sustentabilidade e equidade a cada casa, a cada instituição, a cada geração.

Lutando para que a gestão pública seja irreversível, vamos continuar a escrever a história juntos!

Carlos Rabaçal

Presidente do Conselho de Administração



1

Notas introdutórias

A presente obra partiu de um convite que me endereçou o Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal (SMS), Dr. Carlos Rabaçal, em finais de 2024. Resultou da sua preocupação em recuperar e congregar diversos pedaços do passado da entidade que administra e da vontade de partilhar esta história com os trabalhadores dos serviços e com todos os setúbalenses e azeitonenses.

A equipa que dirige pretendia promover um conjunto de iniciativas alusivas às comemorações do centenário da fundação da instituição (01/07/1928 - 01/07/2028) e, nesse sentido, foi desenhado um plano que previa a conceção de uma exposição, a realização de uma conferência e a redação de um pequeno livro. Estas teriam como finalidade última contribuir para a reconstrução da memória deste organismo.

Pensar, investigar e conceber a história de uma organização local é sempre desafiante, principalmente quando o propósito é a composição de uma obra com relativa robustez informativa. Não obstante, tal como se observa numa vasta quantidade de agremiações desportivas, comerciais e institucionais de diferentes tipologias, o arquivo documental e iconográfico dos Serviços Municipalizados de Setúbal não resistiu ao teste do tempo. Apenas por esta razão, a composição desta e de futuras investigações sobre este assunto permanecerá incompleta.

Do ponto de vista metodológico, este foi um grande obstáculo, que forçou um planeamento estruturado alternativo que garantisse a obtenção de conteúdos com valor histórico e rigor científico e, assim, ultrapassar esta barreira. Uma boa parte do material encontrado na pesquisa trata-se de fontes indiretas, produzidas por pessoas e entidades externas aos Serviços Municipalizados de Setúbal.

No plano das fontes primárias merecem destaque as que foram encontradas no Arquivo Distrital de Setúbal (e.g. correspondência expedida do município), no Ar-

quivo Municipal de Setúbal (e.g. atas da C.M. de Setúbal), no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (e.g. fundo da PIDE/DGS) e no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (e.g. processos de obras de abastecimento de águas).

No âmbito das fontes secundárias, a hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal é detentora dos raros relatórios e contas publicados pelos Serviços Municipalizados de Setúbal e pela Câmara Municipal de Setúbal, cujos dados foram de grande importância para esquematizar os melhoramentos realizados nas décadas de 1940 e 1950.

A imprensa periódica sadina e a recolha de testemunhos orais, de igual modo, complementaram e acrescentaram informações inéditas aqui apresentadas. Os depoimentos foram determinantes para se obterem esclarecimentos sobre localizações de espaços (sedes, zonas de captação, entre outros), métodos de trabalho dos operacionais da instituição e, ainda, para a disponibilização de coleções particulares (e.g. António Pinho).

Os apontamentos e notas gentilmente cedidos pelo eng.º Francisco Lobo Soares e pelo economista Dr. João Martins – figuras indissociavelmente ligadas às últimas décadas do abastecimento de água e do saneamento no concelho – deram o mote para a conceção do que importava transmitir relativamente às décadas de 1980 em diante. Devo sublinhar que não houve possibilidade de aceder ao arquivo (se existir) da antiga concessionária *Águas do Sado, S.A.*

As razões expostas justificam, portanto, a opção pelo título “*Apontamentos para a História dos Serviços Municipalizados de Setúbal*”. Esta forma defensiva de abordar o livro invoca a evidente necessidade de proceder a uma investigação mais profunda, que colmate vazios, que corrija eventuais gralhas e reconstitua pormenorizadamente um organismo tão importante para diferentes gerações de setubalenses.

Este trabalho serve, pois, como ponto de partida para futuras obras de natureza historiográfica sobre esta instituição, não pretendendo encerrar um tema até aqui praticamente desconhecido da literatura histórica local.

No que diz respeito ao estado da arte, a presente investigação bebeu, como ponto de partida, da publicação *História do Abastecimento da Água a Setúbal e hábitos de*

higiene (1997) da autoria de Fernando António Baptista Pereira, de Ana Duarte e de Leonor Campos.

A estrutura imaginada para o trabalho derivou daquilo que a pesquisa consentiu. Concentrei-me, essencialmente, em responder a cinco questões fundamentais que, no fundo, esboçam a organização sequencial deste projeto:

- a) Como decorreu o processo de fundação dos Serviços Municipalizados?
- b) De que forma se caracterizaram os primeiros anos da sua atividade?
- c) Que episódios, problemas, melhoramentos e atividades se podem destacar ao longo das décadas?
- d) Como foram os anos da concessão das *Águas do Sado, S.A.*? E por que razões foram reativados os Serviços Municipalizados de Setúbal?
- e) Existiram figuras que se distinguiram?

No âmbito da alínea a), numa primeira fase, procurei apresentar os diferentes modelos de gestão da exploração do fornecimento de água a Setúbal, entre a viragem do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Iniciei pela avaliação da fase final do período da concessão do abastecimento de água, que ficou a cargo da empresa *Société Franco-Portugaise des Eaux*, cujo contrato foi abruptamente interrompido em 1921.

Posteriormente, tentei compreender o que representou e significou, no decurso da década de 1920, a Exploração Municipal de Águas (1921-1923) – entidade que, na prática, funcionava numa lógica de serviços municipalizados –, e a subsequente administração direta da C.M. de Setúbal quanto ao fornecimento de água (1923-1926).

Finalmente, ainda neste ponto, ao longo dos primeiros meses da Ditadura Militar, explicito como decorreu o surgimento do Serviço Autónomo de Águas, em agosto de 1926, verdadeiro embrião dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Neste plano é de evidenciar que a data de 1 julho de 1928 é o da fundação formal da instituição em estudo, uma vez que – como se observará mais adiante – assentou no enquadra-

mento legal constituído no ano anterior para este tipo de regimes de exploração e que não existia, até então, no país.

No que concerne à questão da alínea b), esse subcapítulo pretendeu estudar os fluxos e refluxos deste organismo, que foi extinto em 1931 e reconstituído em 1932. Apresentam-se as divergências internas dos autarcas nomeados pela ditadura, bem como as visões distintas que detinham sobre a relevância dos serviços municipalizados.

Em jeito de síntese esquemática, contendo informações, atividades e obras relevantes da história dos SMS, atravessam-se telegraficamente as décadas de 1930, 1940, 1950, 1960 e 1970, passa-se pela Revolução de Abril, pela saída da distribuição de energia elétrica para outra entidade, pelos vinte e cinco anos de concessão a cargo da firma *Águas do Sado, S.A.* (1997-2022), terminando-se na reativação dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Foi a solução encontrada para respeitar o fundamento desta investigação, expor o material encontrado/disponível e responder à pergunta da alínea c).

Desta forma, a título de notas soltas, foi possível abordar um amplo conjunto de iniciativas no que diz respeito a melhoramentos (e.g. expansão da rede elétrica; ampliação da rede de abastecimento de água; processo de construção do sistema de esgotos), a atividades de cariz desportivo e cultural, ao processo evolutivo do número de funcionários, à localização de espaços centrais de ação dos SMS, entre outros.

Não podia deixar de abordar os anos da concessão e o regresso dos serviços à esfera pública, ainda que superficialmente. São, porém, matérias referentes a um passado muito presente sobre o qual não existe o distanciamento temporal necessário para a aplicação da metodologia científica historiográfica.

Por fim, dediquei uma última parte a algumas personalidades que desempenharam diferentes funções nos Serviços Municipalizados de Setúbal, independentemente da sua natureza: operacional, gestão ou chefia. Foram biografados os seguintes indivíduos: Armando Pereira Athayde de Medeiros, o primeiro engenheiro-diretor; Eusébio Augusto Correia, que foi preso pela polícia política quando trabalhava nesta organização; Félix Mourinho, um dos mais destacados guarda-redes da história do

Vitória Futebol Clube; Duarte Augusto Reisinho, que combateu na frente ocidental da Grande Guerra no Corpo Expedicionário Português; João Maria Afonso Lopes (*João Sacristão*), célebre figura do meio católico setubalense do século XX.

Esta foi uma forma digna de homenagear os inúmeros anónimos que, ao longo de quase cem anos de história, contribuíram direta e decisivamente para o desenvolvimento e para o progresso de Setúbal por via das funções que desempenharam nos Serviços Municipalizados de Setúbal.

Para encerrar estas notas introdutórias, quero deixar um conjunto de agradecimentos, já que ninguém trabalha sozinho. Começo por agradecer a oportunidade e confiança ao Conselho de Administração, na pessoa do Dr. Carlos Rabaçal. Agradeço ao Dr. Paulo Piteira, ao Dr. João Martins, à Dra. Eugénia Silva e à Dra. Lúcia Duarte pelo acompanhamento próximo de todo este processo. Os meus parabéns pelo trabalho de design à *Letras e Sinais*.

Devo um profundo obrigado à Patrícia Simões e à Ana Maria Fonseca por todo o auxílio e pesquisa de fotografias no Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro (a maioria delas encontravam-se ainda em negativos não publicados). Ao António Pinho quero sublinhar a generosidade com que partilhou parte da sua coleção pessoal, cuja riqueza foi de grande interesse para a iconografia deste livro. Obrigado ao grupo de pessoas que me permitiram efetuar breves entrevistas para responder a questões que a documentação não possibilitou. Ao António Cunha Bento e ao Pedro Fernandes fico grato pelas repetidas partilhas de conteúdos. São dois colegas e amigos investigadores. Devo um grande obrigado ao Professor João Reis Ribeiro por voluntariamente ter revisto este trabalho e pela amizade. Termina com uma palavra de agradecimento pela paciência e apoio à minha família, muito em particular à minha companheira Maria Betânia, à minha filha Maria Clara e à minha mãe.

Praias do Sado, 4 de junho de 2025
Diogo Ferreira, historiador.

2

Na antecâmara da fundação: Entre a administração autónoma e a gestão direta municipal do abastecimento de água a Setúbal (1921-1926)

A abertura, pela primeira vez, de um concurso público com vista à concessão da exploração do fornecimento de água a Setúbal teve lugar em 3 de outubro de 1889. Nesta data foi assinado o contrato provisório que continha as disposições e condições a respeitar por parte do município e pela entidade que vencesse a concorrência no decurso da duração do acordo. De entre os 36 artigos compreendidos neste documento, merecem destaque a obrigatoriedade da sociedade concessionária em fornecer diariamente um mínimo de 500 m³ de água ou a clarificação dos objetivos da exploração: *“a empresa executará todos os trabalhos necessários para a aquisição, condução e distribuição da água pela cidade”*¹.

O acordo foi aprovado superiormente pelo Governo da Monarquia Constitucional, tendo sido publicado em Carta de Lei de 19 de agosto de 1890.² A literatura histórica local não é, todavia, unânime quanto à sua entrada em vigor, mas indica que a instalação do primeiro sistema de distribuição de água apenas ficou concluído no final do século XIX, em 1900.³

O que é factual é que a concessão foi ganha pela *Société Franco-Portugaise des Eaux*, firma que conjugava capital nacional e francês e que investiu consideravelmente na construção de instalações modernas (para a época) e no estudo de possíveis locais para a captação de água, destacando-se os terrenos dos sítios da Fonte dos Cavaleiros e da Azeda. O primeiro, após a restauração do concelho de Palmela, em novembro de 1926, ficou dentro dos limites administrativos daquele concelho, obrigando a uma negociação entre os municípios para que o fornecimento de água não fosse interrompido.⁴

As falhas no abastecimento de água à cidade eram relativamente comuns, tendo



Fatura da Societé
Franco-Portugaise des Eaux
a José Gomes da Costa (1918)
Fonte: Coleção particular de
António Pinho.

Setúbal assistido a diversos episódios dessa natureza nas duas primeiras décadas do século XX. Existia, porém, alguma tolerância entre as figuras que foram administrando o município e a companhia responsável por este tão importante serviço.

Esta aparente saudável relação transfigurou-se nos anos do primeiro pós-guerra. As repetidas queixas da comunidade em torno da falta de água e os sucessivos problemas nos equipamentos e infraestruturas da Societé Franco-Portugaise des Eaux agravaram-se seriamente no quente verão de 1921. O clima entre as instituições aqueceu rapidamente, uma vez que o executivo da C.M. de Setúbal considerou a «situação inadmissível» por não aceitar as justificações apresentadas para a interrupção no fornecimento de água: incompetência dos funcionários e problemas nos motores da estação elevatória.⁵

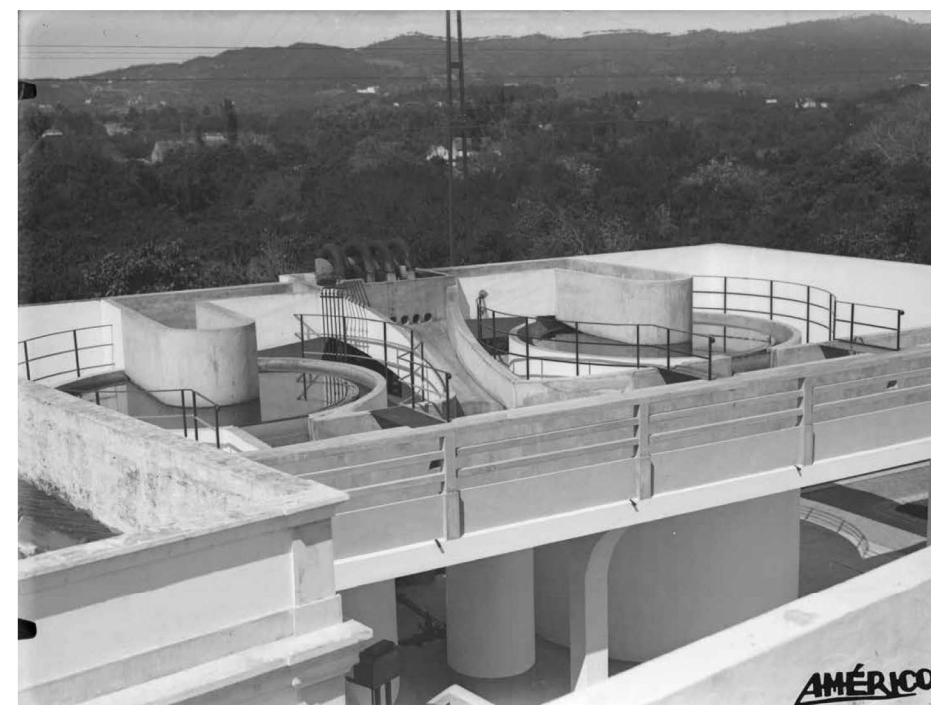
O gerente a cargo da empresa, Marius Canac, comunicou, pouco depois, que os preços contratualizados para a venda de água teriam de ser aumentados para compensar

os custos das reparações e se intensificar o processo de captação. A profusa imprensa periódica setubalense foi progressivamente dando maior destaque ao desenrolar da questão, acabando por ganhar contornos de escândalo quando um antigo maquinista da sociedade foi entrevistado e garantiu ter sido demitido por ter recusado a ordem de travar os motores e interromper conscientemente o abastecimento.

Arronches Junqueiro, célebre intelectual sadino, encontrava-se no cargo de administrador do concelho de Setúbal, entidade com a tutela da manutenção da ordem pública. Em meados de agosto, amparado pelos militares do Regimento de Infantaria n.º 11, dirigiu-se às instalações da central de águas, localizada no sítio do 'Come-Couves' (junto à atual Estrada dos Ciprestes), tendo ordenado aos trabalhadores que reativassem as máquinas e resolvessem o falso problema da carestia de água.⁶ De igual modo, as autoridades foram requisitadas para vigiarem os poços da Azeda e garantirem o fluxo contínuo do fornecimento à urbe sadina.⁷

Vale a pena ler a descrição destes acontecimentos pela pena de Luís Lopes da Sil-

Parte das estruturas da central
elevatória de águas (04/04/1940)
Fonte: Coleção Américo Ribeiro.
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro.
PT/AFAMR/AMR-989.



veira, amigo íntimo de Arronches Junqueiro: “Nesta altura [refere-se ao ano de 1921], época incerta de lutas políticas e sociais, greves revolucionárias e de descontentamento no meio operário de Setúbal - a vida da cidade tinha qualquer coisa de perspectiva desagradável, pouco segura no campo da ordem pública.

A Companhia das Águas, desejosa de ver satisfeitas algumas das suas reclamações [...] a qual se traduziu sempre com a falta injustificada de água em determinadas zonas da cidade. O momento não era dos mais aconselháveis para tais experiências.

Passam três dias sem que esses serviços retomem o seu curso normal e essa falta podia servir de rastilho a horas de incerteza e gravidade na vida de Setúbal. Foi então que a autoridade administrativa, ao tempo o setubalense Arronches Junqueiro, resolveu, sem mais preâmbulos ou consultas, tomar conta das instalações dos poços da Companhia, da respetiva central geradora e de todos os restantes serviços e trabalhos de natureza técnica ali montados.

Este ato, como medida extrema, defendeu-o aquela autoridade como um gesto indispensável de segurança pública e garantia da ordem na cidade. Neste mesmo ano, como consequência de tal medida, todos os serviços de abastecimento de águas passaram a ser dependentes de uma repartição especial da Câmara - os Serviços Municipalizados.”⁸

No início de setembro, o porta-voz local do Partido Republicano Português - o República - denunciava com clareza quem era o único culpado para a gravidade do caso: “Continua o sr. Canac, em nome da Companhia das Águas, a mangar com a cidade inteira no ganancioso propósito de extorquir ao pobre consumidor mais uns cobres”⁹. As críticas no espaço público foram de tal forma ferozes que o francês sentiu necessidade de instar auxílio à embaixada gaulesa em Lisboa por, alegadamente, ter recebido ameaças de morte.¹⁰

Não pode surpreender, nesse sentido, a proposta apresentada pelo vereador Félix Santana - que foi aprovada - na sessão do Senado Municipal de Setúbal de 16 de agosto de 1921: “Ainda que provisoriamente, municipalizar imediatamente o dito fornecimento [de água]”¹¹. Tratava-se, segundo o próprio, de uma medida de extrema urgência e de salvação pública, visando a manutenção da tranquilidade nas ruas.

Existia na comunidade um determinado consenso para esta tomada de posição do poder local, legitimando a «municipalização» das instalações e equipamentos de exploração do abastecimento de água: “A falta do cumprimento de um contrato é motivo mais do que suficiente para a sua anulação”¹². O mecânico Severino Bispo foi convocado, dias de-

António Casimiro Arronches Junqueiro, administrador do concelho de Setúbal em 1921.
Fonte: Museu de Setúbal/Convento de Jesus. MSCJ 1662/F.89.
Nota: Fotografia do Studio Cinema.



5.º — Ainda que provisoriamente, municipalizar imediatamente o dito fornecimento;

pois, para iniciar diligências tendentes às reparações das pequenas avarias existentes na estação central de águas.¹³

Como se observará mais adiante, o conceito de municipalização não possui a interpretação clara que hoje temos. Na verdade, as fontes primárias e secundárias consultadas para a presente investigação revelam diferentes formas de caracterizar esta gestão: serviços autónomos; exploração municipal; municipalização.¹⁴ A razão prende-se com questões de natureza legal. À data não existia legislação publicada nesse sentido.

Cerca de sete meses depois, em 2 de março de 1922, em reunião da Câmara Municipal de Setúbal, o executivo “resolveu converter aquela municipalização provisória, em definitiva”¹⁵. Ao longo deste mês, a administração municipal dirigida por José António Vaz procurou acelerar este processo, nomeando, por unanimidade, César de Bastos Romano Baptista, encarregando-o de “organizar e gerir definitivamente, com ampla e completa autonomia, tudo quanto respeita ao fornecimento de abastecimento de água à cidade, ou seja, da Direção dos Serviços Municipalizados e Autónomos de Abastecimento de Águas”¹⁶.

De acordo com Fernando António Baptista Pereira, Ana Duarte e Leonor Campos, esta entidade, que surge igualmente designada como Serviço Autónomo da C.M. de Setúbal - Exploração de Águas, ficou com a posse efetiva de todo o património imobiliário e industrial da *Société Franco-Portugaise des Eaux*, que englobava o seguinte: a) terrenos; b) edifícios; c) 26 poços nos sítios da Azeda, Fonte dos Cavaleiros e Galroas; d) instalações da central do ‘Come-Couves’, que possuía dois motores a gás nobre, uma bomba e um reservatório com capacidade para 50 m³ de água; e) contadores e canalizações de distribuição.¹⁷

A designação ‘Come-Couves’ tem origem na alcunha do proprietário dos terrenos daquele local, Joaquim dos Santos e Sousa (1808-1884). A propriedade rústica, que se confrontava a poente com a Estrada dos Ciprestes, foi o local escolhido pela firma luso-francesa para a construção da primeira estação central de águas da cidade no dealbar do século XX.¹⁸

Grosso modo, entre agosto de 1921 e março de 1923, a Exploração Municipal das Águas (ou Serviços Municipalizados e Autónomos de Abastecimento de Águas) possuía um conselho de administração próprio, sede - sita na Rua Almeida Garrett -, e tinha obrigação de apresentar balancetes financeiros da sua atividade aos executivos

Excerto de recorte de imprensa.
Fonte: “A questão das águas” in *O Setubalense*, n.º 1171 de 17/08/1921, p. 3.

da C.M. de Setúbal. Aparentemente, detinha uma considerável autonomia técnica e administrativa, mas dependia inteiramente dos cofres municipais. Representava, na prática, a génese dos Serviços Municipalizados de Setúbal, ainda que sem regulamentação legislativa que a fundamentasse.

A gestão de César Baptista foi interrompida quando este foi surpreendido, em 1923, com críticas do vereador Henrique Augusto Pereira¹⁹, por, alegadamente, não prestar contas da sua administração. Apresentou a demissão do cargo, acrescentando que não compreendia o descontentamento existente para com a “municipalização do Serviço de Abastecimento de Águas”²⁰ e a perpetuação do carácter de interinidade em que se mantinha o organismo desde 1921.

Daqui em diante, a Exploração Municipal de Águas perdeu autonomia e foi integrada na administração camarária.²¹ Esta transferência para a orgânica da Câmara Municipal de Setúbal ocorreu, em simultâneo, com a alternância na liderança política, tendo subido Carlos de Oliveira Trigo ao cargo de edil, em 10 de março.

Na procura de resolver o problema de forma pacífica, este executivo nomeou uma comissão para promover um acordo entre o município e a *Société Franco-Portugaise des Eaux*. Os pareceres técnicos foram elaborados pelo eng.º Carlos Manitto Torres (em representação da C.M. de Setúbal) e pelo eng.º Eugène Duchêsne (delegado pela empresa). Os trabalhos resultaram numa interessante publicação²², onde ficou exposto que o retorno da concessionária assentaria mediante a garantia de uma elevação diária de água na ordem dos 1000 m³ e de se repararem os equipamentos.²³ De pouco serviu.

Alegando que a Câmara Municipal de Setúbal tinha rescindido unilateralmente o contrato e se apropriado ilicitamente de todos estes bens, a empresa, em 1927, colocou o município em tribunal, exigindo uma indemnização na ordem de um milhão de francos. Três anos depois, a edilidade acabou condenada a pagar parte deste valor.²⁴

A Câmara Municipal de Setúbal, através dos seus próprios serviços, permaneceu com a responsabilidade de explorar e fornecer água aos setubalenses nos anos seguintes, mas as preocupações com este modelo de gestão continuaram, principalmente por razões de cariz financeiro. Em 1924, os fabricantes conserveiros manifestaram-se contra as perdas que este encargo representava para os cofres municipais: “*Prestes a concluir três anos, a Exploração Municipal das Águas não tem feito mais do que dar prejuí-*



César de Bastos Romano Baptista,
Diretor da Exploração Municipal
de Águas (1921-1923)
Fonte: Arquivo – Centro de
Convívio dos Ex-Alunos do Orfanato
Municipal.

Portão da Central de Águas
na Estrada dos Ciprestes
(Come-Couve, 08/01/1940)
Fonte: Coleção Américo Ribeiro.
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro.
PT/AFAMR/AMR-920.



zos à Câmara”²⁵. Porém, em 1925 e 1926, os lucros líquidos foram, respetivamente, de 29.826\$68 e de 61.734\$11, demonstrando a sua viabilidade. Este aspeto teve influência para a evolução histórica desta atividade no concelho.

O elemento iconográfico seguinte trata-se de uma digitalização de uma fonte secundária, composta pelo primeiro engenheiro-diretor dos Serviços Municipalizados, Armando de Medeiros, e pelo chefe do serviço de contabilidade e secretaria, João Salgado. Ambos exerceram estas funções durante um longo período. Observa-se como sintetiza na perfeição o percurso das condições de administração do abastecimento de água desde a administração autónoma (agosto de 1921 a março de 1923), passando pela gestão direta do município (abril de 1923 a 1926) e, finalmente, após a fundação da instituição que dá o mote a este trabalho (1927 em diante, à luz da legislação em vigor).

Comunicado oficial
do pedido de demissão.
Fonte: *O Setubalense*, n.º 1658
de 23/03/1923, p. 3.



Portão da Central de Águas
na Estrada dos Ciprestes
(Come-Couves, 08/01/1940)
Fonte: Coleção Américo Ribeiro.
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro.
PT/AFAMR/AMR-920.

Recibo da Exploração Municipal
de Águas da C.M. de Setúbal
(março de 1924)
Fonte: Coleção particular de
António Pinho.

Recibo n.º 1933
82
Mez de Março de 1924

Exploração Municipal d'Águas
SETUBAL

O contador marca	5- 120	6 00
Morreu		1 80
Consumo	5-	2 80

Recebemos a importância de Esc. 2 80

do Ex.º Sr. JOAQUIM DA COSTA
1.º DO 1.º Sapalinho 1.º Garage

O Chefe da Repartição
João Baptista Salgado

O pagamento d'este recibo não impõe o pagamento dos recibos anteriores.

Evolução das condições
de administração do serviço
de abastecimento de águas
(1921-1932)
Fonte: AA.VV., *Relatório e Contas da
Comissão que administrou a Câmara
Municipal de Setúbal desde 14 de
janeiro a 14 de maio de 1932*, Tip. A.
Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933,
p. 126.

Serviços Municipalizados				
SECÇÃO D'AGUAS				
CONDIÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO	Numero de consumidores	Receitas de exploração	Lucros líquidos	Prejuízos líquidos
Administração autónoma				
Agosto de 1921 a Março de 1923.	3.983	147.718\$94		57.480\$65,5
Administração directa da Camara Municipal				
Abril a Dezembro de 1923.		129.257\$06		
Ano de 1924		251.876\$57		57.381\$89
Ano de 1925		328.567\$18	29.826\$68	
Ano de 1926		353.429\$63,5	61.734\$11,5	
Serviços Municipalizados				
Ano de 1927		393.095\$78	127.087\$18	
Primeiro semestre de 1928.		216.152\$55	48.566\$22	
Ano económico de 1928-1929		470.445\$29	111.230\$03,5	
Ano económico de 1929-1930		480.210\$44	127.799\$43,5	
Ano económico de 1930-1931		411.787\$54	187.581\$07	
Ano económico de 1931-1932	4.700	413.848\$07	157.773\$81	
O Chefe do Serviço de Contabilidade e Secretaria				
a) J. Salgado				
O Director				
a) A. de Medeiros				



A criação dos Serviços Municipalizados de Setúbal e os primeiros anos da sua atividade (1926-1931)

O golpe militar de 28 de Maio de 1926, que pôs termo ao regime republicano demo-liberal instaurado em 5 de Outubro de 1910, iniciou um longo ciclo político de cariz ditatorial. Este apenas foi interrompido com a Revolução dos Cravos. No que concerne ao poder local, o Governo da Ditadura Militar ditou a exoneração de todos os executivos camarários do país saídos das eleições autárquicas de novembro de 1925. Para o seu lugar nomeou comissões administrativas da sua confiança.²⁶

Em Setúbal, mais do que uma rutura político-institucional na Câmara Municipal, assistiu-se a uma continuidade. A equipa de vereadores exonerada foi parcialmente reconstituída, inclusive o seu presidente, o jovem advogado Dr. Carlos Botelho Moniz. O profundo conservadorismo dos autarcas eleitos em 1925 estava em linha com a filosofia defendida pelos dirigentes da ditadura.²⁷ Bastará para isso ter em consideração as palavras do industrial conserveiro Mariano Augusto Coelho: “A Câmara de Setúbal está e esteve, muitos meses antes do movimento militar, integrada no seu programa”²⁸.

Esta administração municipal tinha em mente um vasto plano de modernização do concelho, apostando convictamente num conjunto de obras públicas de significativa importância. A sua visão passava por responder a necessidades há muito reivindicadas pela comunidade, designadamente a não existência de um sistema elétrico de iluminação pública, o facto de o abastecimento de água ser “deficientíssimo” e o saneamento ser “o mais primitivo que possamos imaginar, havendo por toda a parte perigosos focos de infeção”²⁹.

Para a concretização desta nova Setúbal era preciso assegurar o auxílio financeiro da Caixa Geral de Depósitos, instituição com a qual a Câmara Municipal de Setúbal acabou por contrair, em 8 de julho de 1927, um empréstimo de 5 mil contos, apresentando como garantias as suas receitas (e.g. impostos como a *taxa ad-valorem*).

A elevada quantia tinha como propósitos, entre outras coisas, a construção de um edifício que aglomerasse os armazéns gerais, as oficinas, o parque de viaturas municipais e os Serviços Municipalizados (já criados), o investimento em melhorias no abastecimento de água e, ainda, a instalação da rede de distribuição de energia elétrica.

A fim de atenuar o mais depressa possível os problemas reconhecidos no fornecimento diário de água à cidade, em 26 de agosto de 1926, o vereador Dr. Joaquim Ferreira de Sousa Júnior apresentou uma proposta para a criação de um Serviço Autónomo de Águas. Esta designação, conforme já foi ilustrado, prosseguiu a tendência deste decénio já que os conceitos de “Serviços Municipalizados” e “Municipalização” não estavam verdadeiramente definidos por legislação, nem existia uma regulamentação para estruturar o seu funcionamento. Mas estava para breve.

Os argumentos expostos na deliberação – que foi aprovada por unanimidade – assentaram nos benefícios obtidos quando se exercia uma gestão comercial e industrial autónoma neste setor, ainda que devidamente fiscalizada por delegados da Câmara Municipal, que deveria receber balancetes contabilísticos mensalmente. Ao recordarem a medida, a comissão administrativa nomeada pela ditadura reforçou esta ideia, atentando que a cédência de autonomia técnica e administrativa ao Serviço Autónomo de Águas era “o meio mais eficiente de administrar serviços de natureza industrial”³⁰. Ao mesmo tempo, comparativamente com outros casos, “a prática tem demonstrado o crescente desenvolvimento de serviços congêneres pela autonomia técnica e administrativa”³¹.

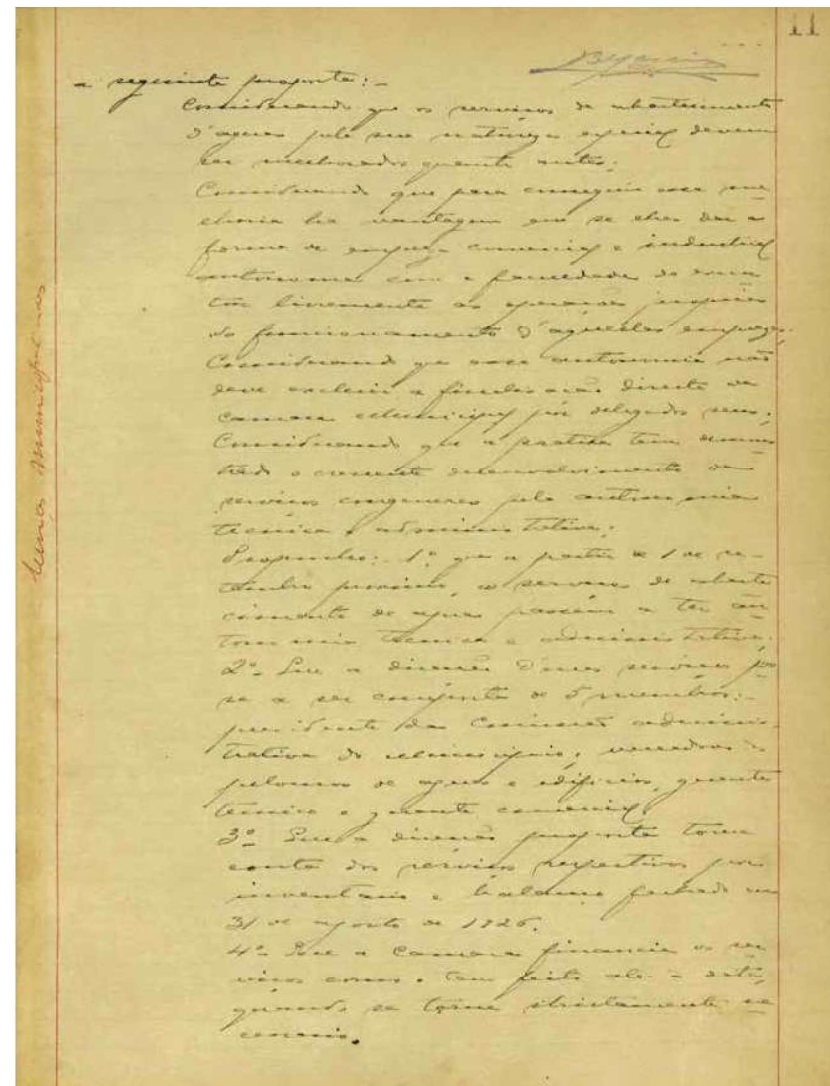
Concretamente, o texto apresentado pelo professor da Escola Comercial e Industrial de Setúbal recomendava que, a partir de 1 de setembro seguinte, “os serviços de abastecimento de água passem a ter autonomia técnica e administrativa”³². A administração seria gerida por cinco elementos: a) presidente da Câmara Municipal de Setúbal; b) os vereadores com os pelouros de águas e edifícios; c) gerente técnico; d) gerente comercial. O financiamento camarário para esta nova estrutura deveria ocorrer quando fosse estritamente necessário. Os Serviços Autónomos de Águas deveriam preparar – para se apresentar em breve – um regulamento de funcionamento interno.³³

Pelo meio, o processo de reestruturação e remodelação dos serviços camarários, ocorrido entre 1926 e 1927, teve como intuito ajustar o número de funcionários a cada setor e área em virtude de se observar a existência de trabalhadores excedentários



Professor Joaquim Ferreira
de Sousa Júnior (1890-1962)
Fonte: A Mocidade, n.º 607
de 27/05/1930, p. 1.

Excerto da ata com a fundação
do Serviço Autónomo de
Águas (1926).
Fonte: PT/AMSTB/CMSTB/B-A/001/6/
FL11.

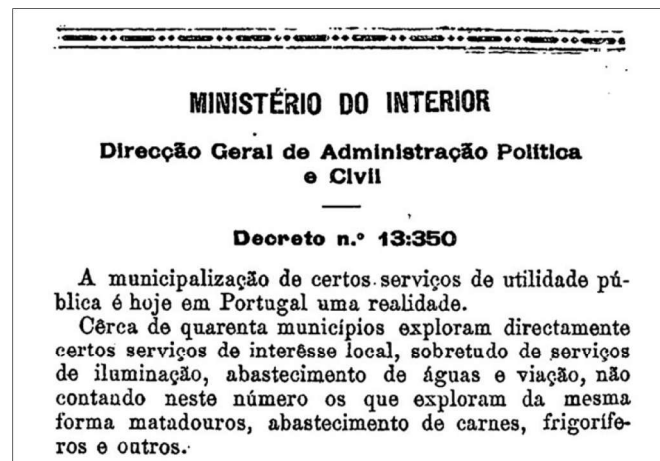


nalguns departamentos e outros com carência.³⁴ Nesse quadro que foi igualmente formulado o regulamento dos “Serviços da Exploração Municipal de Águas, Serviços Autónomos”, aprovado em 30 de dezembro de 1926.³⁵ Estavam dados os dois primeiros grandes passos para a formalização dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

Pouco depois, em 28 de março de 1927, foi publicado o Decreto-Lei n.º 13350, que regulamentou a organização e funcionamento da municipalização dos serviços públicos de interesse local. Foram finalmente facultados corpo e significado ao conteúdo da alínea presente na Lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913, que indicava que uma das muitas competências das Câmaras Municipais era “*deliberar sobre a municipalização dos serviços locais*”³⁶.

A importância desta medida visava dar enquadramento legal aos pelo menos 40 municípios portugueses que exploravam, através do regime de municipalização, áreas como a iluminação pública e o abastecimento de águas. O Governo da Ditadura Militar estabeleceu, em síntese, que “*os serviços municipalizados deverão constituir serviços autónomos dentro da administração municipal*”³⁷, ficando a sua gestão e superintendência a cargo de uma comissão administrativa composta por um número ímpar de vereadores com poder deliberativo, executivo e de fiscalização.

Além disso, todos os serviços municipalizados deveriam possuir escrituração e contabilidade próprias, sendo que o presidente de cada município seria, por inerência, o dirigente máximo deste organismo. Era, no fundo, pôr no papel aquilo que se praticava há vários anos em diferentes concelhos. Esta legislação determinou, ainda, o prazo de um ano para que os serviços autónomos semelhantes aos serviços municipalizados se reorganizassem à luz deste decreto. Era tempo para que o Serviço Autónomo de Águas de Setúbal fosse remodelado.



Excerto da legislação que regulamentou os Serviços Municipalizados em Portugal.
Fonte: *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 64 de 28/03/1927.



Eng.º Tito de Sousa Lopes
(1881-1950)
Fonte: *Sítio online da Junta de Freguesia de Turquel*. Acesso livre.



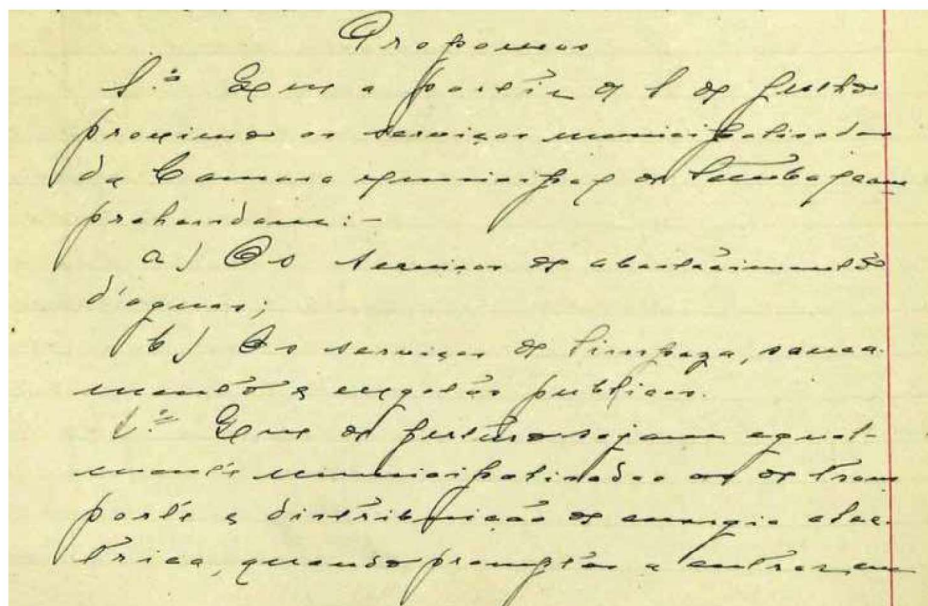
Dr. Carlos Osório Vasconcelos
de Botelho Moniz, ex-edil
da C.M. de Setúbal de 1926 a 1930.
Fonte: *Sado-Reclame*, n.º 108 de 04/08/1930, p. 1.

Em julho seguinte foram definidos os setores públicos que poderiam ser alvo de municipalização, por via do Decreto-Lei n.º 13913, reforçando-se que os serviços municipalizados detinham autonomia administrativa e financeira. Poderiam organizar as suas estruturas, elaborar regulamento interno, fixar quadros de pessoal, contratar e demitir trabalhadores, estabelecer salários, administrar bens e instalações e publicar um relatório e contas anual.³⁸

No decurso do primeiro ano de gerência da comissão administrativa da C.M. de Setúbal nomeada centralmente foram contratados dois engenheiros para efetuarem importantes estudos. Por um lado, o engenheiro eletrotécnico Tito de Sousa Lopes ficou encarregado de projetar a instalação, exploração e distribuição da rede de energia elétrica e, em simultâneo, de desenhar as bases do caderno de encargos para a abertura de um concurso público.

Por seu turno, o engenheiro civil Ricardo Esquível Teixeira Duarte foi responsável pela conceção do anteprojeto de aproveitamento das águas a captar em Algeruz e por imaginar um novo plano geral de abastecimento de água à cidade.³⁹

Como se viu, ao estabelecimento de *timings* obrigatórios para reestruturar o Serviço Autónomo de Águas, o executivo dirigido por Carlos Botelho Moniz procurou dar resposta à exigência legal. Em 21 de junho de 1928, uma longa deliberação fundamentou a fundação dos Serviços Municipalizados de Setúbal, respeitando o conceito, organização e disposições jurídicas. A proposta, que foi apresentada pelo edil, por Joaquim Fer-



reira de Sousa Júnior, por António Caes Esteves e por Jorge Franco de Paiva, começou por recordar que até à municipalização mencionada, o abastecimento de águas “vinha sendo administrado por diversas formas desde que deixou de estar a cargo da Société Franco-Portugaise des Eaux”⁴⁰.

Em seguida, os mesmos vereadores julgaram que seria benéfico para a cidade municipalizar outros serviços de interesse público local, designadamente a limpeza, o saneamento e os esgotos públicos, uma vez que daí resultaria uma maior receita, apesar de terem de ser financiados pelos cofres camarários: “esta Comissão Administrativa julga conveniente e vantajoso reunir sobre a mesma direção os serviços já municipalizados dos abastecimentos de águas e os da limpeza, saneamento e esgotos públicos que agora se propõe municipalizar”⁴¹. Esta citação, só por si, é absolutamente clara de que o abastecimento de água se encontrava enquadrado no conceito de serviço municipalizado ainda antes da legislação ter sido publicada.

Por fim, os transportes e a distribuição de energia elétrica também deveriam ser reunidos com os restantes e sob a égide de uma única comissão administrativa. Leia-se o essencial da proposta apresentada:

“1.º Que a partir de 1 de julho próximo os Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal compreendam:

Excerto da ata de criação dos Serviços Municipalizados de Setúbal (1928)
Fonte: ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Órgãos do Município, Câmara Municipal, Livros de Atas das Sessões, Cx. 53, Livro n.º 12, Ata da sessão da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 21/06/1928, fl. 45v.

- a) Os serviços de abastecimento de águas;
- b) Os serviços de limpeza, saneamento e esgotos públicos;
- 2.º Que de futuro sejam igualmente municipalizados os transportes e distribuição de energia elétrica quando prontos a entrar em execução;
- 3.º Que todos estes serviços se considerem devidamente agrupados para o efeito de constituírem uma só administração e gerência;
- 4.º Que apesar do disposto no n.º anterior, cada uma delas constitua uma secção especial para os efeitos dos as respetivas escrituração e contabilidade”⁴².

O que se acaba de relatar não foi exclusivo de Setúbal. Com apenas um dia de diferença, em 27 de junho de 1928, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Viana do Castelo reuniu e deliberou a municipalização dos serviços de água com efeito a partir de 1 julho seguinte. Simultaneamente desenhou as bases do projeto de regulação do abastecimento e consumo de água, à luz do Decreto-Lei n.º 13350.⁴³ Para todos os efeitos, os SMS entraram em funcionamento oficialmente em 1 de julho de 1928.

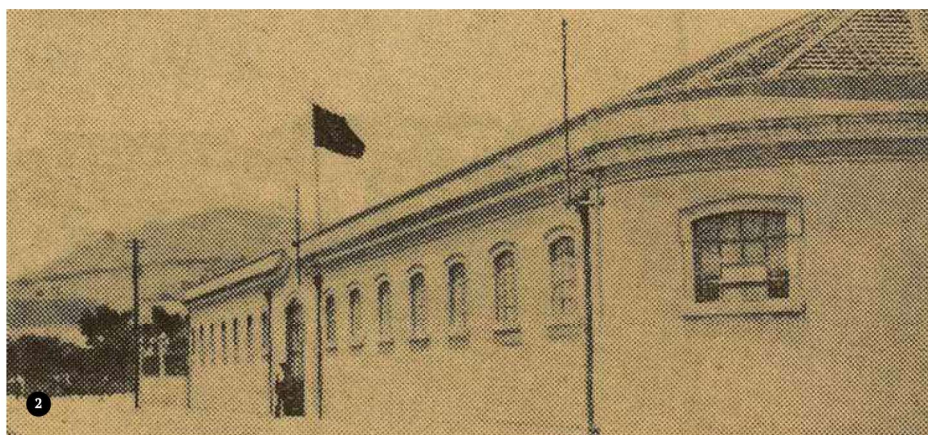
1.ª Comissão Administrativa dos Serviços Municipalizados de Setúbal

NOME
Dr. Carlos Botelho Moniz
António Caes Esteves
Dr. Joaquim Ferreira de Sousa Júnior
Eng.º Armando de Medeiros
João Salgado

Fonte:

ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Órgãos do Município, Câmara Municipal, Livros de Atas das Sessões, Cx. 53, Livro n.º 12, Ata da sessão da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 21/06/1928, fls. 43v.

Noutro âmbito, em março de 1929, já se encontrava construído o edifício tendente à aglomeração de diferentes setores camarários e dos Serviços Municipalizados. Prova disso foi o ofício remetido pelo edil à administração da Caixa Geral de Depósitos: “construiu um edifício onde já instalou todos os serviços municipalizados de água, eletricidade e transporte, as oficinas de carpinteiro, serralheiro e outras, as repartições de fiscalização e do contencioso, as garagens das viaturas automóveis de limpeza e da repartição de engenharia, os bombeiros municipais e os armazéns gerais”⁴⁴.



1. Carroças de transporte de água e de carregamento de lixo nas instalações dos armazéns gerais da C.M. de Setúbal (10/07/1936)
Fonte: Coleção Américo Ribeiro.
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro.
PT/AFAMR/AMR-15982.

2. Entrada da sede dos Serviços Municipalizados de Setúbal (1932)
Fonte: *O Setubalense*, número extraordinário dedicado à Grande Exposição Industrial Portuguesa, 28/10/1932.
Legenda original: "Setúbal – Sede dos Serviços Municipalizados onde funcionam inúmeras repartições camarárias, oficinas eletrotécnicas, garagem, etc."

3. Planta de Setúbal com a localização da primeira sede dos Serviços Municipalizados (1924)
Fonte: PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal*, vol. II, *Estremadura, Alentejo e Algarve*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2011, p. 657. [Reimpressão do original de 1927]

4. Vista aérea do edifício onde se concentraram, entre 1929 e a década de 1990, múltiplos setores da C.M. de Setúbal e dos Serviços Municipalizados.
Fonte: Internet. Acesso livre.
Nota: Observa-se o formato triangular alusivo ao baluarte do século XVII.



As instalações têm a particularidade de terem sido construídas, incorporando a estrutura arquitetónica do antigo Baluarte do Socorro. Estas integravam a segunda linha de muralhas de Setúbal, edificadas a partir do reinado de D. João IV no quadro do pós-Restauroação. A entrada era efetuada pela Rua Alferes Pinto Vidigal. Terão sido demolidas nos inícios da década de 1990 para a construção de um grupo de prédios de natureza residencial e com área para comércio no piso térreo.

Este espaço – ao contrário do que seria de supor – não contou com uma inaugura-



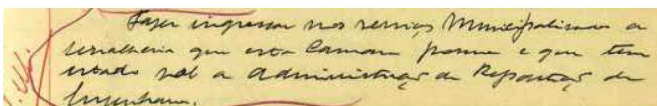
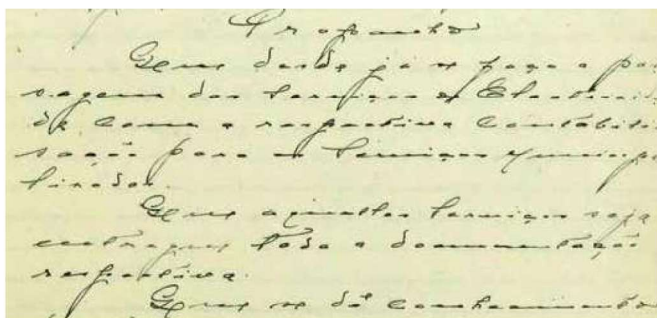
Visita do Presidente do Ministério a Setúbal em 26 de maio de 1929.
Fonte: Coleção Américo Ribeiro.
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro.
PT/AFAMR/AMR-162.
Notas: Esta fotografia foi tirada no pátio da sede dos Serviços Municipalizados de Setúbal junto às instalações da Corporação de Salvação Pública (vulgo bombeiros municipais). Na entrada observa-se o Dr. Carlos Botelho Moniz, o Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, o coronel Vicente de Freitas e António Caes Esteves.

Excerto da ata que deliberou a municipalização dos serviços de eletricidade.

Fonte: PT/AMSTB/CMSTB/B-A/001/9/186v.

Excerto da ata da sessão camarária que deliberou a municipalização da oficina de serralharia.

Fonte: PT/AMSTB/CMSTB/B-A/001/11/FL32.



ção formal. Porém, o executivo camarário aproveitou para o apresentar publicamente, aquando da visita oficial a Setúbal do chefe de Governo da Ditadura Militar, o coronel José Vicente de Freitas, em 26 de maio de 1929. O convite tinha sido efetuado pelo Governador Civil do Distrito de Setúbal.⁴⁵

Esta vinda tinha como propósito essencial inaugurar a Escola Primária do Bairro Salgado (hoje desaparecida) e avaliar politicamente a obra concretizada pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal.



A comitiva chegou pelas 15h00 aos Paços do Concelho, onde ocorreram os discursos de boas-vindas, que contou com o realce dado pelo edil setubalense à urgência em se iniciarem os trabalhos de reestruturação do porto de Setúbal e de se promover a renovação do sistema de saneamento. De acordo com o diário local, “a seguir, o sr. Presidente do Ministério, acompanhado de toda a comitiva, visitou a sede dos serviços municipalizados, na rua alferes Pinto Vidigal”⁴⁶. A visita prosseguiu com a inauguração do novo estabelecimento de ensino e com uma ida às diferentes estruturas de assistência da Misericórdia de Setúbal (hospital e asilos), tendo terminado no Sanatório do Outão.⁴⁷

Com a assinatura, em 8 de maio de 1928, da escritura do contrato de fornecimento de energia elétrica, entre a *Société des Mines de Borralha* e a Câmara Municipal de Setúbal⁴⁸, o executivo camarário reforçou a vontade de assegurar que a respetiva distribuição fosse igualmente municipalizada. Em 3 de outubro de 1929, o vereador Dr. Joaquim Ferreira de Sousa Júnior apresentou uma proposta para que “desde já se faça a passagem dos serviços de electricidade, como a respetiva contabilização, para os Serviços Municipalizados”⁴⁹. Esta foi uma medida de antecipação. É preciso realçar que a inauguração da luz elétrica, em Setúbal, apenas teve lugar em 27 de julho de 1930 no âmbito da abertura da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal.⁵⁰

No mês seguinte, o pedido formal de demissão de Carlos Botelho Moniz do cargo Presidente da C.M. de Setúbal não simbolizou uma rutura política na linha seguida pela comissão administrativa em funções. Os restantes vereadores permaneceram à frente dos destinos municipais até abril de 1931. Esse fio condutor também se manteve na filosofia aplicada aos Serviços Municipalizados.

Em 2 de setembro de 1930, numa reunião que ainda não contava com a escolha do novo líder do município, foi decidido “fazer ingressar nos Serviços Municipalizados a serralharia que esta Câmara possui e que tem estado sob a administração da Repartição de Engenharia”⁵¹. A deliberação não contou com uma explicação para a municipalização, pressupondo-se que terá sido de natureza económica e logística.

Parque Automóvel da C.M. de Setúbal e Oficina de Serralharia dos Serviços Municipalizados (1931)

Fonte: Coleção Américo Ribeiro.
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro.
PT/AFAMR/AMR-180.

4

Da extinção à reconstituição dos Serviços Municipalizados (1931-1932)

No quadro da complexa e duríssima conjuntura económico-social do pós-crash de Wall Street de 1929, o município de Setúbal – no decurso da década de 1930 – atravessou um período de profundas dificuldades financeiras. O passivo cresceu astronomicamente, multiplicaram-se as dívidas a um vasto conjunto de credores e os empréstimos bancários estiveram muito perto de não serem respeitados.

Era o reflexo de um concelho há muito dependente das flutuações dos mercados externos, cujas principais atividades económicas eram direcionadas para o estrangeiro (indústria conserveira, cimenteira, vinhos, adubos e, em certa medida, a pesca). Foi, pois, em absoluta asfixia que o major António Joaquim de Melo encontrou os cofres municipais quando subiu ao cargo de Presidente da Câmara Municipal de Setúbal (juntamente com uma nova equipa de vereadores). Corria o mês de abril de 1931.⁵²

Na tentativa de encontrar soluções para estes (e outros) problemas, esta comissão administrativa aplicou algumas medidas de austeridade. Nesse sentido, em sessão camarária de 18 de junho de 1931, determinaram extinguir os Serviços Municipalizados de Setúbal (abastecimento de águas, distribuição de energia elétrica, higiene, transportes e oficina de serralharia), criando-se uma 6.ª repartição na orgânica da Câmara Municipal para incorporar aqueles setores: “em virtude do estado financeiro desta Câmara Municipal se torna necessário centralizar todos os serviços camarários, pois só desta forma se poderão remediar certos inconvenientes que a todos os momentos surgem e para o bom andamento de todos os serviços”⁵³. A decisão entrou em vigor no dia 1 de julho.

A proposta foi apresentada pelo vereador capitão Luís Vila Verde e previa, ao mesmo tempo, a nomeação de uma comissão liquidatária e de uma comissão de estudo para regulamentar a repartição estabelecida. Não deixa de ser curioso denotar que, ao contrário da esmagadora maioria das decisões políticas apresentadas num contexto dita-

torial, esta contou com um voto contra. O vereador tenente Luís Portugal da Fonseca e Melo, apesar de ter encarado a opção como um mal necessário em virtude das dramáticas circunstâncias financeiras, pretendeu manter-se coerente com seus princípios municipalistas “que lhe indicam a descentralização dos Serviços Municipais como uma das bases que melhor levam ao conseguimento do fim de renovação da vida pública”⁵⁴.

O major António Joaquim de Melo, em novembro de 1931, procurou consolidar junto das Juntas de Freguesia do concelho as razões pelas quais o executivo a que presidia tinha resolvido dissolver os Serviços Municipalizados. Garantiu que a medida “não foi feita de ânimo leve (...) mas sim porque a actual Comissão Administrativa entendeu que, para uma mais regular e perfeita administração, se tornava necessário fazer a centralização de todos os serviços e muito menos para ser admitido mais pessoal”⁵⁵.

Este ano foi igualmente marcado pelo lançamento de um imposto adicional de 3% sobre a cobrança de água e da eletricidade em prol da Caixa de Pensões, Assistência e Crédito do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal e pela transferência do serviço de distribuição de energia elétrica da *Société des Mines de Borralha* para a SEUR (*Sociedade de Electrificação Urbana e Rural*).⁵⁶ Este último aspeto é pouco relevante dada a íntima proximidade entre ambas as empresas e os seus proprietários e gerentes.

O desaparecimento dos Serviços Municipalizados de Setúbal durou pouco tempo. Em dezembro de 1931, em solidariedade com o Governador Civil de Setúbal demissionário (tenente-coronel Alexandre Van Zeller), o major António Joaquim de Melo pediu, em nome da equipa que liderava, a demissão coletiva. Para o seu lugar foi convocado o Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, chefe da secretaria da C.M. de Setúbal há vários anos.

A visão deste executivo sobre os Serviços Municipalizados era diametralmente oposta à do anterior, demonstração evidente dos divisionismos internos que grassavam entre os dirigentes políticos da Ditadura Militar: “Tivemos sempre a opinião de que a extinção dos Serviços Municipalizados nenhum proveito traria à administração municipal, antes seria prejudicial aos serviços a seu cargo”⁵⁷. Os vereadores acrescentavam, ainda, que as receitas deixavam de ser canalizadas para novos recursos, sendo transferidas para outras dotações municipais. Mais importante, este curto período de dissolução gerou atrasos nos pagamentos à *Société des Mines de Borralha* pelo fornecimento de energia elétrica dos meses de outubro, novembro e dezembro de 1931. Apenas por isto ficavam “destruídos completamente os fundamentos dessa deliberação [refere-se à que extinguiu os Serviços Municipalizados em 18 de junho de 1931]”⁵⁸.



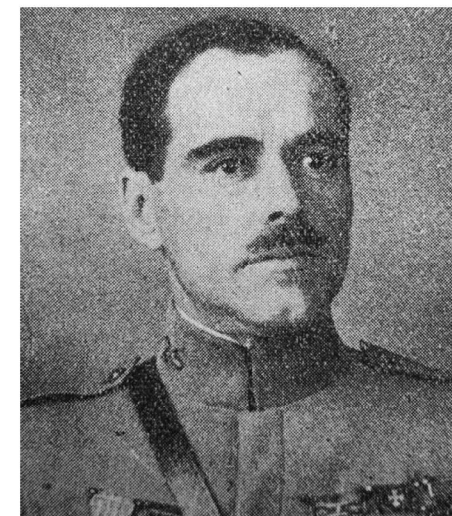
Major António Joaquim de Melo, edil da C.M. de Setúbal em duas ocasiões (1931 e 1932-1933)
Fonte: *O Setubalense*, edição comemorativa do 16.º aniversário (agosto de 1932), s.p.

Recorte de periódico local, noticiando a extinção.
Fonte: “Serviços Municipalizados” in *A Vitória*, n.º 57 de 04/07/1931, p. 2.

Capitão Luís Vila Verde, vereador da C.M. de Setúbal.
Fonte: “Dois amigos: José A. da Silva Portel – Capitão Luís Vila Verde” in *Grupo Desportivo Empregados no Comércio*, número comemorativo do seu IX aniversário (1926-1935) de 21/01/1935, p. 5.

Serviços municipalizados

Em sessão da comissão administratriva foram extintos os serviços municipalisados autonomos, criando-se em seu lugar, a 6.ª repartição, sendo nomeada uma comissão liquidataria daqueles serviços.

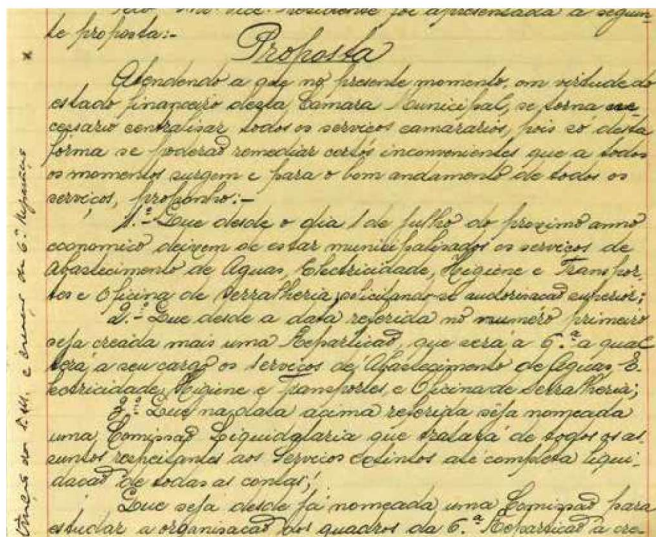


Cerca de 8 meses após a sua extinção, a administração do Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, em 24 de fevereiro de 1932, deliberou reconstituir os Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal “porquanto a municipalização de serviços de utilidade pública é hoje adoptada por muitas das nossas Câmaras Municipais, seguindo-se assim a orientação dos municípios das principais nações europeias e americanas”⁵⁹. A data, cerca de 50 câmaras municipais aplicavam regimes de municipalização.⁶⁰

Existiam, simultaneamente, provas do grande benefício para o público e para os próprios setores em causa, destacando-se a “situação progressivamente florescente”⁶¹ que os Serviços Municipalizados apresentavam na sua contabilidade, designadamente nas áreas da água e da eletricidade.

Era necessário, ainda assim, garantir a sustentabilidade futura do organismo. Nessa mesma reunião, a estrutura foi readaptada e modificada, não seguindo as dinâmicas iniciais. As exigências financeiras permanentes, que forçavam à intervenção dos cofres camarários, e as deficitárias condições infraestruturais dos serviços de limpeza, saneamento e esgotos públicos não permitiam o seu viável retorno ao regime de municipalização. Para esta decisão contribuiu o parecer desfavorável de uma comissão especial, nomeada para este efeito, quanto à municipalização da oficina de serralharia. Na sua ótica deveria passar a integrar a 3.ª repartição da Câmara Municipal de Setúbal.

A proposta apresentada (que foi aprovada) pôs termo à 6.ª repartição da Câmara Municipal de Setúbal e distribuiu os serviços que se encontravam sob a sua tutela da seguinte forma: a) passaram ao regime de municipalização a distribuição de energia elé-

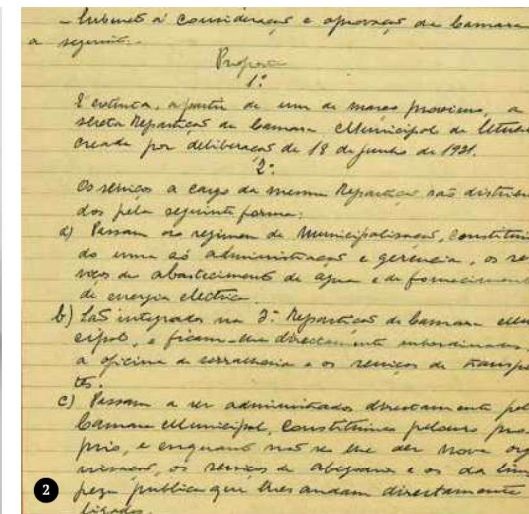


Excerto da ata da sessão camarária
que deliberou o fim dos Serviços
Municipalizados.
Fonte: PT/AMSTB/CMSTB/B-A/001/12/
FL14.



1. Dr. Luís Teixeira de Macedo
e Castro, edil da C.M. de Setúbal
em duas ocasiões (1932
e 1935-1937)

Fonte: Museu de Setúbal/Convento
de Jesus MS/CJ 940/F.63.



2. Excerto da ata da sessão camarária
de 24/02/1932.
Fonte: PT/AMSTB/CMSTB/B-
A/001/13/20v.

3. Aspeto da fachada da antiga sede
dos Serviços Municipalizados de
Setúbal (26/09/1939)
Fonte: Coleção Américo Ribeiro. Arquivo
Fotográfico Américo Ribeiro. PT/
AFAMR/AMR-838.

trica e o abastecimento de água, mantendo-se sob a alçada de uma única administração; b) a oficina de serralharia e os transportes foram integrados na 3.ª repartição; c) os serviços de abegoaria e limpeza pública retornaram à gestão camarária, subordinados a um pelouro próprio. A medida entrou em vigor em 1 de março seguinte.⁶²

O pessoal que exercia funções nos setores de água e eletricidade transitou normalmente para os Serviços Municipalizados de Setúbal, respeitando o respetivo regulamento de 16 de janeiro de 1930. A constituição da Comissão Administrativa dos Serviços Municipalizados de Setúbal, criada de acordo com os Decretos n.ºs 13350 e 13913, ficou composta da seguinte forma: Presidente – Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro; Vice-Presidente – Dr. Joaquim Ferreira de Sousa Júnior; Secretário – Adelino Caes Esteves.

Finalmente, o imposto adicional de 3% sobre a receita de água e eletricidade foi abolida. Para evitar a criação de um organismo semelhante, exclusivamente para os funcionários dos Serviços Municipalizados, estes passaram a descontar do seu salário para a Caixa de Pensões, Assistência e Crédito do Pessoal da C.M. de Setúbal.

A intervenção dos Serviços Municipalizados de Setúbal, em 1932, assegurou a instalação da rede de iluminação pública no Bairro Santos Nicolau, no Bairro da Monarquina, no Bairro Lopes, no Bairro Trindade, na Rua Formosa e na Rua Camilo Castelo Branco, sendo inaugurada no dia 27 de março. Relativamente ao setor das águas, o eng.º Teixeira Duarte garantiu que os vales da região de Algeruz eram os mais indicados para garantir um abastecimento de qualidade e em quantidade.⁶³ Foi, também, aberto um poço no sítio de Maria Ferreira.⁶⁴



O projeto de abastecimento de água do Eng.º Teixeira Duarte e outras intervenções da década de 1930

Apontamentos cronológicos

- Um novo poço foi construído e posto a funcionar em 10 de agosto de 1933.⁶⁵
- Para combater a falta de emprego e as necessidades crescentes dos Serviços Municipalizados de Setúbal foram contratados, em agosto de 1933, seis indivíduos que se encontravam inscritos no Comissariado do Desemprego (Amadeu Granja Santos, Carlos Pires Falcão, João Parrela Soares Costa, Carlos Vicente Paula Carreira da Cunha, José Batista Gentil-Homem Dimas e Sandálio António Dinis Pinto).⁶⁶
- O problema do abastecimento de água, quer para consumidores, quer para efeitos industriais deteriorou-se nos anos 30. Se em 1928 tinham sido disponibilizados 2000 m³ de água, em 1934 apenas foram captados 1300 m³.⁶⁷
- Entre 15 de março e 24 de abril de 1935, os Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal foram alvo de uma fiscalização por parte da Inspeção-Geral de Finanças. No relatório em questão não foram levantados problemas substanciais.⁶⁸
- Exerciam funções nos Serviços Municipalizados de Setúbal, em 1935, 60 indivíduos.
- No final de outubro de 1935, o projeto para o abastecimento de água à cidade foi finalmente entregue pelo eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte⁶⁹ à Câmara Municipal de Setúbal. O estudo apresentado previa captações em 10 poços espalhados pelos vales dos Brejos, de Algeruz, do Perdígão e do Bemgordo. A sua profundidade variava entre os 30 e os 50 metros. Junto ao Pinhal do Assa seria construída uma central elevatória com capacidade diária de 6 mil m³ por via de uma conduta de impulsão. A água seguiria até dois reservatórios, com capacidade para 3 mil litros, cuja localização seria perto da Praça Carlos Relvas (Alto dos Pinheirinhos). O orçamento previsto era de 7 mil contos (3 mil apenas para a construção da rede). A cidade seria dividida em três áreas: 1 – Zona

Alta Oriental, que serviria os bairros até ao Maltalhado através de um depósito de 600 m³; 2 – Zona Alta Ocidental, servindo os Bairros de Troino, Libertário, Melo, Ferreira, entre outros por via de um reservatório de 150 m³; 3 – Zona Central de Setúbal.⁷⁰

- A luz elétrica foi inaugurada em Azeitão a 10 de agosto de 1936.⁷¹

- O Decreto-Lei n.º 28226, de 24 de novembro de 1937, autorizou a Câmara Municipal de Setúbal a promover o conjunto de obras relativas ao abastecimento de água à cidade. Reconhecia *“a justiça de tal aspiração e a necessidade de proporcionar à Câmara receita suficiente para fazer face aos encargos resultantes da execução do melhoramento”*⁷². A legislação decretou que cerca de 3 mil contos do orçamento seriam comparticipados pelo Estado através do Fundo de Desemprego, isto é, de mão-de-obra. Esta primeira fase deveria ficar concluída até ao final do ano de 1941, contando com o aproveitamento das velhas instalações expropriadas na década de 1920.

- Em 1938, foram aprovados os estatutos da Caixa de Reformas e Previdência do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, que englobava, de igual modo, os trabalhadores dos Serviços Municipalizados. A inscrição era de carácter obrigatório, apoiando em subsídios de morte, reformas por invalidez, reformas ordinárias aos 65 anos, assistência médica e subsídios em caso de doença.⁷³

- Por portaria de 9 de junho de 1938, o município de Setúbal foi autorizado a contrair um empréstimo de 600 contos para investir nas obras de abastecimento de água à ci-

Obras de canalizações na encruzilhada dos Pinheirinhos (10/11/1940)

Fonte: Coleção Américo Ribeiro.
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro.
PT/AFAMR/AMR-1168.



Reservatório elevado dos Pinheirinhos em construção (26/10/1939)

Fonte: Coleção Américo Ribeiro.
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro.
PT/AFAMR/AR855.

Eng.º Ricardo Teixeira Duarte (1886-1959)

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar.

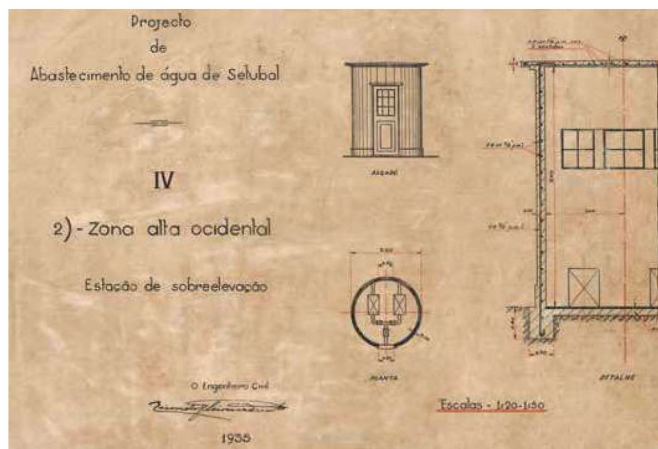


dade.⁷⁴ As receitas dos Serviços Municipalizados de Setúbal foram as garantias apresentadas.⁷⁵

- No verão de 1939, a profunda deterioração das condições infraestruturais do edifício do Liceu de Bocage gerou fortes preocupações às autoridades competentes, aos docentes e aos alunos. O estabelecimento de ensino estava perto de atingir um estado de absoluta ruína. Nesse sentido, o reitor, Dr. António Manuel Gamito, foi incumbido de procurar uma alternativa, tendo comunicado à tutela que a *“única solução que se lhe apresenta é a do aproveitamento de um edifício, pertencente ao Município, onde actualmente estão instalados os Serviços Municipalizados e as repartições de engenharia da Câmara Municipal.”*⁷⁶ Pediu, pois, a intervenção do Ministro do Interior junto da C.M. de Setúbal.

- O secretário da C.M. de Setúbal comunicou ao Governador Civil de Setúbal que, recentemente, os Serviços Municipalizados tinham despendido cerca de 40 mil escudos para a montagem de um laboratório de ensaio e aferição de contadores de água e de eletricidade, exigência há muito reclamada pela Inspeção-Geral das Indústrias. A transferência das instalações referentes às diferentes oficinas municipais (serralheira, carpintaria, aferições de pesos e medidas) e das garagens causariam transtorno aos serviços. Existia, ainda assim, a possibilidade de os alunos do Liceu irem estudar para as dependências da Escola Industrial e Comercial de João Vaz.⁷⁷

- Sem que se tenha tido acesso ao desenrolar deste processo, a investigação de Manuel Henrique Figueira indica que, aquando a construção de um novo edifício para o Liceu



Planta n.º 4 do projeto de abastecimento de água a Setúbal
Fonte: Coleção particular de António Pinho.
Nota: Autoria do eng.º Ricardo Teixeira Duarte e datada de 1935.

Viatura dos Serviços Municipalizados com escadas mecânicas (03/07/1940)
Fonte: Coleção Américo Ribeiro. Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro. PT/AFAMR/AMR-1084.



Postes de eletricidade em cimento na zona de Vila Maria (26/05/1939)
Fonte: Coleção Américo Ribeiro. Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro. PT/AFAMR/AR678.

de Setúbal já estava prevista, a ruína do edifício “obrigou à transferência definitiva das actividades escolares para instalações de recurso, uns armazéns municipais nas traseiras da Av. 5 de Outubro, perto da garagem rodoviária”⁷⁸.

• Esta realidade foi confirmada através do depoimento de António Cunha Bento que, em conversas informais com o Dr. Maurício Costa (antigo Presidente da Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão), com Picoto Rosa (antigo membro da direção do mesmo organismo) e João Salgueiro (ex-funcionário da Setenave), soube que estes tiveram aulas no edifício onde estavam sediados os Serviços Municipalizados de Setúbal.



As obras de alargamento das redes de abastecimento de água e de eletricidade nas décadas de 1940, 1950 e 1960

Apontamentos cronológicos

• A *Corporação Mercantil Portuguesa, Lda.* e a *Sociedade Nacional de Canalizações, Lda.* foram as empresas contratadas para se proceder ao assentamento da canalização em fibrocimento e betão armado na zonal alta oriental da cidade.⁷⁹

• No início da década de 1940, os Serviços Municipalizados de Setúbal encontravam-se numa “*situação difícil*”⁸⁰ do ponto de vista financeiro (o passivo rondava os 1700 contos) e o projeto de abastecimento de água estava a ser revisto dada a brutal elevação do custo dos materiais no quadro da II Guerra Mundial. Posteriormente, o município acabou por assumir a amortização deste valor, libertando a organização deste consurgimento.

• A partir de 1941, os funcionários dos Serviços Municipalizados de Setúbal passaram a pagar as tarifas normais aplicadas aos consumidores domésticos de água e de luz, deixando de ter direito ao regime especial por trabalharem na instituição.⁸¹

• O município de Setúbal e a União Elétrica Portuguesa chegaram a acordo para a revisão do contrato, uma vez que os sucessivos aumentos provocados pela conjuntura internacional do conflito mundial assim o exigiam. A escritura foi assinada em 2 de julho de 1941, beneficiando a C.M. de Setúbal de uma considerável diminuição do valor de compra por kwh.⁸²

• Em finais de 1941, as obras de abastecimento de água da zona alta oriental estavam concluídas, estando montada a respetiva rede de distribuição. O processo durou cerca de um ano e representou a 1.ª fase do projeto do eng.º Teixeira Duarte.⁸³ Pela mesma altura foi igualmente iniciada a construção de um armazém na central elevatória de águas e completou-se a eletrificação da Estrada da Graça, entre a Rua Camilo Castelo Branco

e Vila Maria.⁸⁴ Foi, igualmente, instalada a energia elétrica na Casa do Corpo Santo.⁸⁵

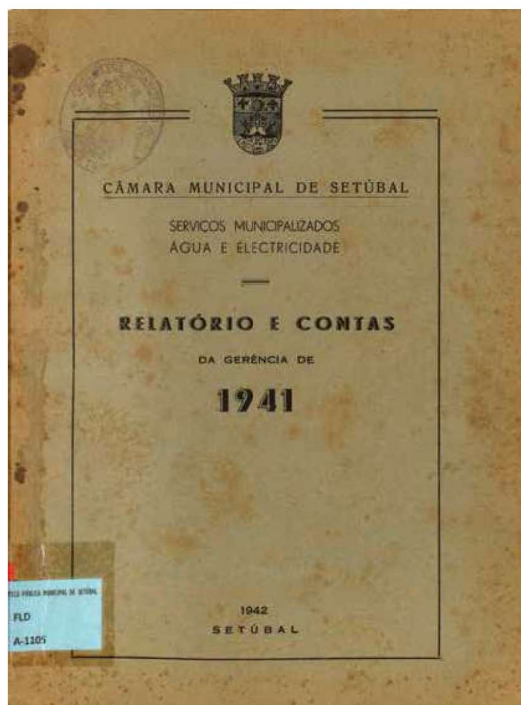
• Apesar da conclusão da 1.ª fase da rede de abastecimento de água a Setúbal, as instalações domiciliárias foram manifestamente mais complexas de concluir do que se previa inicialmente: *“houve casos em que o estado deplorável das casas e a miséria dos seus proprietários e inquilinos tornaram impossível a aplicação rigorosa da lei”*⁸⁶. Por essa razão, os Serviços Municipalizados de Setúbal instalaram dois fontenários em locais públicos: na Estrada de Santas, próximo do Bairro da Monarquia; no início da Estrada das Montureiras.⁸⁷

• Em 10 de março de 1942, a publicação do Decreto-Lei n.º 31911 estabeleceu um regime de restrições de consumo à energia elétrica produzida pelas centrais em face das dificuldades em se importar carvão inglês. Nesse sentido, o Presidente da C.M. de Setúbal enalteceu que se reduziu *“a 50 por cento a iluminação pública e, apesar do cuidado plano que se traçou e seguiu, não era possível evitar que a iluminação já deficiente em certas zonas, fosse muito prejudicada”*⁸⁸. Os Serviços Municipalizados de Setúbal receberam centenas de queixas de utentes que foram obrigados a reduzir o consumo em 75%. Prosseguiram, desta forma, os impactos da conjuntura mundial.

• A Caixa de Reformas e Previdência do Pessoal da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, em 30 de abril de 1942, foi extinta por razões económico-financeiras.⁸⁹

• O município de Setúbal entregou, em junho de 1942, ao Ministério das Obras Públicas a revisão do projeto de abastecimento de água concebido pelo eng.º Teixeira Duarte. De acordo com o próprio, o plano foi *“remodelado, atendendo ao estado actual das necessidades de Setúbal e possibilidades do mercado, em que falta muitos materiais, tendo outros preços excessivos”*⁹⁰. Os efeitos da beligerância mundial eram evidentes. As duas grandes alterações passaram pela redução e simplificação das captações de Algeruz e por se abandonar a ideia de se investir em betão armado para as construções dos reservatórios. Pela manifesta redução dos custos, um reservatório de 3 mil m³ seria edificado de forma clássica (paredes em alvenaria e abóbadas de tijolo). Reforçou-se a aposta na busca de captações na Fonte dos Cavaleiros e deslocou-se ligeiramente a posição inicialmente prevista para a montagem da estação elevatória.

• No início de 1943, o chefe dos serviços de viação e obras da C.M. de Setúbal, Luís Novais da Câmara Pestana, assumiu o cargo de Diretor-Delegado dos Serviços Municipalizados,



Capa do Relatório e Contas da gerência de 1941 dos Serviços Municipalizados de Setúbal.
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal.

Jardim da Central de Águas de Setúbal (13/04/1939)
Fonte: Coleção Américo Ribeiro.
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro.
PT/AFAMR/AMR644.



acumulando ambas as funções.⁹¹ Ao longo deste ano, a rede de abastecimento de água foi estendida na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e na Azinhaga da Nova Sintra. Na Avenida Dr. Manuel de Arriaga foi instalada a rede de distribuição de energia elétrica.⁹²

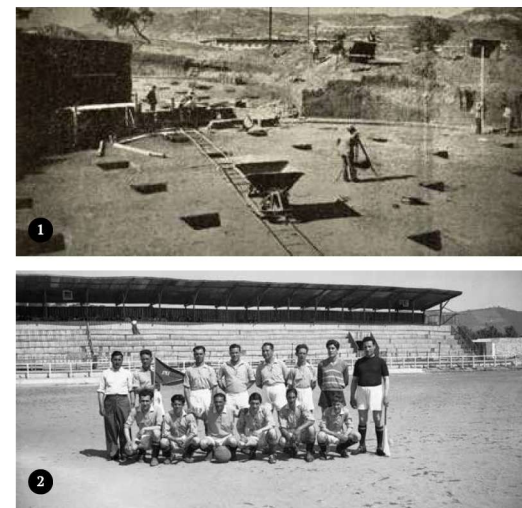
• Por portaria de 29 de maio de 1943, publicada no *Diário do Governo* de 5 de junho, o Governo atribuiu uma comparticipação aos Serviços Municipalizados de Setúbal de 68 mil escudos (num orçamento total de 137 mil escudos) para proceder a *“obras de pesquisa de água no local dos Cavaleiros”*⁹³. O trabalho decorreu entre julho e dezembro, permitindo compreender que era viável aumentar o caudal daquela captação.

• A empresa do eng.º Teixeira Duarte, em 1944, concretizou trabalhos de captação na Fonte dos Cavaleiros. Foi montada, no mesmo ano, uma linha aérea de alta tensão de 6000 volts. Situava-se entre o posto de transformação da Pedra Furada e os postos de transformação dos Quatro Caminhos e da Tebaida.⁹⁴

• Em 1945, os edifícios da capitania do porto de Setúbal e da alfândega foram eletrificados.⁹⁵

- O município de Setúbal, em dezembro de 1946, foi autorizado a contrair um empréstimo de quase 8 mil contos para a conclusão do projeto de abastecimento de água à cidade. Este era amortizável em 20 anos.⁹⁶
- Em 17 de janeiro de 1947, a Caixa Geral de Depósitos assinou o contrato de empréstimo de 8 mil contos com a C.M. de Setúbal com o objetivo sublinhado no ponto anterior.
- Em 11 de setembro seguinte, em virtude de a empresa *Sondagens e Fundações Teixeira Duarte, Lda.* se encontrar a efetuar trabalhos de captação em Algeruz, o proprietário da firma pediu a demissão do cargo de diretor-técnico do projeto de abastecimento de água por considerar que existia um evidente conflito de interesses. Foi substituído pelo eng.º Alexandre Ferreira Chaves, que fora selecionado em reunião da C.M. de Setúbal de 23 de outubro do mesmo ano. Por seu turno, o eng.º Pedro Celestino da Costa prosseguia a preparação do Plano Geral de Saneamento de Setúbal.⁹⁷
- Os reservatórios semi-enterrados dos Pinheirinhos (com 7 mil m³ de capacidade) e de Algeruz (com 500 m³ de capacidade) e o reservatório elevado dos Pinheirinhos (700 m³ de capacidade) ficaram prontos em 1947. Respeitaram o designio do projeto do eng.º Teixeira Duarte de 1935, que foi reformulado sete anos depois.⁹⁸
- A 26 de agosto de 1948, o proprietário dos terrenos de Algeruz provocou embaraços ao fornecimento de água, resultando em graves problemas no abastecimento à cidade durante cerca de 48 horas.
- O envio de amostras para os Serviços Técnicos de Higiene da Alimentação e Bromatologia da Direção Geral de Saúde é demonstrativo da progressiva preocupação dos

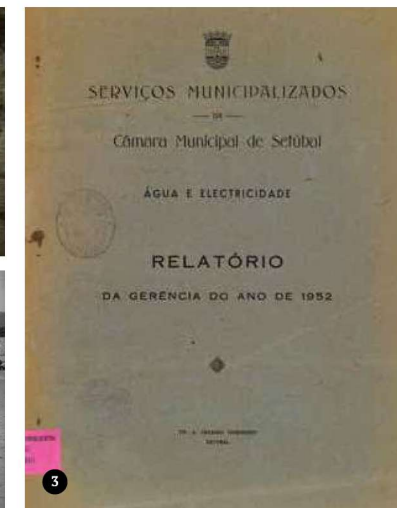
Colocação de tubos de água no Bairro Santos Nicolau (07/09/1940)
Fonte: Coleção Américo Ribeiro.
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro.
PT/AFAMR/AMR-1143.



1. Aspeto da construção do reservatório no Alto dos Pinheiros (1947)
Fonte: BASTOS, Miguel Rodrigues, *Câmara Municipal de Setúbal - Relatório da Gerência de 1947*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1948.

2. Equipa de futebol dos Serviços Municipalizados de Setúbal no antigo Campo dos Arcos.
Fonte: Coleção Américo Ribeiro.
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro.
PT/AFAMR/AR03171585.
Nota: De acordo com a reportagem de Américo Ribeiro, o jogo amigável foi disputado contra a equipa de futebol da União Elétrica Portuguesa, em junho de 1949.

3. Capa do Relatório e Contas da gerência de 1952 dos Serviços Municipalizados de Setúbal.
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal.



Serviços Municipalizados em fornecer água de qualidade aos setubalenses. Dada a agressividade da água de Algeruz, em 1948, optou-se pela instalação de um aparelho que adicionava água de cal.

- Ainda em 1948, a rede de água foi prolongada até ao Bairro da Monarquina e foi entregue ao Ministério das Obras Públicas o "Plano Geral de Saneamento", dedicado ao estudo dos esgotos pluviais e domésticos do concelho. Finalmente, foi aberto um poço com 7 metros de profundidade no sítio do Rio de S. Simão em Vila Fresca.⁹⁹
- Foi construída, em 1949, a linha de alta tensão que estabelecia a ligação da Central de 'Come-Couves' à cabine do Parque do Bonfim. Em simultâneo, foi terminada a instalação de rede de iluminação pública no Bairro Presidente Carmona (hoje Bairro Afonso Costa) e no Bairro de Casas Económicas de Nossa Senhora da Conceição.¹⁰⁰
- Em agosto de 1950, estava a ser instalada uma nova conduta de meio metro de diâmetro para transportar a água proveniente das captações de Algeruz.¹⁰¹
- Conclusão da rede de abastecimento de água para o antigo Bairro Presidente Carmona (1948-1950) e da rede de esgotos do Bairro Trindade (1946-1950).¹⁰²
- A multiplicação de ligações ilícitas de condutores elétricos à canalização de água, para além de infringir a lei, estava a colocar em risco os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Um funcionário apanhou um choque, enquanto prestava serviço na Av. 5 de Outubro, no decurso de uma reparação.¹⁰³
- Em 31 de agosto de 1952, Manuel Fernandes Camacho abandonou o cargo de diretor-delegado dos Serviços Municipalizados de Setúbal.¹⁰⁴



• A estação de captação de Algeruz funcionava há dez anos (1944-1954) em instalações provisórias. No mesmo ano foi instalado um ramal de alta tensão, através de um cabo subterrâneo de 900 metros, que fazia a ligação entre o posto de transformação da Tebaida e o posto de transformação do Bonfim.¹⁰⁵

• Em 24 de fevereiro de 1954, segundo registo fotográfico de Américo Ribeiro, foi inaugurada a central leiteira na sede dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

• A C.M. de Setúbal foi autorizada, em novembro de 1955, a contrair um empréstimo de 3.500.000\$00 para promover a 1.ª fase das obras de renovação da rede de saneamento do concelho.¹⁰⁶

1. Equipa de futebol dos SMS num jogo de apoio à construção do Estádio do Bonfim (c. década de 1950)

Fonte: Coleção particular de Américo Rocha, ex-funcionário e primeiro da direita (em baixo).

2. Inauguração da Central Leiteira no edifício dos Serviços Municipalizados de Setúbal (24/02/1954)

Fonte: Coleção Américo Ribeiro. Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro. PT/AFAMR/AMR-9617.

3. Gabinete de trabalho dos Serviços Municipalizados de Setúbal. (década de 1950)

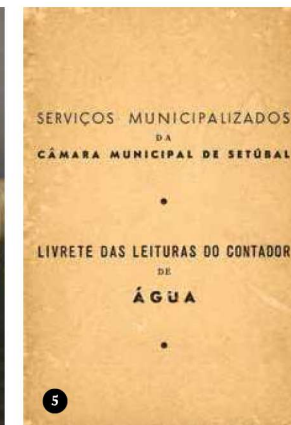
Fonte: Coleção particular de Américo Rocha. Retirado da página de Facebook "Setúbal Quase Esquecida". Publicado em 10/08/2012 por Jorge Lobato. Indivíduos fotografados: Ao fundo, observa-se o tesoureiro José da Silva Catralo e Raúl Venâncio. Em primeiro plano encontram-se Armando Trindade, Armando Ferreira da Silva e Américo Rocha.

4. Contador volumétrico n.º 275 dos Serviços Municipalizados de Setúbal (1955)

Fonte: Coleção particular de António Pinho.

5. Livrete de leitura de contador de água dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

Fonte: Coleção particular de António Pinho.



• A rede de abastecimento de água, ao longo de 1955, foi prolongada (e ou renovada) até aos seguintes locais: Bairro Dias Ferrão; Bairro Melo; Bairro da Fonte do Lavra; 2.ª e 3.ª Azinhagas do Maltalhado. Foi estabelecido um posto de transformação, neste ano, nos terrenos da antiga fábrica de gás.¹⁰⁷

• Entre 1953 e 1955 ocorreu o processo de substituição integral da antiga rede abastecimento de água à cidade.

• Em 1956, foram instalados dois novos postos de transformação: um no Beco do Carmo e outro junto às oficinas municipais. Foi montada, no mesmo ano, uma conduta de água de 2400 metros para abastecer o Matadouro Municipal.¹⁰⁸

• Em 1957, foi ampliada a rede de água no Casal das Figueiras e na Azeda de Baixo e reforçada a rede elétrica no Forte de S. Filipe, na Estrada do Alentejo, na Azeda de Cima e na Estrada das Machadas.¹⁰⁹

• Em 7 de maio de 1964, a luz elétrica foi formalmente inaugurada nas Praias do Sado.¹¹⁰

• O Centro de Alegria no Trabalho do Pessoal da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Setúbal recebeu alvará da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), em 23 de novembro de 1966. O centro iniciou a sua atividade em julho seguinte.¹¹¹

• Em meados do decénio de 1960, a sede administrativa dos Serviços Municipalizados de Setúbal foi transferida para a Praça do Brasil.



7

O fim da distribuição de energia elétrica e os impactos da Revolução de Abril de 1974

Apontamentos cronológicos

• Em 28 de dezembro de 1971, no quadro do marcelismo, foi publicado o Decreto-Lei n.º 593/71. Esta legislação fundou a Federação dos Municípios do Distrito de Setúbal (Alcácer do Sal, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Setúbal e Sines) “sendo-lhe cometida a execução e exploração das obras destinadas à pequena distribuição de energia eléctrica nas áreas dos referidos concelhos”¹¹². Daqui em diante, os Serviços Municipalizados de Setúbal deixaram de ter a seu cargo, após pouco mais de quarenta anos, a distribuição da eletricidade no concelho. O ponto 2 do artigo 7.º previa o direito dos trabalhadores em transitarem com manifesta facilidade de uma instituição para outra. A título de exemplo, um eletricista poderia transitar dos Serviços Municipalizados de Setúbal para a Federação dos Municípios do Distrito de Setúbal (FMDS).

• De acordo com os depoimentos de Américo Batista, Maria da Luz Batista, Maria Amélia Palmela e Manuel Pisco, as sedes administrativas de ambos os organismos continuaram na Praça do Brasil, sendo de realçar que os funcionários dos recursos humanos estavam ao serviço dos SMS e da FMDS.¹¹³

• Em 13 de maio de 1973, os residentes no Faralhão e em Santo Ovídio passaram a contar com acesso à luz elétrica.¹¹⁴

• Perante uma cidade marcada pelas inúmeras barracas ou casas abarracadas, que albergavam milhares de famílias setubalenses, a rutura política da Revolução dos Cravos colocou o problema da habitação no epicentro das prioridades do poder local.¹¹⁵ Paralelamente, a tomada de consciência da capacidade de intervenção coletiva dos cidadãos – à luz do espírito de Abril – promoveu a multiplicação de comissões de moradores (cerca de três dezenas) por todo o concelho de Setúbal.

• Compreensivelmente, as reivindicações das comissões de moradores oriundas dos bairros populares eram bem distintas das que eram provenientes dos bairros de classe média. As primeiras elaboraram os seus programas de ação “de acordo com as necessidades básicas mais prementes: falta de água canalizada, falta de luz elétrica, saneamento básico, arranjos dos caminhos, cabines telefónicas, transportes, recolha regular do lixo, creches, escolas”¹¹⁶.

• De facto, um dos grandes desafios que a Comissão Administrativa pós-revolucionária da Câmara Municipal de Setúbal enfrentou foi a emergência em reduzir os riscos provocados pela falta de água e de saneamento básico nos bairros de lata da cidade. Todavia, as dificuldades de financiamento impediam a resolução deste drama no plano autárquico.

• Não surpreende, por essa razão, que tenham existido casos em que os próprios membros das comissões de moradores se tenham voluntariado para construir algumas destas infraestruturas. De acordo com Francisco Lobo, antigo Presidente da C.M. de Setúbal nos anos 80, um dos casos mais emblemáticos foi o da Comissão de Moradores das Manteigadas que “colocou água, luz, esgotos, arruamentos e fez uma sede social”¹¹⁷.

• Importa referir que, em junho de 1975, nasceu uma estrutura de coordenação de todas as comissões de moradores, o *Conselho de Moradores*. Fortemente influenciado pela presença de militantes de diferentes forças da esquerda radical, os seus estatutos previam o auxílio à redução das rendas de casas, o combate à magna questão das barracas e o apoio à “luta pelas infraestruturas nos bairros e localidades da periferia (energia elétrica, água, etc.)”¹¹⁸.

• Passado o turbilhão político dos primeiros anos após o 25 de Abril de 1974, os Serviços Municipalizados de Setúbal foram a instituição mais determinante no lento, mas progressivo aumento do acesso da população a sistemas de esgotos e à água canalizada. O investimento efetuado nestes setores permitiu que, em cerca de uma década, a esmagadora maioria da população do concelho não continuasse a viver nas péssimas condições herdadas do fascismo: sem água, sem saneamento e sem luz.

• Entre 1974 e 1975, foram construídos três novos reservatórios: o semi-enterado de Brancanes (5 mil m³ de capacidade) para abastecimento da parte oriental da cidade, nomeadamente o Viso e a Reboreda; o reservatório do Forte Velho (no Bairro dos Pescadores); o reservatório elevado da Bela Vista com 600 m³ de capacidade. Este último era alimentado pelas captações de Santas e de Poço Mouro.



Talão referente a consumo de
eletricidade (fev. 1966)
Fonte: Coleção particular
de António Pinho.

Excursão de trabalhadores dos SMS
e respetivas famílias ao Palácio de
Queluz. (década de 1960).
Fonte: Coleção particular de Américo
Rocha. Retirado da página de Facebook
“Setúbal Quase Esquecida”. Publicado
em 04/12/2012 por Jorge Lobato.



Manifestação ocorrida em Setúbal
com destaque para o papel dos
moradores.

Fonte: Fotografia de Joaquim Canelas.
Citado a partir de: COSTA, Albérico
Afonso, *Setúbal – Cidade Vermelha*
(1974-1975): *Sem perguntar ao Estado*
qual o caminho a tomar, Estuário,
Setúbal, 2017, p. 82.

Reservatório elevado da Bela Vista
(c. década de 1980)
Fonte: Coleção de António Pinho.





Galhardete do Centro Cultural e Desportivo dos Serviços Municipalizados de Setúbal
Fonte: Coleção particular de António Pinho.



A expansão das redes de saneamento e de distribuição de água nas décadas de 1980 e de 1990¹¹⁹

Apontamentos cronológicos

- José Joaquim dos Santos, o 'José Canalizador', impulsionou a fundação do Centro Cultural e Desportivo dos Serviços Municipalizados de Setúbal, em meados de 1980. Num edifício junto ao Balneário Dr. Paula Borba funcionou a respetiva sala de convívio, existindo uma mesa de ténis de mesa disponível para a prática desportiva. Os trabalhadores que ingressaram no CCD dos SMS participaram, um pouco por todo o país, em diversos torneios do INATEL desta modalidade.¹²⁰
- Em 1981, cerca de 15% da população do concelho não tinha acesso à água canalizada ou ao sistema de esgotos.¹²¹
- Os reservatórios de água do Faralhão e do Carrascal foram edificados entre 1980 e 1981. Neste último ano foram montadas quatro bombas de água: Brancanes, Poço Mouro, Algeruz e Pinhal de Negreiros.¹²²
- O Regulamento Geral das Águas Residuais foi aprovado pela Assembleia Municipal de Setúbal, em julho de 1984. Tratava-se de um projeto de caráter pioneiro a nível nacional em face das suas preocupações ambientais. Era encabeçado pela AMRS.¹²³
- Em 21 de setembro de 1984, os serviços de cobrança dos Serviços Municipalizados de Setúbal, sítios no n.º 25 da Rua Olavo Bilac, foram vítimas de um assalto. Os assaltantes roubaram cerca de mil contos e diziam pertencer às FP25. Acabaram detidos, em novembro seguinte, após um fracassado saque à ourivesaria *Rosel*. Comprovou-se, mais tarde, que os envolvidos não eram de Setúbal e que nem pertenciam à organização terrorista.¹²⁴
- Em 1985, foi alcançada a eletrificação pública total do concelho¹²⁵, foi prolongada a rede de abastecimento de água do Faralhão e das Praias do Sado e construída a ETAR de Aldeia Grande.¹²⁶



Instalação de rede de abastecimento de águas na Av. 22 de Dezembro (1983)

Fonte: Coleção particular de António Pinho.

Funcionário dos SMS na oficina de aferição de contadores da central de Come-Couves (anos 80)

Fonte: Coleção particular de António Pinho.



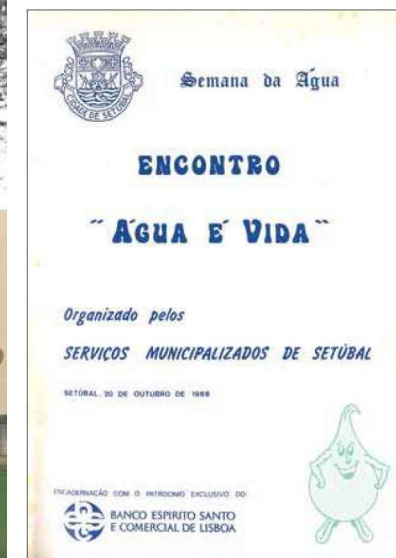
Área de atendimento ao público dos Serviços Municipalizados na Praça do Brasil (década de 1980)
Fonte: Coleção particular de António Pinho.

Laboratório de análises da antiga Central de Águas de Come-Couves (c. década de 1980)
Fonte: Coleção particular de António Pinho.



Capa da publicação que contém os resultados das comunicações.

Fonte: Centro de Documentação do Museu do Trabalho Michel Giacometti.





25 anos de gestão privada: O tempo da concessionária Águas do Sado, S.A. (1997-2022)¹²⁸

Apontamentos cronológicos

- A publicação dos Decretos-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, e 147/95, de 21 de junho, retomaram a possibilidade de as empresas privadas exercerem a gestão dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento.
- Em meados de 1996, foi construído o reservatório apoiado de Pinhal de Negreiros com uma capacidade de 460 m³.
- Em 17 de setembro de 1996, a C.M. de Setúbal aprovou, com votos do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, a abertura de um concurso internacional com vista à concessão da exploração dos serviços de água e saneamento.¹²⁹
- Em 11 de outubro de 1996, foi lançado o concurso público internacional para a concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Setúbal. Foram apresentadas propostas por parte de quatro concorrentes: 1 – Agrupamento Indáqua/Hidrocontrato; 2 – Agrupamento composto pela Luságua – Gestão de Águas, S.A. e AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.; 3 – Compagnie General des Eaux; 4 – Agrupamento Assiconstroi / Ecoserviços / FCC Dragados / Serágua / Urbaser.
- O concurso foi ganho pelo consórcio Luságua/AGS. Em reunião da C.M. de Setúbal de 30 de setembro de 1997, foi aprovada uma proposta tendente à “*adjudicação da concessão da exploração em epígrafe, com a retribuição proposta para a mesma concessão e pelo prazo e demais condições que resultem do programa de concurso, do caderno de encargos e da legislação aplicável, ao concorrente Grupo LUSÁGUA/AGS, com possibilidade de transferência de posição em favor da empresa a constituir nos termos da respectiva proposta de candidatura*”¹³⁰.

• Em 14 de novembro de 1997, foi constituída a firma *Águas do Sado – Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Setúbal, S.A.*

• O contrato da concessão foi assinado em 24 de novembro de 1997. A imprensa local criticou o excesso de discrição alusivo à assinatura da escritura, que teve lugar nos Paços do Concelho, “*após a forte mediação que envolveu todo o processo*”¹³¹. O edil então em funções, Manuel de Mata Cáceres, assegurou que se tratou de um mero ato formal, optando por garantir que o custo da água ia baixar.

• Segundo o art.º 59 do contrato da concessão, a concessionária ficou obrigada a pagar 25 anuidades, a título de retribuição, nos moldes expressos na tabela abaixo (sujeitos a atualização). A soma dos montantes pagos pela concessionária ao município correspondeu a cerca de 77 milhões e meio de euros, cuja aplicação em obras executadas pela C.M. de Setúbal rondou os 76 milhões e 900 mil euros.



Logótipo da concessionária.
Fonte: Internet. Acesso livre.

Montantes de retribuição das anuidades a pagar pela concessionária previstos no contrato

ANOS	MONTANTE
1.º ano	Mil milhões de escudos
2.º ano	Mil e quinhentos milhões de escudos
3.º ano	Mil milhões de escudos
4.º ano	Dez milhões de escudos
5.º ano	Dez milhões de escudos
6.º ano	Dez milhões de escudos
7.º ano	Cinquenta milhões de escudos
8.º ano	Cinquenta milhões de escudos
9.º ano	Cinquenta milhões de escudos
10.º ano e seguintes	Oitocentos milhões de escudos

Fonte: Contrato de concessão assinado entre a C.M. de Setúbal e as *Águas do Sado, S.A.*

• O modo como a concessionária procedeu à atualização dos montantes das anuidades gerou discordância por parte do Município de Setúbal, que colocou em causa o modelo de cálculo, em meados de 2008, aplicado pelas *Águas do Sado, S.A.* A diferença entre a soma dos montantes pagos pela concessionária e a soma das quantias reclamadas pela C.M. de Setúbal ascendem a perto de 29 milhões de euros. Esta reclamação aguarda, presentemente, acórdão do tribunal arbitral.

• De acordo com o contrato estabelecido, os fundos pagos pela concessionária destinavam-se ao financiamento das obras previstas ou necessárias executar pelo município, uma vez que à concedente cabia a responsabilidade de executar “os trabalhos de renovação respeitantes às obras de construção civil das captações, estações elevatórias, reservatórios e estações de tratamento” (art.º 42) e “*todos os trabalhos de ampliações e extensões referentes a novas canalizações e construções de novas obras com o objectivo de aumentar a capacidade produtiva dos sistemas ou de aumentar a capacidade de oferta do serviço*” (art.º 43).

• Por seu turno, as *Águas do Sado, S.A.* deveriam assegurar a manutenção em bom estado de funcionamento de “*todas as construções, equipamentos e acessórios necessários à exploração*” (art.º 39), assim como promover as reparações que fossem necessárias, independentemente da sua dimensão, suportando todos os custos associados.

• A assinatura do auto de consignação, em 17 de dezembro de 1997, oficializou o dia em que a concessão iniciou o seu longo período de atividade durante 25 anos, sendo o município de Setúbal o concedente e a *Águas do Sado, S.A.* a concessionária dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento.

• De acordo com o relatório, balanço e contas de 1998, em maio, a empresa transferiu a sua sede e serviços administrativos para a Av. Luísa Todi “*de modo a prestar um melhor serviço aos clientes e melhorar também as condições de laboração dos trabalhadores*”¹³². À data era Presidente do Conselho de Administração o eng.º Ângelo Paulo Garcia Gro-micho. O Dr. Francisco Augusto da Graça Pereira executava as tarefas de Diretor-Delegado.

Primeira página do periódico alusiva à assinatura do contrato de concessão.

Fonte: O Setubalense, n.º 2521 de 26/11/1997, p. 1.

O SETUBALENSE
TRISSEMANÁRIO
1855 140 ANOS 1995
Director: João Carlos Fidalgo
N.º 2521 • ANO 12.º - 3.ª Série • QUARTA - FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1997 • Preço 100\$00

Contrato foi assinado com muita discrição...

«Águas do Sado» já mandam nos Serviços

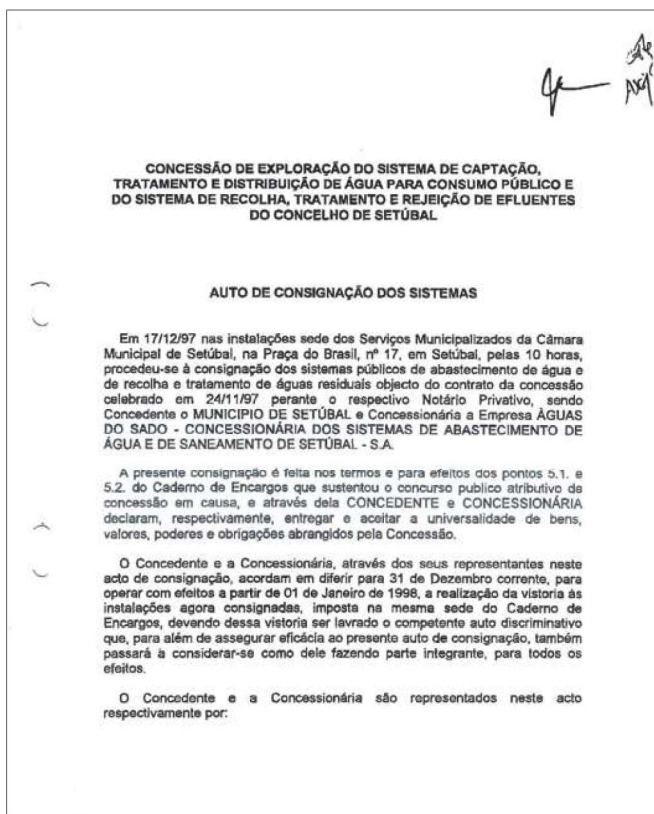
A Câmara de Setúbal e a Luságua assinaram anteontem o contrato de concessão dos SMS. O acto que decorreu debaixo de alguma discrição coloca a sociedade «Águas do Sado» na gestão dos SMS. Para Mata Cáceres a discrição que revestiu o acto deve-se unicamente à natureza do mesmo. «É uma simples escritura, como outras feitas pela Câmara». O autarca voltou a garantir que «a qualidade da água, a segurança dos trabalhadores e os preços estão assegurados».

Tanto que, garantiu, «em Fevereiro de 98 a água vai baixar dez por cento». Críticas só para o PSD e para Almeida Lima acusados de «quererem a vitória de outra empresa».

(centrais)

ÓPTICA MODELO, LDA.
CENTRO DE CONTACTOLOGIA
INSTITUTO ÓPTICO
Fundada em 1985 (Bairro do Liceu)
Se gosta de usar produtos de alta qualidade, com assistência garantida pelo INSTITUTO ÓPTICO vá à ÓPTICA MODELO, pois lá encontra desde os óculos Cartier, Dupond e todas as marcas mesmo as mais acessíveis. Sempre com garantia gratuita.

CLÍNICA DE OFTALMOLOGIA (DOENÇAS DOS OLHOS)
DR. MAIA DE LIMA
DR. LUIS CARDIGA
R. LUIS CARDOSO
Av. de Angola, 29 S/L
2900 SETÚBAL
Consultas Diárias / Telef. 2 96 78 - 2 96 88



**Excerto do auto de consignação
(17/12/1997)**

Fonte: Cópia cedida pelo

Dr. João Martins.

Nota: Os representantes que a assinaram foram o Presidente da C.M. de Setúbal, Manuel de Mata Cáceres, e o eng.^a Ângelo Paulo Garcia Gromicho e a eng.^a Arminda Maria Grazina dos Santos Gil Detering.

- A ETAR da Quinta do Conde foi edificada, em 1998, para ser integrada no subsistema de Azeitão.
- Entre 1998 e 1999, o número de utentes da empresa subiu de 50 789 para 52 885. Encontrava-se como Presidente do Conselho de Administração o eng.^o Alfredo Carlos Taillet Alves.¹³³
- No início do milénio, as captações de água no concelho de Setúbal eram realizadas em Algeruz, Poço Mouro, Faralhão, Santas, Perú e Pinhal de Negreiros. Neste ano, de igual modo, foram concluídas as seguintes obras: a) reservatório apoiado do Farol da Azeda, o de maior capacidade (10 mil m³); b) rede de abastecimento de água de Alpertuche; c) reforço do abastecimento de água à Estrada de Palmela; d) remodelação da rede de



1. ETAR de Setúbal.

Fonte: Coleção particular do eng.^o Francisco Lobo Soares.



2. Central de Águas de Algeruz.

Fonte: Coleção particular do eng.^o Francisco Lobo Soares.



3. Reservatório de Pinhal de Negreiros.

Fonte: Coleção particular do eng.^o Francisco Lobo Soares.

águas da Av. Bento de Jesus Caraça; e) regularização da drenagem de águas residuais da bacia de Vale do Cobro.¹³⁴

- Em 2002, foi inaugurado o refeitório dos trabalhadores das *Águas do Sado*.¹³⁵ Foram captados 12 249 952 m³ de água.¹³⁶
- Entre 2002 e 2003 foi concebido e posto em funcionamento o sistema de telegestão da rede de abastecimento de água.
- Em 16 de maio de 2003, foi inaugurada a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Setúbal, sita na Cachofarra, tendo como foco o tratamento dos esgotos domésticos antes de serem descarregados para o rio Sado. Representou um investimento de 10 milhões de euros.¹³⁷ Naquele ano foi também construído o reservatório apoiado de Vendas de Azeitão com uma capacidade para 1000 m³.
- Em 2005, foi construída a ETAR da Quinta da Liroa.
- Por acórdão do Tribunal Arbitral, de 19 de junho de 2007, a tarifa de esgotos (saneamento) foi agravada em 30%.
- A ETAR da Gâmbia ficou concluída em 2008.
- Em 2009, foi efetuada a reabilitação estrutural do reservatório de Brancanes.

- Em junho de 2010 foi aprovado o “Plano Estratégico de Combate às Perdas de Água”, concebido pela firma *Águas do Sado*.¹³⁸
- Entre 2011 e 2013, a ETAR de Aldeia Grande foi alvo de obras de remodelação.
- Decorreram obras de reabilitação do reservatório elevado da Bela Vista entre 2013 e 2015.
- No período de 2020-2021, decorreu o processo de reabilitação das redes de distribuição de água a Azeitão
- Segundo os estudos elaborados pelo economista João Martins, os quadros seguintes resumem, os resultados da aplicação do contrato de concessão nas tarifas que os consumidores domésticos pagaram no decurso dos anos do contrato (1997-2022). Observa-se um desequilíbrio entre o aumento geral dos preços no consumidor (66,1% - medido pelo Índice de Preços no Consumidor) e as tarifas cobradas pela concessionária.

Comparação das tarifas de fornecimento de água para consumidores domésticos entre 1997 e 2022 (euros/m³)

TIPOLOGIA	ANO DE 1997	ANO DE 2022	PERCENTAGEM DO AUMENTO (%)
1.º escalão (0 a 5 m³)	0,2943	0,5948	102,1%
2.º escalão (6 a 15 m³)	0,4589	0,9252	101,6%
3.º escalão (16 a 25 m³)	0,7332	1,4756	101,3%
4.º escalão (+ de 25 m³)	1,1422	2,2965	101,1%

Fonte: Dados fornecidos pelos Serviços Municipalizados de Setúbal.

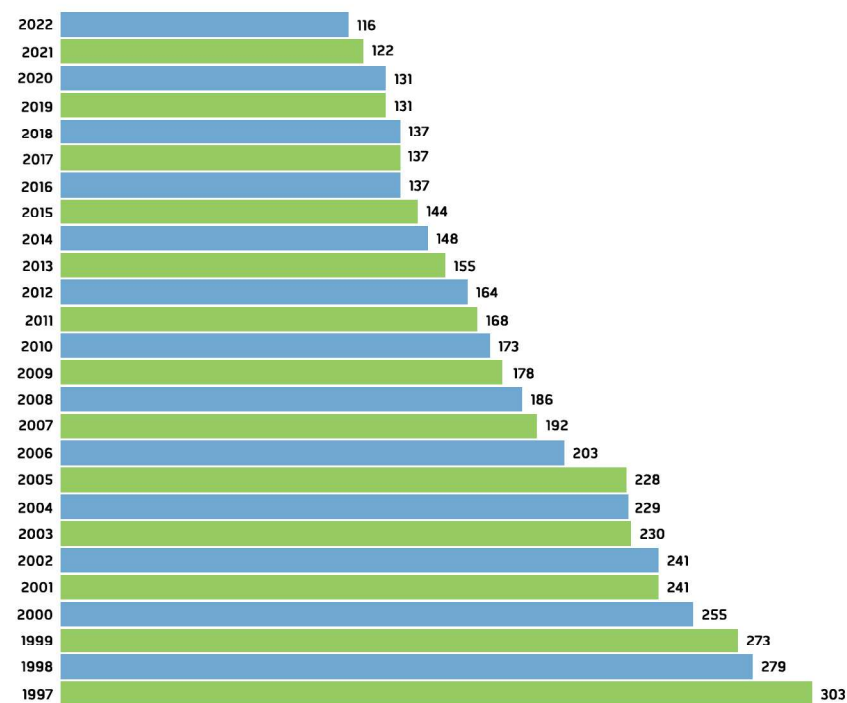
Comparação das tarifas cobradas pela drenagem doméstica aos consumidores domésticos entre 1997 e 2022 (euros/ m³)

TIPOLOGIA	ANO DE 1997	ANO DE 2022	PERCENTAGEM DO AUMENTO (%)
1.º escalão (0 a 5 m³)	0,2394	0,5795	142,1%
2.º escalão (6 a 15 m³)	0,3741	0,9038	141,6%
3.º escalão (16 a 25 m³)	0,5811	1,4022	141,3%
4.º escalão (+ de 25 m³)	0,9103	2,1946	141,1%

Fonte: Dados fornecidos pelos Serviços Municipalizados de Setúbal.

- No decurso dos 25 anos da concessão, a rede de abastecimento de água cresceu de 370 km, em 1997, para 729 km em 2022. Por seu turno, a rede de saneamento passou dos 203 km para os 471 km, fruto dos investimentos de expansão promovidos pela C.M. de Setúbal.
- Entre 1998 e 2022, o número de clientes aumentou 33,4%, passando, respetivamente, de 50 763 para 67 717.
- O número de trabalhadores sofreu uma queda progressiva. No início da concessão prestavam funções 303 funcionários.¹³⁹ Em 2022, apenas restavam 116. Os Serviços Municipalizados de Setúbal integraram todos os que manifestaram interesse em transitar para o organismo.

Evolução do número de trabalhadores das *Águas do Sado, S.A.* (1997-2022)



Fonte: Compilação efetuada e cedida pelo economista Dr. João Martins.



10

Sob o signo da gestão pública: O renascimento dos Serviços Municipalizados de Setúbal (2022-2025)¹⁴⁰

Apontamentos cronológicos

- Em 24 de novembro de 2021, em reunião da Câmara Municipal de Setúbal, foi apresentada e aprovada a proposta com a designação “Retorno dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento à Gestão Pública Municipal”.
- Numa lógica de planeamento antecipado perante a proximidade do termo do contrato de concessão (como se viu, o art.º 6 estabeleceu o final para o dia 17 de dezembro de 2022), o executivo estava consciente de que a prestação dos serviços de abastecimento de água e a gestão do saneamento retornariam para a esfera municipal. Nesse sentido, “*face a essa nova realidade, torna-se necessário definir o modelo de gestão dos sistemas em causa*”¹⁴¹.
- A proposta previa a reativação dos Serviços Municipalizados de Setúbal, medida justificada através dos estudos de viabilidade económica elaborados pelos técnicos municipais e pelos que foram encomendados a uma consultora externa (PwC Portugal). Estavam, portanto, reunidos os “*pressupostos jurídicos e económico-financeiros*”¹⁴² que apontavam o modelo de gestão direta como sendo o mais indicado.
- De acordo com o previsto no art.º 32 do “Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Setúbal”, a retoma de competências desta natureza estava enquadrada legalmente numa entidade como os Serviços Municipalizados. Assegurava-se uma gestão eficaz e competente das infraestruturas e dos equipamentos existentes e operacionalizavam-se convenientemente os recursos humanos através de uma estrutura organizativa própria e dotada de autonomia. Mais importante, evitavam-se as consequências “*potencialmente negativas da dispersão pelos vários serviços municipais*”¹⁴³.
- No dia 10 de dezembro seguinte, a Assembleia Municipal de Setúbal aprovou esta medida, dando legitimidade para se prosseguir no processo de reativação.



• A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) emitiu, em maio de 2022, um parecer positivo tendente à gestão dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e administração dos resíduos urbanos por parte dos Serviços Municipalizados.

• O Regulamento de Organização dos Serviços Municipalizados de Setúbal foi aprovado pela C.M. de Setúbal, em 1 de junho de 2022. A Assembleia Municipal de Setúbal, por seu turno, aprovou este documento no dia 24 seguinte, tornando-se oficial através de publicação em *Diário da República*.¹⁴⁴

• O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal foi constituído em setembro seguinte, sendo aprovado em reunião da C.M. de Setúbal de 28 do mesmo mês e tomando posse dois dias depois, a 30. Ficou composto da seguinte forma: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (Presidente); João Fernandes Martins (Vogal); Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (Vogal).¹⁴⁵

• Os meses de novembro e dezembro de 2022 foram pautados pelas aprovações do orçamento, tarifário, mapa de pessoal e plano plurianual de investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal em todos os órgãos autárquicos necessários.¹⁴⁶

• Em 17 dezembro de 2022, terminou o contrato de concessão com as *Águas do Sado*.

• Em 18 de dezembro de 2022, o serviço de abastecimento de água e saneamento voltaram às mãos públicas através da reativação dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Os serviços são dotados de autonomia técnica, administrativa e financeira, sendo explorados de forma empresarial, integrando, para além da água, a recolha de resíduos.¹⁴⁷

**Logótipo dos Serviços
Municipalizados de Setúbal.**
Fonte: Sítio *online* dos Serviços
Municipalizados de Setúbal.

**Parte do executivo da C.M. de Setúbal
no dia da reativação dos Serviços
Municipalizados de Setúbal.**

Fonte: "Câmara inaugura Serviços
Municipalizados de Setúbal" in sítio
online do município de Setúbal, notícia
de 19/12/2022.



• No dia seguinte (segunda-feira), pelas 08h30 da manhã, a sede dos Serviços Municipalizados de Setúbal, sitos no n.º 146 da Avenida 5 de Outubro, abriram as suas portas aos munícipes.

• Com o retorno da administração dos sistemas de abastecimento de águas à esfera pública e a transferência da gestão da recolha de resíduos urbanos da C.M. de Setúbal para os Serviços Municipalizados de Setúbal, foram tomadas importantes decisões. Podem-se destacar as seguintes:

a) Reforço dos recursos humanos para as equipas operacionais a fim de dar resposta às necessidades reais no terreno e à progressiva melhoria do serviço prestado aos

**Publicidade alusiva ao decréscimo
do custo da água (2022)**
Fonte: Sítio *online* dos Serviços
Municipalizados de Setúbal.



setubalenses e aos azeitonenses. No final de 2024, os Serviços Municipalizados de Setúbal englobavam 302 funcionários. Além disso, as condições de trabalho do pessoal foram alvo de importantes remodelações nas diferentes instalações e setores;

b) A política tarifária foi alterada, garantindo-se uma redução na fatura na ordem dos 20%. Foi introduzida, em simultâneo, uma tarifa social aplicada às águas e saneamento, que beneficiou 8940 clientes (famílias) com um desconto de 10% sobre a tarifa variável no consumo mensal até 15 m³, e acrescentou-se uma isenção da tarifa fixa. Por fim, passou a considerar-se o consumo de águas residuais em 90% do consumo geral de água. Desta forma, apesar de o IPC refletir aumentos de cerca de 6,8%, observou-se o seguinte:

1. Montante da fatura em 2022 para 10 m³: 27,70 euros.

2. Montante da fatura em 2024 para 10 m³: 27,28 euros.

a) Entre 2023 e 2024, os Serviços Municipalizados de Setúbal realizaram investimentos (aquisições e obras) acima dos 7 milhões de euros, destacando-se as 31 obras de abastecimento de água (em novas captações) e em saneamento. A frota de recolha de resíduos foi, também, reforçada através da compra de 10 novas viaturas, sendo uma de lavagem de contentores.

Viatura dos Serviços Municipalizados de Setúbal em funções (19/05/2025)
Fonte: Página oficial dos Serviços Municipalizados de Setúbal na rede social Facebook.

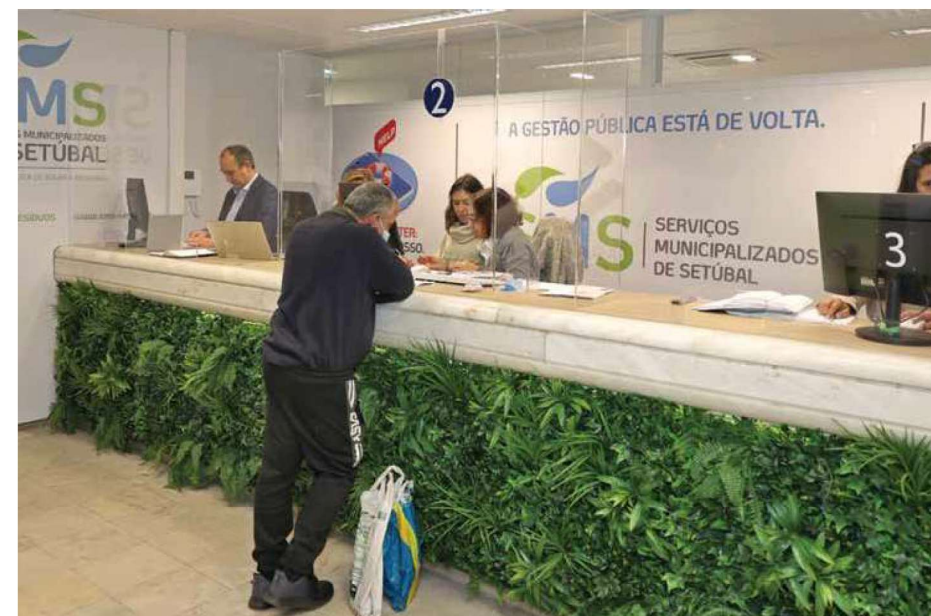


Espaço de atendimento ao público dos Serviços Municipalizados de Setúbal

Fonte: Sítio online da União de Freguesias de Setúbal.

b) A área de recolha de resíduos urbanos biológicos foi alargada, designadamente aos estabelecimentos de restauração da baixa de Setúbal. Desta forma, a salubridade foi incrementada por via do aumento da recolha seletiva de bioresíduos. Foram, ainda, instalados 69 pontos de recolha de óleos alimentares.

• Em 29 de fevereiro de 2024, a Assembleia Municipal de Setúbal aprovou a “Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipalizados de Setúbal”.¹⁴⁸



11

Algumas figuras dos Serviços Municipalizados de Setúbal

11.1. Armando Pereira Athayde de Medeiros (1891-1977): O primeiro engenheiro-diretor¹⁴⁹

Em 23 de novembro de 1891, em Lagoa (Açores), nasceu Armando Pereira Athayde de Medeiros, filho de Jacinto Manuel de Medeiros e de Maria Alexandrina Pereira. Cumpriu o ensino básico na sua vila natal e prosseguiu os estudos no Liceu Antero de Quental, em Ponta Delgada. Em França, provavelmente na Universidade de Toulouse, estudou Engenharia Química. A sua formação superior foi terminada, porém, na Bélgica.

A sua vinda para a cidade do Sado teve lugar no início da década de 1920 para trabalhar nas minas de cimento. Casou, pouco depois, com Maria da Ascensão Parrela Soares, mulher intimamente associada à burguesia setubalense do período. Assumiu, a partir de 17 de dezembro de 1925, as funções de professor de francês e de matemática na Escola Industrial e Comercial de Setúbal. Foi docente provisório (1925-1939), agregado (1939-1941), auxiliar (1941-1948) e efetivo (1945 até à reforma) neste estabelecimento de ensino.

O topo da carreira nesta área de atividade foi alcançado, em 1945, quando foi nomeado diretor daquela instituição. Manteve-se neste cargo até novembro de 1961, intervindo diretamente na Reforma do Ensino Técnico e Profissional - promovida pelo ministro Fernando Pires de Lima, em 1948 - e assistindo à inauguração das instalações da atual Escola Secundária Sebastião da Gama, em 8 de maio de 1955. Foi responsável, entre outras coisas, pela abertura de uma cantina para alunos pobres, situada no edifício escolar da Saboaria (1943), ou pelo surgimento do Museu Tecnológico da escola (1948).

Na qualidade de engenheiro liderou, os destinos dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal durante mais de década de meia, abandonando o cargo em 1940. Foi convocado para dirigir os Serviços Autónomos da Exploração Municipal de Águas de Setúbal praticamente na mesma altura em que começou a lecionar, encabeçando o organismo aquando da sua fundação e nos seus primeiros anos de atividade. Deixou uma marca indelével na história dos Serviços Municipalizados. Mereceu, em janeiro de 1933, um louvor por parte do executivo da Câmara Municipal de Setúbal e, em março seguinte, o elogio do jornal *O Setubalense* pelo rigor com que exerceu o posto de chefe da organização estudada na presente investigação: “O eng.º Medeiros alia às suas distintas qualidades de carácter às de bom dirigente dos Serviços Municipalizados”¹⁵⁰.

Transitou deste cargo para prestar serviço à União Elétrica Portuguesa, na Central da Cachofarra, até ao final da sua carreira. Armando Pereira Athayde de Medeiros foi agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo (1922), com o título de Comendador da Ordem da Instrução Pública (1955) e foi membro de honra da Liga dos Combatentes. Morreu na freguesia de São Julião, em Setúbal, em 20 de fevereiro de 1977. Tinha 85 anos.



O eng.º Armando de Medeiros
(1891-1977)

Fonte: SIMÕES, Maria Adriana
Nóbrega, *A escola que abraçou a
cidade – Escola Secundária
de Sebastião da Gama (1888-2000)*,
Tip. Peres, Setúbal, 2008, p. 101.

11.2 Eusébio Augusto Correia (1903-?): Um funcionário dos Serviços Municipalizados de Setúbal que foi preso político

Em 3 de dezembro de 1903, na freguesia de S. Julião (Setúbal), nasceu Eusébio Augusto Correia, filho de pai incógnito e de Maria Cândida Correia. Esta personalidade, no plano local, destacou-se pela sua atividade política, adotando uma postura de resistência perante a Ditadura Militar e o Estado Novo. Do ponto de vista político-ideológico, encontrava-se muito próximo do marxismo-leninismo.

No quadro do reviralhismo, em 7 de fevereiro de 1927, integrou o grupo de civis setubalenses que apoiaram a primeira revolta contra a ditadura imposta após o 28 de Maio de 1926. Discursou numa das varandas da sede do jornal *O Setubalense*, após a sua ocupação, para motivar os populares que se encontravam na Praça de Bocage a aderirem ao movimento revolucionário em curso. Por essa razão foi detido pela Polícia de Segurança Polícia (PSP) e encarcerado nos respetivos calabouços até ser remetido, por questões de natureza política, às cadeias de Monsanto e da Penitenciária de Lisboa. Vários meses depois, foi julgado pelo Tribunal Militar Especial, tendo sido condenado em dez meses de prisão correccional e em mil escudos de multa.¹⁵¹

Quando tinha 32 anos e residia no 2.º piso do n.º 12 da Rua Vasco Soveral, voltou a ser novamente preso pela PSP, em 19 de agosto de 1936, na Avenida Luísa Todi. O guarda responsável pela detenção, Manuel Nunes Trindade Júnior, informou os seus superiores hierárquicos de que Eusébio Augusto Correia era “*corcunda e empregado nos Serviços Municipalizados deste Concelho*”¹⁵² e que tinha criticado um merceiro estabelecido na Rua 20 de Abril, Manuel Palmela, por este se estar a rir sobre o desenrolar dos acontecimentos da Guerra Civil de Espanha, nomeadamente sobre os sucessos dos nacionalistas. O funcionário dos SMS foi acusado de ter dito “*deixa estar que o fim ainda não se viu, depois nós cá estamos*” e por ser “*useiro e vezeiro em fazer propaganda comunista*”¹⁵³.

Eusébio Augusto Correia
fotografado pela polícia política.
Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Serviços
Centrais, Registo Geral de Presos,
Livro n.º 20, Preso n.º 3954
(Eusébio Augusto Correia).



Sinais 

N.º 3954
Altura 1,60
Cór Natural
Nacionalidade Portuguesa

Nome e alcunha Eusébio Augusto Correia

Estado Solteiro profissão Empregado dos Serviços Municipais
Naturalidade Setúbal - 1.ª Junta Data do nascimento 3-XII-1903
Filiação Pai incógnito e Maria Cândida Correia Franco
Residência Rua Vasco Sotral 12-2.º "Setúbal"
Outras indicações 9.º 9.º 283/49

Número do processo de valores ou documentos apreendidos
Neg.º 4.º 10.906 Neg.º 4.º 370/49

BIOGRAFIA PRISIONAL
Enviado pelo Comando da G.S.P. de Setúbal, deu entrada na G.S.P. em 28-8-36, recolhendo à 1.ª Inquadra. Transferido para a Fortaleza Militar de Peniche em 8-9-36. Restituído à liberdade em 13-4-37 (o.s. 105). Embague nesta Alameda em 13/2/49 pela G.S.P. de Setúbal para averiguação, sendo recolhido ao Depósito de Prisionais (o.s. 9.º 16/49). Restituído à liberdade em 6-4-949 (o.s. 91/49).

Ficha de preso político de
Eusébio Augusto Correia,
então funcionário dos SMS.
Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Serviços
Centrais, Registo Geral de Presos,
Livro n.º 20, Preso n.º 3954
(Eusébio Augusto Correia).

Poucos dias depois, o merceiro alterou ligeiramente a versão dos acontecimentos, acrescentando que, enquanto se dirigia para a sua outra mercearia, sita no Largo João Vaz, Eusébio Augusto Correia inquiriu "se estava satisfeito pela notícia que tinha vindo nos jornais e que dizia que os nacionalistas haviam tido bom êxito". No seu depoimento consta, também, que o detido, alegadamente, empregou "qualquer termo que o depoente [Manuel Palmela] compreendeu muito bem que era a dizer que ainda não era tarde para o Governo de Madrid ganhar"¹⁵⁴.

No interrogatório a que foi sujeito, Eusébio Augusto Correia negou a veracidade desta conversa, bem como a acusação de que fazia propaganda marxista.¹⁵⁵ O seu cadastro político vinca, não obstante, que as declarações de apoio às tropas que enfrentavam os franquistas pressupunham uma hipotética vontade de vingança caso aqueles triunfassem.¹⁵⁶

Perante os alegados factos, o Comandante Distrital de Setúbal da PSP deu ordem para que o preso fosse transportado para a 1.ª esquadra da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado em 28 de agosto seguinte.¹⁵⁷ Avaliando o processo que lhe foi remetido, o investigador da polícia política considerou que seria "muito natural ter o arguido feito propaganda subversiva"¹⁵⁸, mas não existiam testemunhas que o provassem, pelo que não poderia remeter o caso ao Tribunal Militar Especial.

Non obstante, por solicitação do Comandante Distrital de Setúbal da PSP foi mantido em prisão preventiva, tendo sido solto apenas em 13 de abril de 1937. Permaneceu encarcerado na Fortaleza Militar de Peniche mais de meio ano, entre 8 de setembro e a data de libertação.¹⁵⁹

Eusébio Augusto Correia foi demitido do cargo que exercia nos Serviços Municipalizados de Setúbal, uma vez que, em 16 de outubro de 1938, voltou a ser detido pelas autoridades policiais e admitiu encontrar-se desempregado há vários meses. Provavelmente sob tortura, este setubalense – que foi preso juntamente com mais de vinte pessoas no mesmo processo – admitiu as suas convicções políticas e confessou que mantinha ligações a vários indivíduos da oposição local anarcossindicalista e comunista (e.g. Augusto da Costa, os irmãos Souto, Lino de Andrade, Júlio Formiga), que o ajudavam financeiramente.

Para além disso, declarou que recebia "jornais 'Batalha' e manifestos clandestinos que lhe eram entregues pelo extremista Jaime Rebelo [...] Que nas suas conversas eram apologistas dos vermelhos espanhóis e da declaração da guerra europeia para assim se modificar a situação social e serem postos em liberdade os numerosos presos políticos"¹⁶⁰. Sem que se compreenda inteiramente, apesar destes depoimentos, foi libertado no dia 26 seguinte, não comparecendo nas instalações da polícia política.

Foi preso uma última vez, em 13 de fevereiro de 1949. Trabalhava na União Elétrica Portuguesa. Desta feita foi preso por ter dinamizado a campanha eleitoral do General Norton de Matos, tendo a detenção ocorrido exatamente no dia das eleições. Na madrugada das presidenciais de 13 de fevereiro de 1949, o Partido Comunista Português promoveu, em Setúbal, uma vasta distribuição de propaganda política, apelando à abstenção perante a burla que o ato eleitoral representava.

Eusébio Augusto Correia foi detido com outros conhecidos marxistas da cidade, nomeadamente Manuel da Luz Graça, António Moreira Serrenho ou Augusto Anunciação da Costa por serem os principais suspeitos pela distribuição. O antigo funcionário dos SMS esteve preso no Depósito de Presos de Caxias até 6 de abril seguinte.¹⁶¹

Para finalizar, refira-se o nome de José Augusto Tavares Rebelo – igualmente funcionário dos Serviços Municipalizados de Setúbal – que, apesar de não ter sido preso pela polícia política, foi mencionado num relatório da PIDE, de 25 de julho de 1958, por apoiar o General Humberto Delgado.¹⁶²

11.3. Entre os Serviços Municipalizados de Setúbal e as balizas: a história de Félix Mourinho (1938-2017)¹⁶³

José Manuel Mourinho Félix nasceu em Ferragudo, no concelho de Lagoa, em 17 de fevereiro de 1938. Desde cedo demonstrou talento para o desporto, designadamente para a prática do futebol. Veio para Setúbal ainda bastante jovem, ingressando no Vitória Futebol Clube em 1955. Tinha 17 anos.

Conforme relatou o antigo funcionário dos Serviços Municipalizados de Setúbal Américo Rocha¹⁶⁴, Félix Mourinho trabalhou nesta instituição na fase inicial da sua carreira, uma vez que o vencimento obtido como atleta não era suficiente para fazer

Mourinho Félix, envergando a camisola do Vitória Futebol Clube no Estádio Nacional.
Fonte: Internet. Acesso livre.



face às despesas. Transcreve-se na íntegra o seu depoimento sobre os tempos do antigo guarda-redes nesta instituição:

“Homenagem a um amigo. De minhas memórias. (anos 50)

O Zé Manuel Mourinho. O ‘Homem de Ferragudo’, como era por nós conhecido nos Serviços Municipalizados quando em brincadeiras de família. Aquisição recente do Vitória. Guarda-Redes por excelência, assentou arraial entre nós para complemento de proventos, pois só futebol não dava para as sopas.

Novo e de sangue na guelra, bem-disposto e alegre, conquistou, num ápice, toda a malta. Não recordo alguém nos SMS que não simpatizasse com ele. (...) Brincalhão, ingenuidade própria da idade e de origens, foi avisado que não podia ir à casa-de-banho sem autorização do chefe. Parece estar a vê-lo, saindo do gabinete do senhor Salgado [refere-se a João Salgado, responsável pelos serviços técnicos e comerciais desde a década de 1920], encabulado, quando se apercebeu da partida, dando com a malta a rir. Mas passou na prova, registando poder de encaixe.

Na Escola Comercial, onde se havia matriculado em curso noturno, exemplo pouco comum nos jogadores da bola, lembro-me de o ver surgir numa sala vazia e de luzes apagadas, branco como a cal da parede. Tinha, pura e simplesmente, atirado a pasta dum colega pela janela fora, só que a julgou aberta, e o estardalhaço de vidros foi enorme.

Era assim o Zé Manel, brincalhão das sete casas. Casou com a sobrinha do Mário Lêdo, presidente do Vitória e fabricante de conservas. Dizia o meu grande e saudoso amigo Armando Trindade, também grande amigo do Zé Manel, acerca do seu casar: ‘Nascestes com o cu virado para a lua, meu grande sacana.’ Este Zé Manel é hoje o pai do célebre Mourinho, treinador afamado no mundo do futebol.”¹⁶⁵

Félix Mourinho destacou-se como um dos melhores guarda-redes portugueses das décadas de 1960 e 1970, tendo permanecido no maior clube da cidade até 1968. Participou em 158 jogos de verde e branco, tendo ganho a Taça de Portugal ao Sport Lisboa e Benfica, no Estádio Nacional, em 1965. Em 26 de janeiro de 1963 nasceu o seu filho José Mourinho, uma das maiores referências do futebol mundial.

Três anos depois foi transferido para o CF Os Belenenses, disputando 135 partidas até pendurar as botas e as luvas na época de 1973/1974. No seu percurso desportivo contou com uma convocatória para a Seleção Nacional, em junho de 1972, tendo representado o nosso país numa competição amigável no Recife (Brasil) frente à República da Irlanda. Ao longo de quase duas décadas, conviveu e partilhou os balneários com atletas de elevado estatuto, como Vítor Baptista, Jaime Graça, Jacinto João e Pietra.

Como treinador, orientou diversos clubes entre 1976 e 1997, ano em que se aposentou oficialmente: Sport Clube Estrela (Portalegre); Caldas SC; União Desportiva de Leiria; Amora FC; Rio Ave FC; CF Os Belenenses; Varzim Sport Clube; CF União da Madeira; O Elvas CAD; União Sport Clube Paredes; Sport Benfica e Castelo Branco; União Desportiva de Santarém; Vitória FC de Setúbal. Merece destaque o facto de ter conseguido a subida à I Divisão em três equipas distintas, em três anos consecutivos: União de Leiria (1979); Amora (1980); Rio Ave (1981).

Faleceu em 25 de junho de 2017, em Setúbal.

11.4. Duarte Augusto Reisinho (1893-?): O leitor-cobrador dos Serviços Municipalizados de Setúbal que combateu na Grande Guerra¹⁶⁶

Em 11 de junho de 1893, na freguesia de São Sebastião (Setúbal), nasceu Duarte Augusto Reisinho, filho de João Batista Reisinho e de Maria dos Prazeres. Com a entrada oficial de Portugal na Grande Guerra, em março de 1916, este setubalense foi mobilizado pelo Regimento de Infantaria n.º 11, tendo partido de Lisboa para França em 8 de agosto de 1917.

Através do seu boletim individual do Corpo Expedicionário Português toma-se conhecimento de que baixou ao hospital n.º 51 uma semana depois de ter desembarcado em solo gaulês. Em setembro seguinte, foi colocado no Batalhão de Infantaria n.º 17 (Beja) por motivos disciplinares, uma vez que foi punido com 12 dias de prisão correcional.

No decurso da trágica batalha de La Lys, em 9 de abril de 1918, foi dado como desaparecido e feito prisioneiro de guerra num campo de concentração alemão. Regressou para junto das tropas portuguesas mais de dois meses após o armistício, em 16 de janeiro de 1919. Em 4 de fevereiro, a bordo do navio *North West Miller*, iniciou o regresso a casa.¹⁶⁷

Na segunda metade da década de 1920, residia no n.º 58 da Praça do Quebedo e era sócio da subagência de Setúbal da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.¹⁶⁸ De acordo com as memórias partilhadas por Américo Rocha, Duarte Augusto Reisinho era conhecido pela alcunha “Camolas”, possuindo uma mercearia na Rua Vicente José de Carvalho. Como prisioneiro de guerra foi deportado para a Alemanha onde realizou trabalho forçado nas minas do Ruhr: “*Contava todos estes episódios sem qualquer sentimento de ódio, nem amargura, como se o passado fosse o destino natural que lhe bateu à porta*”¹⁶⁹.

11.5. João Sacristão (1914-1999): O contínuo católico dos Serviços Municipalizados de Setúbal¹⁷⁰

Em 28 de outubro de 1914, pelas 8 horas da manhã, no número 18 das Escadinhas das Barrocas, no Bairro das Fontainhas, em Setúbal, nasceu João Maria Afonso Lopes. Filho de Ignácio António Afonso Lopes e de Maria António Fernandes Vaz, esta personalidade destacou-se pela sua dedicada intervenção cívica e social no meio sadino ao longo da sua vida.

A sua ligação à fé católica foi profundamente influenciada pelos pais. Eram naturais da Murtosa, tendo migrado para a cidade do Sado no quadro do desenvolvimento da indústria de conservas de peixe, na transição do século XIX para a centúria de novecentos. O pai era pescador e a mãe operária conserveira. Com eles, ia todos os domingos à



Serviços Municipalizados
Telef. N.º 244
Director — Eng.º Armando Pereira Athayde de Medeiros.
Chefe dos serviços de contabilidade e secretaria — João Augusto Salgado.
Chefe da secção de águas — Lourenço Ramos.
Chefe da secção de electricidade — Deolindo José Câmara Rosas.
Chefe da secção de gaz — António do Nascimento Rocha.
Amanuenses — Alberto Henriques de Sousa, António Ferreira Alves Passos Júnior, José Alves da Silva Júnior e Manuel José de Jesus.
Fiel de Armazem — Luís Felipe Lápido O’Neill.
Leitores-cobreadores — Armando Augusto Ferreira da Silva, Duarte Augusto Reisinho, Francisco M. Cardoso Dias e Manuel Garcia Tavares.

Duarte Augusto Reisinho no casamento de uma das suas filhas.
Fonte: Coleção particular de Diamantino Vasconcelos.

Lista dos 14 funcionários dos Serviços Municipalizados da C.M. de Setúbal (1933).
Fonte: ROCHA, Mário, *Anuário do Comércio e da Indústria de Setúbal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933.
Nota: O nome de Duarte Augusto Reisinho surge como leitor-cobrador.



João Sacristão quando trabalhava nos Serviços Municipalizados de Setúbal.
Fonte: LOPES, Conceição, *Recta Intenção — In Memoriam do João Sacristão, setubalense-murtoso, Paulinas, Águeda, 2020*, p. 169.

missa. Aos 7 anos começou a ir para a pesca fluvial na bateira *Vamos com Deus* e aos 16 anos, já com a licença marítima, passou a ir sozinho para o mar.

Tentou estudar para padre, mas nunca teve uma verdadeira oportunidade de o fazer. A intensa proximidade com que vivia o dia a dia da paróquia de São Sebastião motivou o pároco em funções a pedir-lhe que abandonasse a atividade piscatória e se tornasse sacristão. Tinha 24 anos. Entre 1938 e 1970 exerceu dedicadamente este cargo, razão pela qual se tornou conhecido na comunidade setubalense, ganhando a simpática alcunha *João Sacristão*.

Casou com Teresa de Oliveira, em janeiro de 1942, também ela operária conserveira. Deste matrimónio resultou o nascimento de onze filhos. O padre José Maria Nunes da Silva, perante o crescimento da família de João Maria Afonso Lopes, convidou-o a mudar a sua residência para uma das casas do antigo convento de S. Domingos, paredes-meias com a Igreja de São Sebastião.

João Sacristão teve um papel preponderante na edificação das capelas do Faralhão, de Vila Maria/Cachofarra e do antigo Bairro Presidente Carmona, tendo integrado a comissão encarregada de transladar a imagem de Nossa Senhora do Cais da Conceição do nicho existente nas traseiras do antigo quartel do Regimento de Infantaria n.º 11 para a atual localização, no Parque da Beira-Mar. Foi presidente da Juventude Marítima Católica de Setúbal e foi o grande obreiro da criação da tradicional festa e do círio em honra de Nossa Senhora do Rosário de Tróia, em 1945. Na origem da festividade religiosa esteve uma promessa que fez, em 1938, quando correu o risco de perder a vida em alto-mar.

Após 31 anos de serviço na paróquia, abandonou o cargo de sacristão. Segundo o próprio, “*em 28 de fevereiro de 1970 sai de Sacristão, empreguei-me como contínuo dos Serviços Municipalizados de Setúbal, entrei em 3-3-1970*”¹⁷¹. Terá passado, pouco tempo depois, para a Federação dos Municípios do Distrito de Setúbal, uma vez que trabalhou para a EDP, entidade que incorporou esta federação.

João Maria Afonso Lopes faleceu em 24 de março de 1999, no Hospital de São Bernardo.



Notas de fim

¹ Câmara Municipal de Setúbal, *Relatórios, Bases de acordo e mais documentos enviados à Câmara Municipal – Comissão nomeada em sessão de 20 de Março de 1923 para o estudo dum acordo entre a Câmara e a Sociedade Franco-Portuguesa das Águas*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1924, p. 7.

² “A questão das águas” in *O Setubalense*, n.º 1171 de 17/08/1921, p. 3.

³ PEREIRA, Fernando António Baptista; DUARTE, Ana; CAMPOS, Leonor, *História do Abastecimento da Água a Setúbal e hábitos de higiene*, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1997, pp. 13-20.

⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Ministério do Interior (inc. 2002), Direção-Geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição (Administração Política), Correspondência Recebida, Maço 237, NT 602, Lv. 85 (1938), Ofício n.º 313 de 22/02/1938 enviado pelo Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal para o Governador Civil do Distrito de Setúbal.

⁵ Arquivo Distrital de Setúbal [ADSTB], Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador Geral de Correspondência Expedida, Caixa n.º 98, Livro n.º 21 (1921), Ofício n.º 963 de 12/07/1921 enviado pelo Presidente da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal para o Diretor da *Société Franco-Portugaise des Eaux*.

⁶ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 117, NT 967 (1921), Ofício n.º 128 de 09/08/1921 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

⁷ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 265.

⁸ SILVEIRA, Luís, *Anotações ao livro «Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal»: Subsídios para a história de Setúbal*, Documento dactilografado à guarda da Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Setúbal, Setúbal, 1942, p. 172-173.

⁹ “Água” in *República*, n.º 452 de 03/09/1921, p. 1.

¹⁰ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 117, NT 967 (1921), Ofício-Urgente s/ref.ª de 27/10/1921 enviado pelo Diretor-Geral da Repartição do Expediente e Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Governador Civil de Lisboa.

¹¹ “A questão das águas” in *O Setubalense*, n.º 1171 de 17/08/1921, p. 3.

¹² “Falta de água” in *República*, n.º 449 de 13/08/1921, p. 2.

¹³ “A questão das águas” in *O Setubalense*, n.º 1182 de 30/08/1921, p. 1.

¹⁴ “Parece que se chegou a votar pelo Senado a municipalização dos serviços das águas”. “Contratos e Companhias” in *O Setubalense*, n.º 1183 de 31/08/1921, p. 1.

¹⁵ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador Geral de Correspondência Expedida, Caixa n.º 99, Livro n.º 28 (1925-1926), Ofício n.º 911 de 01/06/1925 enviado pelo Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal para o Diretor Geral da Direção-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior.

¹⁶ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiadores de Correspondência Expedida, Caixa n.º 98, Livro n.º 22, Ofício de 31/03/1922 enviado pelo Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal para César de Bastos Romano Baptista.

¹⁷ PEREIRA, Fernando António Baptista; DUARTE, Ana; CAMPOS, Leonor, *História do Abastecimento da Água a Setúbal e hábitos de higiene*, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1997, p. 16.

¹⁸ Joaquim dos Santos e Sousa, com a alcunha ‘O Come-Couves’, era natural da freguesia de São Pedro de Palmela, sendo filho de José de Sousa e de Maria Ana. Casou com Gertrudes Magna de Jesus e foi pai de cinco filhos. Faleceu em setembro de 1884. Tinha 76 anos. Os conteúdos alusivos a esta nota são da responsabilidade autoral de Pedro Fernandes, investigador especialista na história das quintas de Setúbal.

¹⁹ A título de curiosidade: Luciano Henrique Nunes Pereira, filho do 2.º casamento de Henrique Augusto Pereira, em 1942, era servente dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Cortesia de António Cunha Bento.

²⁰ BAPTISTA, César Bastos Romano, “Questão das Águas – A quem interessar” in *O Setubalense*, n.º 1658 de 23/03/1923, p. 2.

²¹ PEREIRA, Fernando António Baptista; DUARTE, Ana; CAMPOS, Leonor, *História do Abastecimento da Água a Setúbal e hábitos de higiene*, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1997, p. 16.

²² Câmara Municipal de Setúbal, *Relatórios, Bases de acordo e mais documentos enviados à Câmara Municipal – Comissão nomeada em sessão de 20 de Março de 1923 para o estudo dum acordo entre a Câmara e a Sociedade Franco-Portuguesa das Águas*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1924.

²³ “Abastecimento de águas de Setúbal” in *O Município*, n.º 55 de 15/09/1923, p. 2.

²⁴ ANTT, Ministério do Interior (inc. 2002), Direção-Geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição (Administração Política), Correspondência Recebida, Maço 299, NT 664, Lv. 87 (1940), Ofício s/ref.ª de 04/04/1931 enviado pelo Diretor-Geral do Negócios Comerciais da Direção-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério do Interior.

²⁵ “Ainda a questão das águas” in *A Indústria*, n.º 52 de 11/07/1924, p. 1

²⁶ Cf. COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014.

²⁷ Cf. FERREIRA, Diogo, *Setúbal entre a República do pós-guerra e a Ditadura Militar*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, NOVA/FCSH, Lisboa, 2023.

²⁸ COELHO, Mariano Augusto, “As Câmaras Municipais” in *A Indústria*, n.º 155 de 02/07/1926, p. 1.

²⁹ C.M. de Setúbal, *Relatório do primeiro ano de gerência da Comissão Administrativa nomeada pelo Governo da Ditadura – Julho de 1926 a Julho de 1927*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1927, p. 6.

³⁰ Idem, p. 65.

³¹ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Órgãos do Município, Câmara Municipal, Livros de Atas das Sessões, Caixa n.º 52, Livro n.º 10, Ata da sessão da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 26/08/1926, fl. 11.

³² *Ibidem*.

³³ “Câmara Municipal de Setúbal – Comissão Administrativa: sessão de 26 de Agosto de 1926” in *O Setubalense*, n.º 2709 de 27/08/1926, p. 2

³⁴ Câmara Municipal de Setúbal, *Organização dos Serviços Municipais*, Tip. Mascarenhas & Guerreiro, Setúbal, 1927.

³⁵ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Órgãos do Município, Câmara Municipal, Livros de Atas das Sessões, Caixa n.º 52, Livro n.º 10, Ata da sessão da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 30/12/1926, fl. 88v.

³⁶ Lei n.º 88 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 183 de 07/08/1913.

³⁷ Decreto-Lei n.º 13350 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 64 de 28/03/1927.

³⁸ Decreto-Lei n.º 13913 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 143 de 08/07/1927.

³⁹ C.M. de Setúbal, *Relatório do primeiro ano de gerência da Comissão Administrativa*

nomeada pelo Governo da Ditadura – Julho de 1926 a Julho de 1927, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1927, pp. 11-13, 28 e 70.

⁴⁰ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Órgãos do Município, Câmara Municipal, Livros de Atas das Sessões, Caixa n.º 53, Livro n.º 12, Ata da sessão da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 21/06/1928, fl. 44.

⁴¹ *Idem*, fl. 45.

⁴² *Idem*, fls. 45v-46.

⁴³ Sítio online dos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo. [Disponível em: <https://www.smvc.pt/quem-somos/historia>. Consultado em 20/05/2025]

⁴⁴ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador Geral de Correspondência Expedida, Caixa n.º 101, Livro n.º 36, Ofício n.º 902 de 22/03/1929, enviado pelo Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal para o Administrador-Geral da C.G.D.

⁴⁵ “O Sr. Presidente do Ministério em Setúbal” in *A Indústria*, n.º 307 de 31/05/1929, p. 2.

⁴⁶ “A visita de ontem do sr. Presidente do Ministério” in *O Setubalense*, n.º 3405 de 27/05/1929, p. 4.

⁴⁷ “Visita oficial” in *A Cidade*, n.º 11 de 26/05/1929, p. 2.

⁴⁸ MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Para a História da Iluminação Pública em Setúbal*, Universidade Popular de Setúbal, Setúbal, 1997, p. 119.

⁴⁹ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Órgãos do Município, Câmara Municipal, Livros de Atas das Sessões, Caixa n.º 54, Livro n.º 13, Ata da sessão da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 03/10/1929, fls. 185v-186.

⁵⁰ QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 178.

⁵¹ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Órgãos do Município, Câmara Municipal, Livros de Atas das Sessões, Caixa n.º 54, Livro n.º 15, Ata da sessão da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 02/09/1930, fl. 32.

⁵² Cf. FERREIRA, Diogo, *Setúbal entre a República do pós-guerra e a Ditadura Militar*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, NOVA/FCSH, Lisboa, 2023.

⁵³ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Órgãos do Município, Câmara Municipal, Livros de Atas das Sessões, Caixa n.º 54, Livro n.º 16, Ata da sessão da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 18/06/1931, fl. 14.

⁵⁴ *Idem*, 14v.

⁵⁵ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador Geral de Correspondência Expedida, Caixa n.º 102, Livro n.º 45, Ofício n.º 360 de 03/11/1931 enviado pelo Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal para os Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho de Setúbal.

⁵⁶ AA.VV., *Relatório e Contas da Comissão que administrou a Câmara Municipal de Setúbal desde 14 de janeiro a 14 de maio de 1932*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933, p. 45. PEREIRA, Alberto de Sousa; LOPES, José de Madureira, *Anais de Setúbal do século XX - Uma cronologia ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023, p. 91.

⁵⁷ *Idem*, p. 103.

⁵⁸ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Órgãos do Município, Câmara Municipal, Livros de Atas das Sessões, Caixa n.º 54, Livro n.º 17, Ata da sessão da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 24/02/1932, fl. 19v.

⁵⁹ *Idem*, fl. 19.

⁶⁰ AA.VV., *Relatório e Contas da Comissão que administrou a Câmara Municipal de Setúbal desde 14 de janeiro a 14 de maio de 1932*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933, p. 103.

⁶¹ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Órgãos do Município, Câmara Municipal, Livros de Atas das Sessões, Caixa n.º 54, Livro n.º 17, Ata da sessão da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 24/02/1932, fl. 19.

⁶² AA.VV., *Relatório e Contas da Comissão que administrou a Câmara Municipal de Setúbal desde 14 de janeiro a 14 de maio de 1932*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933, p. 105.

⁶³ *Idem*, pp. 85 e 117.

⁶⁴ “O abastecimento de água” in *Correio do Sado*, n.º 3 de 30/03/1932, p. 1.

⁶⁵ “Actual abastecimento de água à cidade de Setúbal” in *Ideia Nacional*, n.º 8 de 01/08/1934, p. 2.

⁶⁶ ANTT, Ministério do Interior, Direção-Geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição (Administração Política), Copiadores de Correspondência Expedida, Livro n.º 165, Ofício n.º T-2/17 de 05/08/1933 enviado pelo Diretor-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior para o Comissário do Desemprego.

⁶⁷ “Um problema grave – O abastecimento de água à cidade” in *A Indústria*, n.º 561 de 29/03/1935, pp. 1-2.

⁶⁸ ANTT, Ministério do Interior (inc. 2002), Direção-Geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição (Administração Política), Correspondência recebida, Maço 184, NT 549, Lv. 83 (1936), Processo n.º 616, Relatório de 24/04/1935 redigido pelo Subinspetor Contabilista para o Inspector-Geral de Finanças do Ministério das Finanças.

⁶⁹ O eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte nasceu, em Lisboa, em 15 de outubro de 1886. Licenciou-se em Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico. Fundou a firma *Sondagens e Fundações Teixeira Duarte, Lda.*, que ainda hoje existe. Exerceu funções no Porto de Lisboa, foi bastonário da Ordem dos Engenheiros (1949-1951), vogal do Conselho Superior de Obras Públicas, entre outros. Cf. Biografia parlamentar redigida pela Assembleia da República.

⁷⁰ “Setúbal terá, em breve, água em abundância” in *A Indústria*, n.º 589 de 01/11/1935, p. 2.

⁷¹ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas das Sessões da C.M. de Setúbal, Caixa n.º 56, Livro n.º 22, Ata da sessão da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 13/08/1936, fl. 66.

⁷² Decreto-Lei n.º 28226 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 274 de 24/11/1937.

⁷³ C.M. de Setúbal, *Estatutos da Caixa de Reformas e Previdência do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal*, Tipografia-Escola do Orfanato Setubalense, Setúbal, 1938, artigo 1.º

⁷⁴ “Abastecimento de água à cidade” in *A Indústria*, n.º 683 de 18/06/1938, p. 2.

⁷⁵ Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Empréstimos às Câmaras Municipais, Setúbal, Caixa n.º 218, Proc. ‘Pagamento de dívidas e melhoramentos vários (1927-1941)’, Cópia de ofício de 07/01/1939 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Subsecretário de Estado das Finanças.

⁷⁶ ANTT, Ministério do Interior (inc. 2002), Direção-Geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição (Administração Política), Correspondência recebida, Maço 267, NT 632, Lv. 86 (1939), Ofício n.º 219 de 19/07/1939 enviado pelo Diretor-Geral da Direção-Geral do Ensino Lical para o Chefe de Gabinete do Ministro do Interior.

⁷⁷ *Idem*, Ofício sem referência de 01/08/1939 enviado pelo Secretário da Câmara Municipal de Setúbal para o Governador Civil do Distrito de Setúbal.

⁷⁸ FIGUEIRA, Manuel Henrique, *Liceu de Bocage – Setúbal: Histórias e Memórias (1857-1974)*, Escola Secundária de Bocage, Setúbal, 2007, p. 28. Cortesia de António Cunha Bento.

⁷⁹ SALGADO, João, *Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1940*, Documento dactiloscrito, Setúbal, 1940, p. 9. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal.

⁸⁰ LIMA, António Pedrosa Pires de (Presidente da Câmara Municipal), *Relatório da Gerência do Município de Setúbal – 1941*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1942, p. 10.

⁸¹ *Idem*, p. 29.

⁸² *Idem*, p. 51.

⁸³ Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Empréstimos às Câmaras Municipais, Setúbal, Caixa n.º 218, Proc. ‘Abastecimento de água a Setúbal (1937-1941)’, Ofício n.º 55 de 26/08/1941 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro das Finanças.

⁸⁴ Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1941*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1942.

⁸⁵ LIMA, António Pedrosa Pires de (Presidente da Câmara Municipal), *Relatório da Ge-*

rência do Município de Setúbal – 1941, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1942, p. 53.

⁸⁶ LIMA, António Pedrosa Pires de (Presidente da Câmara Municipal), *Relatório da Gerência do Município de Setúbal – 1943*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1944, p. 44.

⁸⁷ *Idem*, p. 45.

⁸⁸ *Idem*, p. 57.

⁸⁹ LIMA, António Pedrosa Pires de (Presidente da Câmara Municipal), *Relatório da Gerência do Município de Setúbal – 1942*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1943, p. 28.

⁹⁰ *Idem*, p. XXI.

⁹¹ ANTT, Ministério do Interior (inc. 2002), Direção-Geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição (Administração Política), Coleção de Correspondência Recebida, Mç. 356, NT 721, Lv. 89 (1942), Ofício n.º 4157 de 15/12/1942 enviado pelo Diretor-Geral da Contabilidade Pública do Ministério das Finanças para o Diretor-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior

⁹² PESTANA, Luís Novais da Câmara (Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1943*, Tip. Escola do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1944.

⁹³ LIMA, António Pedrosa Pires de (Presidente da Câmara Municipal), *Relatório da Gerência do Município de Setúbal – 1943*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1944, pp 42-43.

⁹⁴ SALGADO, João, *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1944*, Tip. Escola do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1945, pp. 7 e 11.

⁹⁵ CAMACHO, Manuel Fernandes (Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1945*, Tip. Escola do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1946.

⁹⁶ *Diário do Governo*, II Série, n.º 292 de 17/12/1946.

⁹⁷ BASTOS, Miguel Rodrigues, *Câmara Municipal de Setúbal - Relatório da Gerência de 1947*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1948.

⁹⁸ Informação transmitida pelo eng.º Francisco Lobo Soares.

⁹⁹ BASTOS, Miguel Rodrigues, *Câmara Municipal de Setúbal - Relatório da Gerência de 1948*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1949.

¹⁰⁰ BASTOS, Miguel Rodrigues, *Câmara Municipal de Setúbal - Relatório da Gerência de 1949*, Tip. Escola Tipográfica do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1950.

¹⁰¹ PEREIRA, Alberto de Sousa; LOPES, José de Madureira, *Anais de Setúbal do século XX - Uma cronologia ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023, p. 152.

¹⁰² BASTOS, Miguel Rodrigues, *Câmara Municipal de Setúbal - Relatório da Gerência de 1950*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1951, pp. 20-23.

¹⁰³ “Cuidado, senhores!” in *O Setubalense*, n.º 1199 de 11/04/1951, p. 2.

¹⁰⁴ *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1952*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1953, p. 3.

¹⁰⁵ ALEIXO, João Rodrigues (Engenheiro Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1954*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1955, pp. 4 e 7.

¹⁰⁶ Portaria de 22/11/1955 in *Diário do Governo*, II Série, n.º 245 de 26/11/1955.

¹⁰⁷ ALEIXO, João Rodrigues (Engenheiro Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1955*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1956, pp. 6 e 11.

¹⁰⁸ ALEIXO, João Rodrigues (Engenheiro Diretor-Delegado) *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal, Relatório e Contas da Gerência de 1956*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1957, pp. 6 e 11.

¹⁰⁹ ALEIXO, João Rodrigues (Engenheiro Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1957*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1958, pp. 5 e 17.

¹¹⁰ “A inauguração da luz eléctrica em Praias-Sado” in *O Setubalense*, n.º 3228 de 06/05/1964, p. 1.

¹¹¹ GOES, Manuel José Constantino, *Câmara Municipal de Setúbal - Relatório da Gerência do ano de 1967*, Documento dactiloescrito disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, Setúbal, 1968, p. 53.

¹¹² Decreto-Lei n.º 593/71 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 301 de 28/12/1971.

¹¹³ Depoimentos recolhidos em 14/05/2025.

¹¹⁴ “Fez-se luz no Faralhão” in *O Setubalense*, edição de 14/05/1973, p. 4.

¹¹⁵ AMORIM, Vanessa Iglésias; PINHO, Jaime; LOPES, Alberto; ANTUNES, Lia, *Outro Mundo no mesmo Lugar: A cidade das barracas*, Cento de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2024.

¹¹⁶ COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal – Cidade Vermelha (1974-1975): Sem perguntar ao Estado qual o caminho a tomar*, Estuário, Setúbal, 2017, p. 91.

¹¹⁷ DOWS, Chip et al, *Os Moradores à Conquista da Cidade – Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Sociedade Editora O Armazém das Letras, Lisboa, 1978, p. 136.

¹¹⁸ COSTA, Albérico Afonso, *op. cit.*, p. 289.

¹¹⁹ Algumas informações foram gentilmente cedidas pelo eng.º Francisco Lobo Soares,

que desempenhou funções como chefe do serviço de saneamento dos Serviços Municipalizados de Setúbal, entre 1985 e 1990, e de diretor dos serviços de exploração dos Serviços Municipalizados de Setúbal e das *Águas do Sado, S.A.*, entre 1991 e 2000. Outros dados foram fornecidos pelo Dr. João Martins, economista que exerceu funções como consultor da C.M. de Setúbal para o acompanhamento do contrato de concessão e que é atualmente vogal do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

¹²⁰ Depoimentos de Adelaide dos Santos e de Paulo Almeida. Foram recolhidos em 14/05/2025.

¹²¹ PEREIRA, Fernando António Baptista; DUARTE, Ana; CAMPOS, Leonor, *História do Abastecimento da Água a Setúbal e hábitos de higiene*, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1997, p. 18.

¹²² *Ibidem*.

¹²³ “Aprovado o Regulamento Geral das Águas Residuais” in *O Setubalense*, n.º 520 de 18/07/1984, p. 6.

¹²⁴ PEREIRA, Alberto de Sousa; LOPES, José Madureira, *Anais de Setúbal do Século XX – Uma Cronologia Ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023, p. 260

¹²⁵ PENA, Horácio; MARIANO, Vera, *Sabia que? Notas históricas e curiosidades sobre o Concelho de Setúbal*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2020, p. 76.

¹²⁶ *Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal, Relatório e Contas da Gerência de 1985*, Documento dactilografado disponível na Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Setúbal, Setúbal, 1986.

¹²⁷ “Semana da Água” in *O Distrito de Setúbal*, edição de 25/10/1988.

¹²⁸ Algumas informações foram gentilmente cedidas pelo eng.º Francisco Lobo Soares e pelo economista Dr. João Martins, cuja ligação ao passado recente dos Serviços Municipalizados de Setúbal foi explicada em nota anterior.

¹²⁹ PEREIRA, Alberto de Sousa; LOPES, José Madureira, *Anais de Setúbal do Século XX – Uma Cronologia Ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023, p. 296.

¹³⁰ Cópia da Ata da sessão da C.M. de Setúbal de 30/09/1997. Documento gentilmente cedida pelo Dr. João Martins.

¹³¹ RODRIGUES, Renato, “Águas do Sado já mandam nos Serviços” in *O Setubalense*, n.º 2521 de 26/11/1997, pp. 1 e 8.

¹³² *Águas do Sado, Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1998*, Documento digitalizado não publicado, Setúbal, 1999.

¹³³ *Águas do Sado, Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1999*, Documento digitalizado não publicado, Setúbal, 2000.

¹³⁴ *Águas do Sado, Relatório de Atividades – 2001*, Documento impresso disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, Setúbal, 2002, pp. 4-6.

¹³⁵ *Águas do Sado*, n.º 2 de fevereiro de 2002.

¹³⁶ *Águas do Sado, Relatório de Atividades – 2002*, Documento impresso disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, Setúbal, 2003.

¹³⁷ *Águas do Sado*, S.A., *Águas do Sado (1997-2007) – 10 ao serviço de Setúbal*, s.e., Setúbal, 2008, p. 7.

¹³⁸ Newsletter *Águas-Vivas*, n.º 3, junho de 2010.

¹³⁹ *Águas do Sado, Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1998*, Documento digitalizado não publicado, Setúbal, 1999, Quadro n.º 5 – Recursos Humanos.

¹⁴⁰ Este capítulo contou com o apoio do economista Dr. João Martins.

¹⁴¹ Arquivo Digital das reuniões da C.M. de Setúbal em consulta pública no sítio *online* do município de Setúbal. Proposta “Regresso dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento à Gestão Pública Municipal” apresentada na reunião da C.M. de Setúbal de 24/11/2025.

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ Aviso n.º 14818/2022 in *Diário da República*, 2.ª Série, 27/07/2022.

¹⁴⁵ Aviso n.º 9030/2023 in *Diário da República*, 2.ª Série, 08/05/2023.

¹⁴⁶ Foi, igualmente, aprovado o Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Setúbal, sendo publicado no início do ano seguinte. Aviso n.º 434/2023 in *Diário da República*, 2.ª Série, 09/01/2023.

¹⁴⁷ Folheto “A Gestão Pública está de volta” dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Está disponível na hemeroteca da Biblioteca Municipal de Setúbal, Setúbal, 2022.

¹⁴⁸ Aviso n.º 8961/2024 in *Diário da República*, 2.ª Série, 26/04/2024.

¹⁴⁹ Biografia baseada em:

CLARO, Rogério Peres, *Um século de ensino técnico-profissional em Setúbal: Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama (1888-1998)*, Corlito, Setúbal, 2000, pp. 282-283;

FIGUEIRA, Manuel Henrique, “Um diretor-engenheiro para a Reforma do Ensino Técnico” in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 2020, pp. 208-209;

SIMÕES, Maria Adriana Nóbrega, *A escola que abraçou a cidade – Escola Secundária de Sebastião da Gama (1888-2000)*, Tip. Peres, Setúbal, 2008, pp. 100-101.

¹⁵⁰ Citado a partir de: CLARO, Rogério Peres, *Um século de ensino técnico-profissional em Setúbal: Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama (1888-1998)*, Corlito, Setúbal, 2000, p. 469.

¹⁵¹ FERREIRA, Diogo, *Setúbal entre a República do pós-guerra e a Ditadura Militar*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, NOVA/FCSH, Lisboa, 2023, pp. 335-339.

¹⁵² ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 1928 da Secção de Defesa Política e Social da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, NT 4327, Participação de 19/08/1936 do guarda n.º 62/63 do Comando Distrital de Setúbal da PSP, Manuel Nunes da Trindade Júnior.

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ *Idem*, Auto de corpo de delito indireto da Secção de Investigação do Comando Distrital de Setúbal da PSP de 25/08/1936. Depoimento de Manuel Palmela.

¹⁵⁵ *Idem*, Auto de perguntas de 25/08/1936 da Secção de Investigação da PSP do Comando Distrital de Setúbal da PSP a Eusébio Augusto Correia.

¹⁵⁶ ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político da PVDE n.º 8248 de Eusébio Augusto Correia.

¹⁵⁷ ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 1928 da Secção de Defesa Política e Social da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, NT 4327, Ofício n.º 1627 de 28/08/1936 enviado pelo Comandante Distrital de Setúbal da PSP para o Diretor da PVDE.

¹⁵⁸ *Idem*, Relatório de 01/09/1936 do investigador da PVDE, Luís da Costa Paulo.

¹⁵⁹ ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos, Livro n.º 20, Preso n.º 3954 (Eusébio Augusto Correia).

¹⁶⁰ ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 1454/38, NT 4546, Auto de Perguntas de 18/10/1938 da Secção de Investigação do Comando Distrital de Setúbal a Eusébio Augusto Correia.

¹⁶¹ COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob o Estado Novo*, vol. I, *A resistência a Salazar (1933-1949)*, Estuário, Setúbal, 2022, pp. 244 e 287.

¹⁶² COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob o Estado Novo*, vol. II, *A resistência a Salazar e a Caetano (1950-1974)*, Estuário, Setúbal, 2023, p. 310.

¹⁶³ Texto produzido a partir de dados de diferentes sítios *online* de cariz desportivo, nomeadamente zerozero.pt; fpf.pt; transfermarkt.pt. LOURENÇO; Luís, *José Mourinho – Um ciclo de vitórias*, Prime Books, Lisboa, 2004.

¹⁶⁴ Prestou serviço entre 1951 e 1964.

¹⁶⁵ Publicação de 26/06/2017 de Américo Rocha, antigo funcionário dos Serviços Municipalizados de Setúbal, entre 1951 e 1964, no grupo “Coisas de Setúbal” da rede social Facebook:

¹⁶⁶ Baseado em: FERREIRA, Diogo; SOUSA, Pedro Marquês de, *Os Combatentes do Concelho de Setúbal na Grande Guerra em França (1917-1918)*, Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes, Setúbal, 2017.

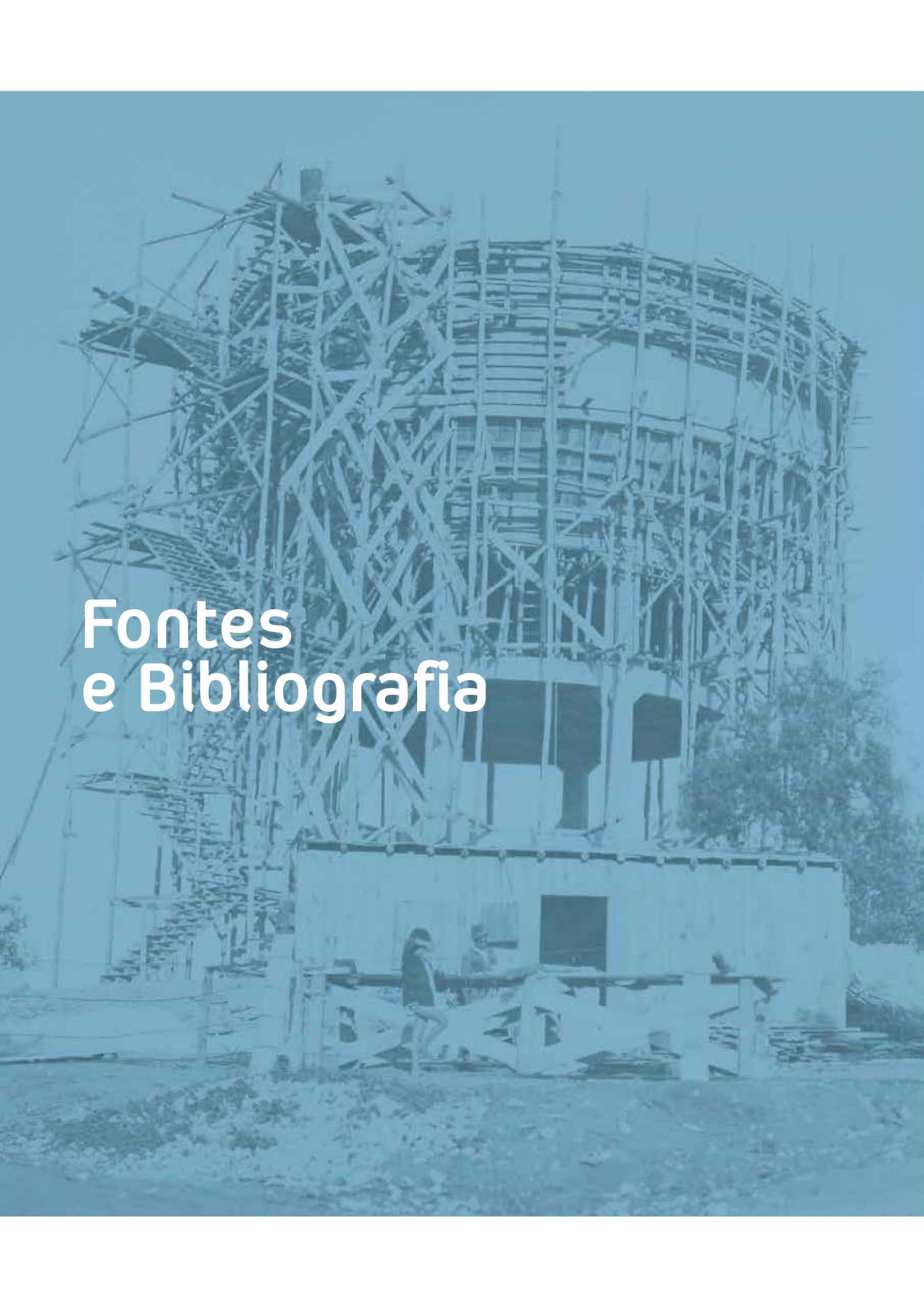
¹⁶⁷ Arquivo Histórico-Militar, 1.ª Divisão, Boletins do Corpo Expedicionário Português, Sargentos e Praças, Caixa n.º 26, Boletim individual n.º 23197 de Duarte Augusto Reisinho.

¹⁶⁸ Arquivo Histórico do Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes, Caixa n.º 2 (Registo de Sócios Falecidos da Grande Guerra), Livro “Registo de Alterações dos Sócios Combatentes de 1 a 186”, Sócio ordinário n.º 118 - Duarte Augusto Reisinho.

¹⁶⁹ Comentário de Américo Rocha, antigo funcionário dos Serviços Municipalizados de Setúbal, a uma publicação datada de 12/12/2012 de Jorge Lobato no grupo “Setúbal Quase Esquecida” da rede social *Facebook*.

¹⁷⁰ Texto baseado em: LOPES, Conceição, *Recta Intenção – In Memoriam do João Sacristão, setubalense-murtoseiro*, Paulinas, Águeda, 2020, pp. 29-101.

¹⁷¹ *Idem*, p. 90.



Fontes e Bibliografia

Fontes primárias

Arquivos, Centros de Documentação e Bibliotecas

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

Arquivo Distrital de Setúbal

Arquivo do Centro de Convívio dos Ex-Alunos do Orfanato Municipal

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro

Arquivo Histórico do Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes

Arquivo Histórico-Militar

Arquivo Histórico-Parlamentar

Arquivo Municipal de Setúbal

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Centro de Documentação do Museu do Trabalho Michel Giacometti

Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal

Museu de Setúbal / Convento de Jesus

Fontes secundárias

Publicações

AA.VV., *Relatório e Contas da Comissão que administrou a Câmara Municipal de Setúbal desde 14 de janeiro a 14 de maio de 1932*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933.

Águas do Sado, *Relatório de Atividades – 2001*, Documento impresso disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, Setúbal, 2002.

Águas do Sado, *Relatório de Atividades – 2002*, Documento impresso disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, Setúbal, 2003.

Águas do Sado, *Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1998*, Documento digitalizado não publicado, Setúbal, 1999.

Águas do Sado, *Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1999*, Documento digitalizado não publicado, Setúbal, 2000.

Águas do Sado, *Águas do Sado (1997-2007) – 10 ao serviço de Setúbal*, s.e., Setúbal, 2008.

ALEIXO, João Rodrigues (Engenheiro Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal – Relatório e Contas da Gerência de 1954*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1955.

ALEIXO, João Rodrigues (Engenheiro Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal – Relatório e Contas da Gerência de 1955*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1956.

ALEIXO, João Rodrigues (Engenheiro Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal – Relatório e Contas da Gerência de 1956*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1957.

ALEIXO, João Rodrigues (Engenheiro Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal – Relatório e Contas da Gerência de 1957*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1958.

BASTOS, Miguel Rodrigues, *Câmara Municipal de Setúbal – Relatório da Gerência de 1947*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1948.

BASTOS, Miguel Rodrigues, *Câmara Municipal de Setúbal – Relatório da Gerência de 1949*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1950.

BASTOS, Miguel Rodrigues, *Câmara Municipal de Setúbal – Relatório da Gerência de 1950*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais., Setúbal, 1951.

CAMACHO, Manuel Fernandes (Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1945*, Tip. Escola do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1946.

Câmara Municipal de Setúbal, *Organização dos Serviços Municipais*, Tip. Mascarenhas & Guerreiro, Setúbal, 1927.

Câmara Municipal de Setúbal, *Organização dos Serviços Municipais*, Tip. Simões, Setúbal, 1930.

Câmara Municipal de Setúbal, *Relatório do primeiro ano de gerência da Comissão Administrativa nomeada pelo Governo da Ditadura – Julho de 1926 a Julho de 1927*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1927.

Câmara Municipal de Setúbal, *Relatórios, Bases de Acordo e mais documentos enviados à Câmara Municipal – Comissão nomeada em sessão de 20 de Março de 1923 para*

o estudo dum acordo entre a Câmara e a Sociedade Franco-Portuguesa das Águas, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1924.

Câmara Municipal de Setúbal, *Estatutos da Caixa de Reformas e Previdência do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal*, Tipografia-Escola do Orfanato Setubalense, Setúbal, 1938.

GOES, Manuel José Constantino, *Câmara Municipal de Setúbal – Relatório da Gerência do ano de 1967*, Documento dactiloescrito disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, Setúbal, 1968.

LIMA, António Pedrosa Pires de (Presidente da Câmara Municipal), *Relatório da Gerência do Município de Setúbal – 1941*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1942.

LIMA, António Pedrosa Pires de (Presidente da Câmara Municipal), *Relatório da Gerência do Município de Setúbal – 1942*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1943.

LIMA, António Pedrosa Pires de (Presidente da Câmara Municipal), *Relatório da Gerência do Município de Setúbal – 1943*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1944.

PESTANA, Luís Novais da Câmara (Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1943*, Tip. Escola do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1944.

PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal*, vol. II, *Estremadura, Alentejo e Algarve*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2011.

RASTEIRO, Joaquim, *O abastecimento de águas de Setúbal – sr. dr. Manito, Presidente da Câmara, e o Joaquim Rasteiro, vereador nas sessões de 14 de agosto, 4 de setembro, 2 de outubro, 11 e 18 de dezembro de 1877*, Tip. das Horas Românticas, Lisboa, 1878.

ROCHA, Mário, *Anuário do Comércio e da Indústria de Setúbal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933.

SALGADO, João, *Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal – Relatório e Contas da Gerência de 1940*, Documento dactiloescrito, Setúbal, Abril de 1940. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal.

SALGADO, João, *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1944*, Tip. Escola do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1945.

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1985*, Documento dactilografado disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, Setúbal, 1986.

Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1941*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1942.

Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1952*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1953.

Serviços Municipalizados de Setúbal, *Encontro “Água é Vida” – 20 de Outubro de 1988*, Banco Espírito Santo e Banco Comercial de Lisboa, Setúbal, 1988.

SILVEIRA, Luís, *Anotações ao livro «Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal»: Subsídios para a história de Setúbal*, Documento dactilografado à guarda da Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Setúbal, Setúbal, 1942.

Outros

Águas do Sado, n.º 2 de fevereiro de 2002

Newsletter *Águas-Vivas*, n.º 3, junho de 2010.

Folheto “A Gestão Pública está de volta” dos Serviços Municipalizados de Setúbal, Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Setúbal, Setúbal, 2022

Legislação

Diário do Governo (I e II Séries)

Diário da República (I e II Séries)

Imprensa periódica

A Cidade – Semanário de Propaganda Regionalista (1929)

A Indústria Semanário, propriedade da secção sindical dos fabricantes de conservas de Setúbal (1924; 1926; 1935; 1938)

A Mocidade – Folha quinzenal, literária e noticiosa (1930)

Correio do Sado – Notícias de Setúbal. Regionalista independente (1932)

O Distrito de Setúbal (1988)

O Município – Jornal de propaganda municipalista defensor deste concelho (1923)

O Setubalense (1921; 1923; 1932; 1951; 1954; 1964; 1973; 1984; 1997)

República – Semanário, órgão oficial do Partido Republicano Democrático (1921)

Sado-Reclame – Anúncios, Ecos e Notícias (1930)

Ideia Nacional – Quinzenário, propriedade da Comissão Municipal da União Nacional (1934)

Depoimentos/Testemunhos/Cedência de materiais

Adelaide Santos - secretária/administrativa dos Serviços Municipalizados e das *Águas do Sado*, S.A. entre 1979 e 2005. Depoimento recolhido em 14 de maio de 2025.

Américo Batista – funcionário da Federação dos Municípios do Distrito de Setúbal e da EDP entre 1973 e 2010. Depoimento recolhido em 14 de maio de 2025.

Américo Rocha – funcionário dos Serviços Municipalizados de Setúbal entre 1951 e 1964. Publicações recolhidas na rede social *Facebook*.

António Cunha Bento – investigador independente e especialista em história local de Setúbal. Cedeu conteúdos da sua pesquisa em 4 de junho de 2025.

Francisco Lobo Soares – como engenheiro, desempenhou funções como chefe do serviço de saneamento dos Serviços Municipalizados de Setúbal, entre 1985 e 1990, e de diretor dos serviços de exploração dos Serviços Municipalizados de Setúbal e das *Águas do Sado*, S.A., entre 1991 e 2000. Depoimento e materiais recolhidos em maio de 2025.

João Martins – como economista, exerceu funções como consultor da C.M. de Setúbal para o acompanhamento do contrato de concessão e é atualmente vogal do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Depoimento e materiais recolhidos em 29 de maio de 2025.

Manuel Joaquim Pisco Lopes – funcionário da Federação dos Municípios do Distrito de Setúbal e atual Presidente da Assembleia Municipal de Setúbal. Depoimento recolhido em 14 de maio de 2025.

Maria Amélia Palmela – funcionária dos Serviços Municipalizados de Setúbal desde 1979, exercendo, atualmente, o cargo de coordenadora técnica. Depoimento recolhido em 14 de maio de 2025.

Maria da Luz Batista - funcionária dos Serviços Municipalizados de Setúbal desde 1980, exercendo, atualmente, o cargo de diretora do departamento financeiro. Depoimento recolhido em 14 de maio de 2025.

Paulo Almeida - funcionário dos Serviços Municipalizados de Setúbal desde 1983, exercendo, atualmente, o cargo de técnico superior na área de comunicação. Depoimento recolhido em 14 de maio de 2025.

Pedro Fernandes – investigador especialista em história local de Setúbal, designadamente no universo das quintas. Materiais cedidos no decurso do mês de maio de 2025.

Coleções particulares

Américo Rocha (via Jorge Lobato)

António Pinho

Diamantino Vasconcelos

Bibliografia consultada

- AMORIM, Vanessa Iglésias; PINHO, Jaime; LOPES, Alberto; ANTUNES, Lia, *Outro Mundo no mesmo Lugar: A cidade das barracas*, Cento de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2024.
- CLARO, Rogério Peres, *Um século de ensino técnico-profissional em Setúbal: Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama (1888-1998)*, Corlito, Setúbal, 2000.
- COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011.
- COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014.
- COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal – Cidade Vermelha (1974-1975): Sem perguntar ao Estado qual o caminho a tomar*, Estuário, Setúbal, 2017.
- COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob o Estado Novo*, vol. I, *A resistência a Salazar (1933-1949)*, Estuário, Setúbal, 2022.
- COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob o Estado Novo*, vol. II, *A resistência a Salazar e a Caetano (1950-1974)*, Estuário, Setúbal, 2023.
- DOWS, Chip et al, *Os Moradores à Conquista da Cidade – Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Sociedade Editora O Armazém das Letras, Lisboa, 1978.
- FERREIRA, Diogo, *Setúbal entre a República do pós-guerra e a Ditadura Militar*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, NOVA/FCSH, Lisboa, 2023.
- FERREIRA, Diogo; SOUSA, Pedro Marquês de, *Os Combatentes do Concelho de Setúbal na Grande Guerra em França (1917-1918)*, Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes, Setúbal, 2017.
- FIGUEIRA, Manuel Henrique, *Liceu de Bocage – Setúbal: Histórias e Memórias (1857-1974)*, Escola Secundária de Bocage, Setúbal, 2007.
- FIGUEIRA, Manuel Henrique, “Um diretor-engenheiro para a Reforma do Ensino Técnico” in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 2020.
- LOPES, Conceição, *Recta Intenção – In Memoriam do João Sacristão, setubalense-murtoseiro*, Paulinas, Águeda, 2020.
- LOURENÇO; Luís, *José Mourinho – Um ciclo de vitórias*, Prime Books, Lisboa, 2004.
- MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Para a História da Iluminação Pública em Setúbal*, Universidade Popular de Setúbal, Setúbal, 1997.
- PENA, Horácio; MARIANO, Vera, *Sabia que? Notas históricas e curiosidades sobre o Concelho de Setúbal*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2020.
- PEREIRA, Alberto de Sousa; LOPES, José de Madureira, *Anais de Setúbal do século XX – Uma cronologia ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023.

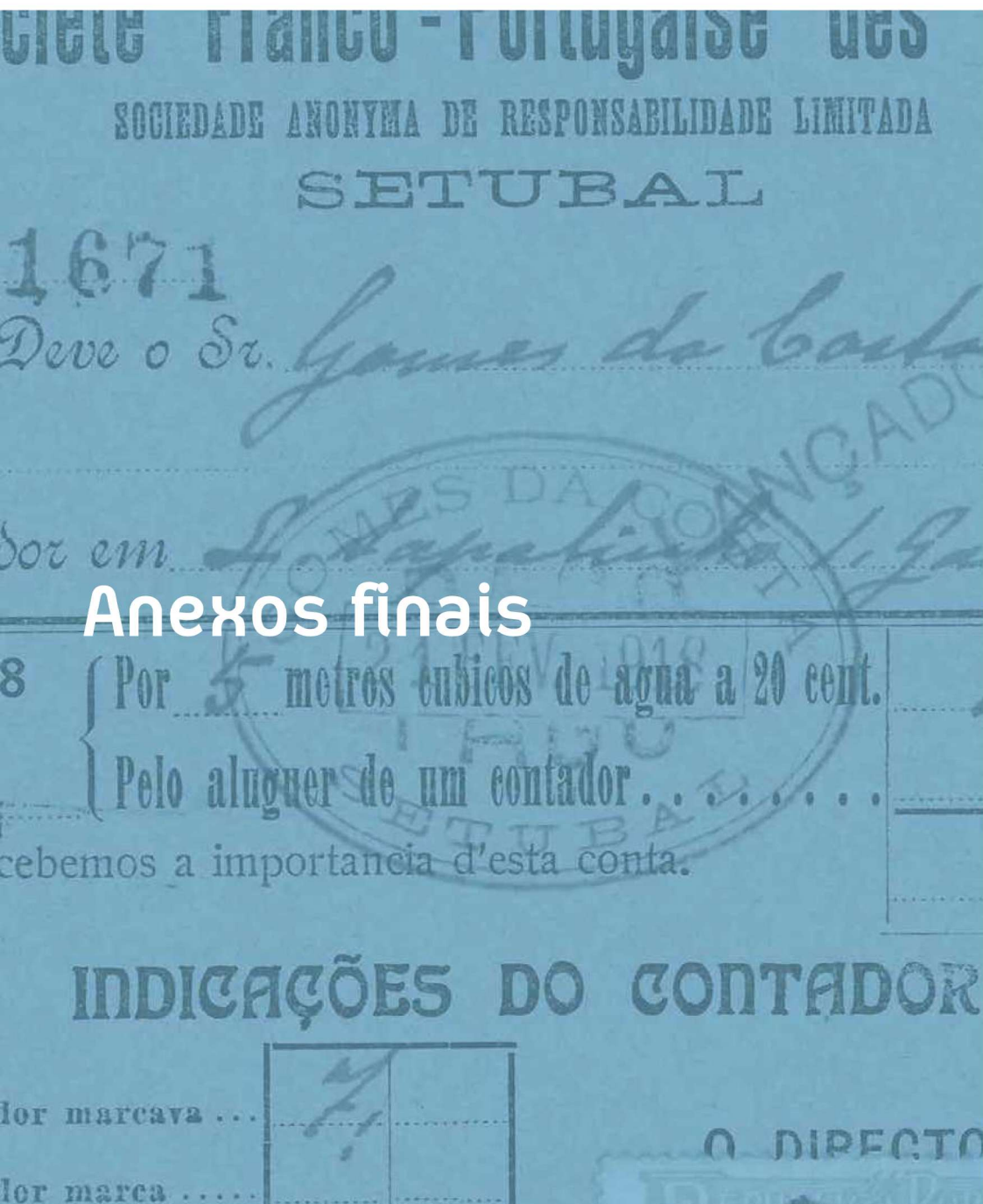
PEREIRA, Fernando António Baptista; DUARTE, Ana; CAMPOS, Leonor, *História do Abastecimento da Água a Setúbal e hábitos de higiene*, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1997.

QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998

SIMÕES, Maria Adriana Nóbrega, *A escola que abraçou a cidade – Escola Secundária de Sebastião da Gama (1888-2000)*, Tip. Peres, Setúbal, 2008.

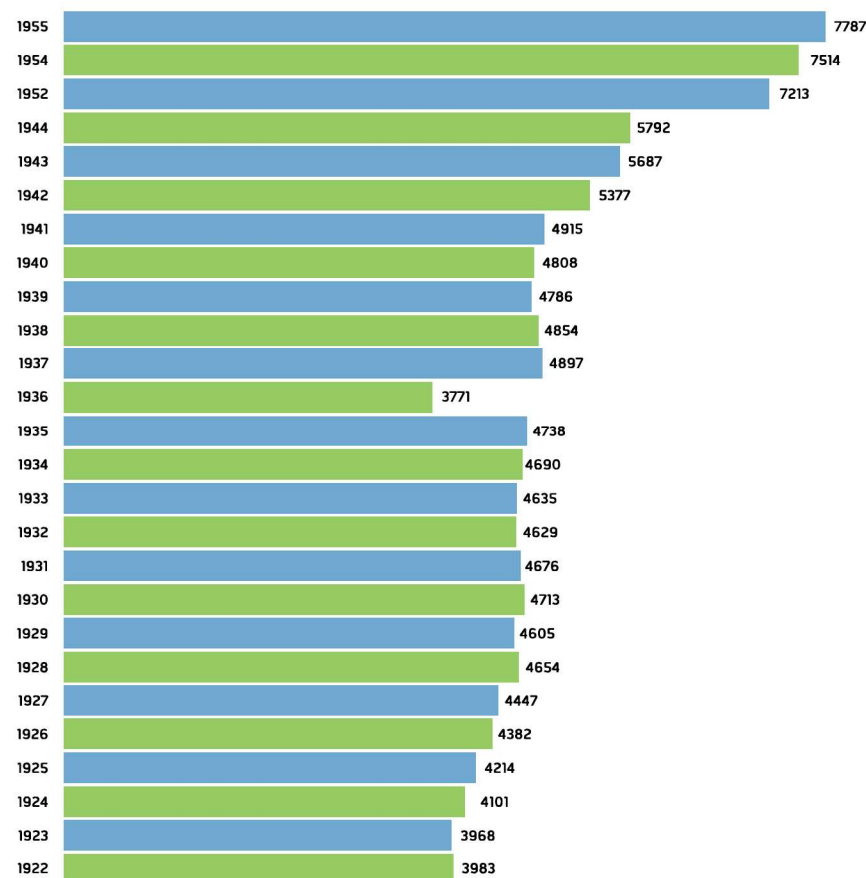
Webgrafia

- Sítio online da Federação Portuguesa de Futebol.
- Sítio online do ZeroZero.
- Sítio online dos Serviços Municipalizados de Setúbal.
- Sítio online dos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo.
- Sítio online da Câmara Municipal de Setúbal,
- Sítio online Junta de Freguesia de Turquel.



Anexos finais

Movimento de consumidores de água no concelho de Setúbal
(1922-1954)



Fontes: Relatórios e Contas dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

Número de consumidores de eletricidade dos Serviços Municipalizados de Setúbal (1938-1957)

ANOS	NÚMERO DE CONSUMIDORES
1938	3195
1939	3229
1940	3110
1943	3771
1944	3923
1945	4139
1952	6526
1954	7024
1956	7736
1957	8142

Fontes: Relatórios e Contas dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

Número de lâmpadas instaladas em Setúbal (1933-1957)

ANOS	N.º DE LÂMPADAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	N.º DE LÂMPADAS DE ORIGEM PARTICULAR
1933	856	19 557
1957	1452	66 170

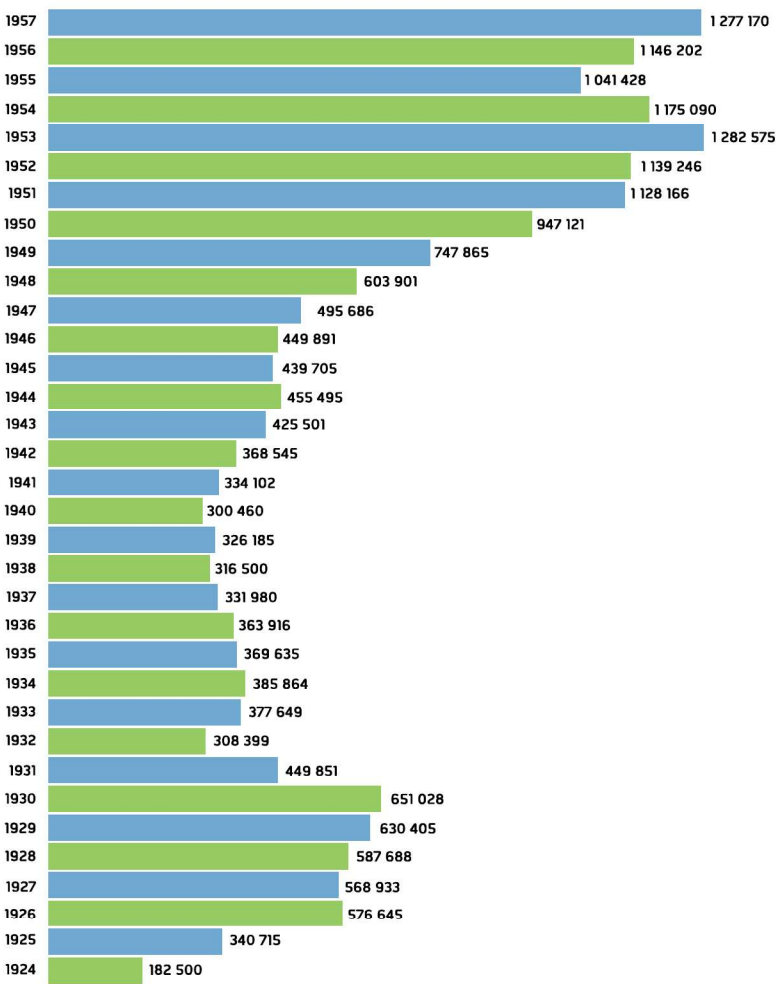
Fonte: ALEIXO, João Rodrigues (Engenheiro Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1957*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1958, pp. 5 e 17.

Evolução do número de postos de transformação em Setúbal (1936-1957)

ANOS	NÚMERO DE POSTOS
1932	6
1936	7
1941	8
1950	9
1951	10
1957	14

Fontes: Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1952*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1953.
ALEIXO, João Rodrigues (Engenheiro Diretor-Delegado), *Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade da Câmara Municipal de Setúbal - Relatório e Contas da Gerência de 1957*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1958.

Quantidade de água elevada em Setúbal (1924-1957) (m³)



Fontes: Relatórios e Contas dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

**Quadro do pessoal assalariado permanente dos SMS
(julho de 1942)**

NOMES	CARGO
	PESSOAL MAIOR
João Augusto Salgado	Chefe dos Serviços Administrativos e Comerciais (admitido em 01/03/1922)
Alberto Henrique de Sousa	Terceiro oficial (admitido em 03/09/1928)
Manuel José de Jesus	Tesoureiro (admitido em 30/01/1931)
António Ferreira Alves Passos Júnior	Aspirante (admitido em 07/06/1930)
José Alves da Silva Júnior	Aspirante (admitido em 01/12/1930)
Armando Augusto Ferreira da Silva	Escriturário de 2.ª (admitido em 30/06/1931)
José Vidal Pereira Ramos	Escriturário de 2.ª (admitido em 01/04/1937)
José da Cruz Silva Catraio	Escriturário de 3.ª (admitido em 01/04/1937)
Norberto Biscaia da Silva	Escriturário de 3.ª (admitido em 01/04/1937)
Francisco Maria Cardoso Dias	Escriturário de 3.ª (admitido em 25/10/1928)
José Justiniano Nunes	Escriturário de 3.ª (admitido em 01/04/1937)
	PESSOAL MENOR
Luís Filipe Lapido O'Neill	Fiel de armazém
Duarte Augusto Reisinho	Cobrador
Manuel Garcia Tavares	Cobrador
António Ribeiro Ventura	Cobrador
José Pereira Ferreira	Cobrador
António Luís Gomes	Leitor
Raúl Cândido da Silva	Leitor
Francisco José de Sousa Souto	Leitor
Luciano Henrique Nunes Pereira	Servente
Carlos Freire Caria	Servente de armazém
Mamede Martins de Oliveira	Motorista
	PESSOAL OPERÁRIO DA SECÇÃO DE ELETRICIDADE
Ernesto Luís Mota	Encarregado
Jaime Abraços Lança	Eletricista
Joaquim Pepe Rodrigues	Eletricista
Agostinho da Silva	Eletricista
Serafim da Costa e Silva	Eletricista
Fernando A.F. Carrilho	Eletricista
António A. da Silva Mesquita	Ajudante de eletricista

NOMES	CARGO
Dionísio Andrade	Ajudante de eletricista
Guilherme Rosa	Ajudante de eletricista
António José Testa Júnior	Aferidor e fiscal
Almiro Henrique Ruivo	Ajudante de aferidor
José Padrinha Arraiado	Pedreiro
José dos Santos Alegria	Servente de eletricista
	PESSOAL OPERÁRIO DA SECÇÃO DE ÁGUA
António Duarte	Maquinista da Central
Manuel Lourenço Júnior	Maquinista da Central
Manuel Gonçalves Costa	Ajudante de maquinista
Manuel Lopes Carinhas	Ajudante de maquinista
Mário Laurentino Soares	Pedreiro
Anastácio Alves	1.º canalizador
João Roseiro Seixo	2.º canalizador
José Fernandes	2.º canalizador
Joaquim Mendes Piteira	2.º canalizador
Vergílio Gregório Barreiros	Serralheiro de contadores de pressão
Jaime José da Tia	Ajudante de serralheiro de contadores de pressão
José Henrique de F.C. Tavares	Funileiro de contadores
João Rodrigues Santiago	Funileiro de contadores
Jorge Augusto Geadá	Ajudante de funileiro
	GUARDAS
António Venceslau	Porteiro das oficinas
Manuel Antunes	Guarda da Fonte dos Cavaleiros

Fonte: ANTT, Ministério do Interior (Inc. 2002), Direção-Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição (Administração Política), Coleção de Correspondência Recebida, Mç. 391, NT 755, Lv. 90 (1943), Relação anexa ao ofício n.º 860 de 14/07/1942 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Diretor-Geral da Direção-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior.
Nota: Possuía 51 funcionários.

Listagem dos reservatórios do concelho de Setúbal (1947-2003)

DESIGNAÇÃO	DATA DE ENTRADA EM FUNCIONAMENTO	TIPOLOGIA	CAPACIDADE (m³)
Algeruz	1947	Semi-enterrado	300
Pinheirinhos	1947	Semi-enterrado	7.000
Pinheirinhos	1947	Elevado	500
Bela Vista	1974	Elevado	600
Brancanes	1975	Semi-enterrado	5.000
Forte Velho	1975	Semi-enterrado	250
Faralhão	1981	Elevado	500
Bassaqueira (Azeitão)	1985	Semi-enterrado	2.000
Carrascal	1985	Semi-enterrado	750
S. Domingos (Azeitão)	1986	Semi-enterrado	1.000
Portela (Azeitão)	1987	Semi-enterrado	44
S. Pedro	1987	Semi-enterrado	100
Bela Vista	1993	Semi-enterrado	5.000
Creiro	1993	Semi-enterrado	1.000
Pinhal de Negreiros (Azeitão)	1996	Apoiado	460
Azeda	2001	Apoiado	10.000
Vendas de Azeitão	2003	Apoiado	1.000

Fonte: Dados gentilmente cedidos pelo eng.º Francisco Lobo Soares.

Cronologia da História dos Serviços Municipalizados de Setúbal (1878-2022)

1878	Joaquim Rasteiro publica <i>O abastecimento de águas de Setúbal</i> – sr. dr. Manitto, Presidente da Câmara, e o Joaquim Rasteiro, vereador nas sessões de 14 de agosto, 4 de setembro, 2 de outubro, 11 e 18 de dezembro de 1877.
03/10/1889	A C.M. de Setúbal contrata a empresa <i>Société Franco Portugaise des Eaux</i> para dirigir – a título de concessão – os serviços de abastecimento de água à cidade.
19/08/1890	Carta de Lei com a publicação do contrato mencionado acima.
1900	Conclusão do primeiro sistema de distribuição de água.
1914-1918	Anos da I Guerra Mundial
1921	Em agosto, o administrador do concelho, António Casimiro Arronches Junqueiro, ordenou a ocupação das instalações e poços explorados pela firma concessionária.
16/08/1921	Municipalização provisória do fornecimento de água a Setúbal.
1921-1923	Constituição e funcionamento da Exploração Municipal de Águas
02/03/1922	Conversão definitiva da municipalização provisória do abastecimento de águas. Nomeação de César de Bastos Romano Baptista para dirigir o organismo.
23/03/1923	César de Bastos Romano Baptista pediu a demissão de diretor da Exploração Municipal de Águas.
1923-1926	Administração direta pela Câmara Municipal de Setúbal do abastecimento de águas a partir de março de 1923.
1924	Publicação dos relatórios e acordos tendentes à pacificação das relações entre a C.M. de Setúbal e a concessionária luso-francesa.
28/05/1926	Golpe de Estado que põe termo à Primeira República. Início da Ditadura Militar.
26/08/1926	Criação do Serviço Autónomo de Águas, representando – na prática – a adoção do regime de municipalização do abastecimento de água à cidade.
1927	A <i>Société Franco Portugaise des Eaux</i> colocou a C.M. de Setúbal em tribunal. Exigia 1 milhão de francos como indemnização.
28/05/1927	Publicação do Decreto-Lei n.º 13350, que regulamentou a organização e o funcionamento da municipalização dos serviços públicos de interesse local em Portugal.
08/07/1927	Assinatura do empréstimo da C.M. de Setúbal com a Caixa Geral de Depósitos com vista, entre outras coisas, à construção da sede dos Serviços Municipalizados.
21/06/1928	Aprovação da criação dos Serviços Municipalizados da C.M. de Setúbal, compreendendo o abastecimento de água à cidade e os serviços de limpeza, saneamento e esgotos públicos, em reunião do município.
01/07/1928	Entrada em funcionamento oficial dos Serviços Municipalizados de Setúbal.
26/05/1929	Visita do Presidente do Ministério, coronel Vicente de Freitas, a Setúbal para inaugurar a Escola Primária do Bairro Salgado e visitar as novas instalações dos Serviços Municipalizados.
03/10/1929	A distribuição da energia elétrica foi municipalizada, ingressando nos Serviços Municipalizados da C.M. de Setúbal.
27/07/1930	No âmbito da abertura da I Exposição Regional de Setúbal foi inaugurada oficialmente a luz elétrica na cidade.
02/09/1930	A oficina de serralheria da C.M. de Setúbal passou ao regime de municipalização, integrando os respetivos Serviços Municipalizados
18/06/1931	Extinção dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Os diferentes setores foram integrados numa repartição própria, criada para o efeito, (a 6.ª) na orgânica do município.
24/02/1932	Reconstituição e remodelação dos Serviços Municipalizados da C.M. de Setúbal, concentrando-se exclusivamente no abastecimento de água e na distribuição de energia elétrica. A 6.ª repartição foi extinta.
27/03/1932	A instalação de rede de iluminação pública ficou concluída em diversos bairros da cidade, nomeadamente no Bairro Santos Nicolau, no Bairro da Monarquia, no Bairro Lopes e no Bairro Trindade.
19/03/1933	Institucionalização do Estado Novo através da entrada em vigor da Constituição de 1933. Início da “República Corporativa” e prolongamento do regime ditatorial.
1934	Foram captados 1300 metros cúbicos de água.
1935	No final de outubro, o eng.º Ricardo Esquivel Teixeira Duarte entregou o projeto de obras para o abastecimento de água à cidade, empreendimento que estava em estudo há vários anos.

09/06/1936	A C.M. de Setúbal foi autorizada, através de portaria, a contrair um empréstimo de 600 contos – amortizável em 15 anos – para as obras de abastecimento de água à cidade.
19/08/1936	O funcionário dos Serviços Municipalizados de Setúbal, Eusébio Augusto Correia, foi detido pela PSP de Setúbal e encaminhado aos calabouços da polícia política (PVDE), em Lisboa, por se ter manifestado contrário às tropas nacionalistas lideradas pelo General Francisco Franco.
09/06/1938	O município foi autorizado, por portaria desta data, a contrair um empréstimo de 600 contos para investir nas obras de abastecimento de águas à cidade.
1939-1945	Anos da II Guerra Mundial
1940	O assentamento em fibrocimento e betão armado da canalização da zona alta oriental foi contratualizado às firmas <i>Corporação Mercantil Portuguesa, Lda.</i> e à <i>Sociedade Nacional de Canalizações, Lda.</i>
1941	Eletificação da Estrada da Graça, entre a Rua Camilo Castelo Branco e Vila Maria. Desenvolvimentos importantes nas obras de abastecimento de água na zona alta oriental de Setúbal.
1943	Luís Novais da Câmara Pestana, chefe dos serviços de viação e obras da C.M. de Setúbal, assumiu as funções de diretor-delegado dos Serviços Municipalizados de Setúbal.
1944	Execução de trabalhos de captação de águas na Fonte dos Cavaleiros pela empresa do eng.º Teixeira Duarte.
1945	A capitania do porto de Setúbal e a alfândega foram eletrificadas.
1946	Em dezembro, o município de Setúbal foi autorizado a contrair um empréstimo de cerca de 8 milhões de escudos para a conclusão do projeto de abastecimento de água à cidade.
1946-1950	Execução da rede de esgotos do Bairro Trindade.
1947	Fim do processo de construção dos reservatórios dos Pinheirinhos.
1948	Prolongamento da rede de abastecimento de água até ao Bairro da Monarquina. Entrega do “Plano Geral de Saneamento do Concelho de Setúbal” ao Ministério das Obras Públicas.
1948-1950	Processo de construção da rede de abastecimento de água do antigo Bairro Presidente Carmona.
31/08/1952	Manuel Fernandes Camacho abandona o cargo de diretor-delegado.
1953-1955	Processo de substituição da antiga rede de abastecimento de água a Setúbal.
1954	Constituição da cooperativa leiteira, cuja sede funcionou num dos espaços onde estavam instalados, entre outros, os Serviços Municipalizados de Setúbal na Rua Alferes Pinto Vidigal.
1955	A C.M. de Setúbal foi autorizada a contrair um empréstimo de 3 milhões e meio de escudos para promover a 1.ª fase das obras de renovação da rede de saneamento.
1956	Instalação de dois novos postos de transformação.
1957	Ampliação da rede de água no Casal das Figueiras e na Azeda de Baixo. A rede elétrica, por seu turno, foi ampliada no Forte de S. Filipe, na Azeda de Cima e na Estrada das Machadas.
07/05/1964	A eletricidade foi inaugurada nas Praias do Sado.
23/11/1966	Criação do Centro de Alegria no Trabalho do pessoal da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados com alvará da FNAT.
1969	Início da segunda fase de construção da rede de saneamento de Setúbal no valor de 13 mil contos.
28/12/1971	Fundação da Federação dos Municípios do Distrito de Setúbal. Esta entidade passou a gerir a exploração e da pequena distribuição da energia elétrica no distrito, retirando essa responsabilidade aos Serviços Municipalizados de Setúbal para o concelho.
13/05/1973	Os habitantes do Faralhão e de Santo Ovídio passaram a ter acesso à eletricidade.
25/04/1974	Revolução dos Cravos e fim do Estado Novo em Portugal.
1974-1975	Construção de três novos reservatórios: Brancanes, Forte Velho; Bela Vista.
1980	Criação do Centro Cultural e Desportivo dos Serviços Municipalizados de Setúbal.
1980-1981	Edificação dos reservatórios de água do Faralhão e do Carrascal.
21/09/1984	Assalto aos serviços de cobrança dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

1984	Aprovação do Regulamento Geral das Águas Residuais.
1985	O concelho de Setúbal ficou integralmente eletrificado.
1985-1987	Processo de obras de cinco reservatórios semi-enterrados (Bassaqueira, Portela, S. Domingos, Carrascal e S. Pedro).
1986	Entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE).
1986-1988	A construção da rede de distribuição de água de Brejos de Azeitão foi iniciada e concluída.
20/10/1988	Encontro “Água é Vida”, organizado pelos Serviços Municipalizados de Setúbal.
1993	Edificação dos reservatórios semi-enterrados do Creiro e da Bela Vista.
1996	Construção do reservatório apoiado de Pinhal de Negreiros.
17/09/1996	PS e PSD aprovam, em sessão de Assembleia Municipal, a abertura de concurso internacional para a concessão dos serviços de água e abastecimento.
11/10/1996	Lançamento do concurso público internacional para a concessão.
14/11/1997	Constituição da firma <i>Águas do Sado – Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Setúbal, S.A.</i>
24/11/1997	Assinatura do contrato de concessão entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Luságua/AGS.
17/12/1997	Assinatura do auto de consignação, oficializando o início da concessão durante 25 anos pelas Águas do Sado, S.A.
1998	Integração da ETAR da Quinta do Conde no subsistema de Azeitão. Transferência, em maio, da sede e serviços administrativos da Praça do Brasil para a Av. Luísa Todi.
1999	O número de utentes cresceu de 50 789, em 1998, para 52 885 em 1999.
2001	Conclusão do reservatório apoiado do Farol da Azeda e da rede de abastecimento de Alpertuche.
2002	Inauguração do refeitório dos trabalhadores das <i>Águas do Sado, S.A.</i>
2002-2003	Conceção do sistema de telegestão da rede de abastecimento de água.
16/05/2003	A ETAR da Cachofarra ficou terminada.
2005	A ETAR da Quinta da Liroa foi inaugurada.
19/06/2007	Por acórdão do Tribunal Arbitral, a tarifa de saneamento foi aumentada em 30%.
2008	O processo de edificação da ETAR da Gâmbia ficou concluído.
2009	Renovação estrutural do reservatório de Brancanes.
2011-2013	A ETAR de Aldeia Grande foi alvo de obras de remodelação.
2013-2015	Obras de reabilitação do reservatório da Bela Vista.
2020-2021	Reabilitação das redes de distribuição de água de Azeitão.
10/12/2021	A Assembleia Municipal de Setúbal aprovou a reativação dos Serviços Municipalizados de Setúbal para que ficassem responsáveis pelo abastecimento de água e pelo saneamento.
27/07/2022	Publicação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipalizados de Setúbal.
30/09/2022	Tomada de posse do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal: Carlos Rabaçal (presidente); Eugénia da Silveira e Silva (vogal); João Martins (vogal)
17/12/2022	Fim do prazo dos 25 anos do contrato de concessão com as Águas do Sado, S.A.
18/12/2022	Reativação oficial dos Serviços Municipalizados de Setúbal.
19/12/2022	Abertura da sede dos Serviços Municipalizados aos municípios.

Quadro dos dirigentes após a reativação dos SMS, dezembro de 2022

NOME	CARGO
Carlos Alberto Mendonça Rabaçal	Presidente do Conselho de Administração
João Fernandes Martins	1º Vogal do Conselho de Administração
Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva	2º Vogal do Conselho de Administração
Paulo Jorge Piteira Leão	Diretor Delegado

NOME	CARGO	DEPARTAMENTO
Ana Paula de Paiva Ribeiro Alonso Peças	Diretor de Departamento	Comercial
Alexandre Augusto Ferreira Lima Freire	Diretor de Departamento	Resíduos Urbanos
Ana Alexandra Rupio Marques	Diretor de Departamento	Exploração
João Ezequiel Andrade Rocha	Diretor de Departamento	Engenharia
Maria da Luz Batista	Diretor de Departamento	Financeiro
Maria Manuela Canastreiro Dias Alves	Diretor de Departamento	Recursos Humanos

NOME	CARGO	DEPARTAMENTO
Diogo de Almeida Carvalho	Chefe de Divisão de Gestão de Frota	Resíduos Urbanos
Lúcia de Jesus Barros Moura Melo Cruz	Chefe de Divisão de Gestão de Operação	Resíduos Urbanos



Os responsáveis pela reativação dos SMS em 2022: André Martins, Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e Carlos Rabaçal, vereador do município e presidente do Conselho de Administração dos SMS

Reativação dos SMS, juntou todos os trabalhadores em celebração, em 2024



Edição:
Serviços Municipalizados de Setúbal

Autor:
Diogo Ferreira

Design:
Letras & Sinais, Lda.

Impressão:
Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Imagem da capa:
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro

Depósito legal:
551 005/25

ISBN:
978-989-33-8116-8

Julho de 2025



A força do serviço público
Qualidade. Inovação. Confiança. Compromisso.

